



**TRILHAS PERCORRIDAS POR UMA MILITANTE QUILOMBOLA:
VIDA, LUTA E RESISTÊNCIA**

MARIA AMÉLIA DOS SANTOS CASTRO





© PNCSA, 2016

Editor

Alfredo Wagner Berno de Almeida
UEA, pesquisador CNPq

Organizadora:

Maria Magela Mafra de Andrade
Ranciaro

Equipe de Pesquisa

Maria Magela Mafra de Andrade
Ranciaro
Juliene Pereira

Fotografia

Rosseline Tavares
Emmanuel de Almeida Farias Júnior
Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro
Armando Cajueiro

Projeto gráfico e diagramação

Grace Stefany Coelho

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no Brasil. PNCSA-PPG-CSPA-UEMA/SEPP/IR/PNND BRA13/020

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no Brasil. MCTI/CNPQ/Universal 14/2014/Processo 441482/2014-7

Ficha Catalográfica

A498t Amélia, Maria

Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência! / Maria Amélia; Maria Magela Mafra de Andrade Ranciano, org.; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed.; Juliene Pereira dos Santos, trans. – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

120 p.: il. color. ; 25 cm. (Narrativas quilombolas; n. 5)

ISBN 978-85-99274-43-9

1. Quilombo. 2. Identidade. 3. Crioulo. I. Ranciano, Maria Magela Mafra de Andrade, org. II. Almeida, Alfredo Wagner Berno de, ed. III. Santos, Juliene Pereira dos. IV. Título. V. Série.

CDU 316.35:39

UEA - Edifício Professor
Samuel Benchimol
Rua Leonardo Malcher, 1728
Centro
Cep.: 69.010-170
Manaus, AM

E-mails:
pncaa.uea@gmail.com
pncaa.ufam@yahoo.com.br
www.novacartografiasocial.com
Fone: (92) 3878-4412
(92) 3232-8423

UEMA- Endereço: Largo
Cidade Universitária Paulo
VI, 3801 - Tirirical, São
Luís - MA, 65055-000
Telefone:(98) 3244-0915







Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no
Brasil. PNCSA-PPGCSPA-UEMA/SEPPIR/PNND BRA13/020

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas do
Brasil. MCTI/CNPQ/Universal 14/2014/Processo 441482/2014-7

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti - Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acselrad - IPPUR-UFRJ, Brasil

Charles Hale - University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin - NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Aurélio Viana - Fundação Ford, Brasil

Sérgio Costa - LAI FU - Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida - CESTU/UEA, Brasil





SUMÁRIO

Apresentação Coleção 7

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Prefácio 13

Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro

A infância: “Por que a gente era discriminada na cor?” 17

O patrão espanhol: “Naquela época... eu já sabia; a gente é quilombola!” 21

Casamento e labuta: o olhar sob a mira de novos horizontes 23

A roça: uma força que brota do trabalho no campo 25

Reflorestamento: “...eu vou semeando pra repor a floresta” 27

Preparando a terra para colher o que plantou 28

Dudu, o netinho: um parceiro da roça! 28

O plantio, colheita e a produção da farinha. 29

Década de 1980: a chegada do “estranho” 30

1982-1994: o olhar sob a mira de novos horizontes. 33

2000 - Manaus: ilusão ou esperança dos que migram! 35

2007-2008 – Manaus, novas trilhas: vencendo outros obstáculos 36

2009: Volta a Barreirinha: retorno às roças do Matupiri 39

Nos caminhos da roça: outras trilhas; novos desafios! 40

2010 – Preparando a área para o plantio: “foi o começo” 41

2011 - Roçando pra plantar: determinação, força e coragem. 42

O cansaço analisado sob a ótica do trabalho exaustivo 43

Lições de vida: aprender com o “outro” para enfrentar novas lutas 43

2005-2011: Novos desafios: determinação e militância no Movimento Quilombola 45

2012-2014: 1º Mandato de Maria Amélia – novas trilhas percorridas 47

Políticas Públicas: reivindicações da FOQMB e entraves burocráticos 49

Cesta Básica: Programa Fome Zero. 49

Programa “Minha Casa, Minha Vida” 50

Projeto “Agricultura Familiar” 51

Poços Artesianos: “Programa Nacional Água de Primeira Qualidade” 53

2013: Direitos territoriais – “os cadeados não se abriram de primeira” 55

O passo-a-passo do Movimento Quilombola na luta por direitos territoriais 56

O curso de GPS/Oficina de Mapas do PNCSA: pronunciamento de Maria Amélia 59

Os conflitos: ameaças, confrontos e luta pela posse e direito territorial. 60





O desmatamento e negociação da madeira pelos agronegócios	62
A luta pela autodefinição e reconhecimento dos quilombos	63
Rebuscando a memória: aprender com os antigos para reinventar o agora	64
A influência religiosa: uma força de domínio político	65
As cercas elétricas: ameaça e ponderações pertinentes dos quilombolas	65
O trabalho de mobilização coletiva: luta e resistência	66
2013 - Autodefinição e “reconhecimento”: processo de regularização fundiária do território quilombola	69
O Abaixo-Assinado: “Agora eu não estava mais sozinha, né?”	69
INCRA x MDA: o caminho de volta	70
Ordem de Serviço nº. 12/2014 x RTID: designação oficial da equipe técnica	71
O MPF: “...quando a coisa aperta, é pra lá que nós vamos!”	73
E a luta continua: sonho, entraves e expectativas.	73
2014: Maria Amélia é reeleita Presidente da Federação dos Quilombolas	75
Os quilombos e o processo eleitoral da Comissão Executiva da FOQMB	76
Conflito e resistência: “Nós já chegamos até aqui, vamos em frente!”	79
2015: INCRA x MDA – início dos trabalhos do RTID nos quilombos do Andirá	80
2015 - Audiência Pública organizada pela FOQMB e conduzida pelo MPF	81
Dia da Consciência Negra: I Encontro de Mobilização Quilombola sobre Cidadania, Direitos e Territorialidade.	83
Último Trabalho de Campo do INCRA/MDA para elaboração do RTID	85
As reivindicações dos quilombolas da área de São Paulo do Açú	89
2011-2015: Balanço das atividades pela Presidente da FOQMB	92
Vamos reflorestar para plantar e plantar para viver	92
O que está além do nosso alcance: lutas e entraves	93
O trabalho coletivo é que deve gerenciar o território	95
Colhendo frutos: resultados do “reconhecimento” dos quilombos	97
Conquistas que extrapolam linhas de fronteira dos quilombos	98
Respeito ao que da terra brota: o ‘reconhecimento’ como fator do direito ambiental	99
Lutar é sinônimo do reconhecer agradecendo	101
Quilombo: o significado político do sentimento de pertença	101
Ser quilombola é orgulho... ninguém se envergonha mais de ser negro!	102





APRESENTAÇÃO DAS COLEÇÕES: “NARRATIVAS QUILOMBOLAS” E “LUTA E RESISTENCIA QUILOMBOLAS”

Alfredo Wagner Berno de Almeida¹

As narrativas quilombolas, ora apresentadas, compreendem um esforço classificatório de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e pesquisadores convidados no sentido de compor uma coleção de livros em que membros de diferentes unidades sociais, designadas como povos e comunidades tradicionais, descrevem eles mesmos suas próprias experiências de luta, em situações de conflito social, nas quais reivindicam seus direitos territoriais e suas expressões identitárias. Consistem em relatos, obtidos através de entrevistas realizadas com membros de comunidades quilombolas, que detém critérios de competência e saber para descrever a trajetória daquela unidade social. Os trabalhos de mais de uma década dos pesquisadores do PNCSA em comunidades quilombolas facultaram condições de confiabilidade mútua para narrativas mais detidas e aprofundadas. Os pesquisadores lançaram mão de técnicas de observação direta, características da pesquisa etnográfica, e de recursos intrínsecos às histórias de vida, obtendo relatos que não só nos convidam a novas formas de pensar as relações políticas e os laços de solidariedade que fundamentam identidades coletivas, mas também a própria noção de política.

Os livros que compõem esta coleção se inscrevem, assim, num gênero literário peculiar, concernente às denominadas narrativas quilombolas, que privilegia o uso da palavra através da linguagem autorizada e direta dos agentes sociais assim designados, expressando condições de eficácia de um discurso ritual, que tanto propicia meios para uma leitura crítica dos significados de quilombo, quanto estabelece uma clivagem nas interpretações históricas a ele referidas. Tal gênero se distribui por pelo menos duas principais variantes, que buscaremos expor a seguir, objetivando esclarecer as fontes de autoridade

¹ Antropólogo. Professor visitante da UEA e pesquisador CNPq





da memória quilombola e suas transformações no tempo.

i) A mais conhecida destas variantes tornou-se consagrada com o trabalho de Barnet, **Biografia de un cimarrón**, publicado em 1966, em Cuba, pelo Instituto de Etnologia y Folclore. Barnet narra suas entrevistas com Esteban Montejo, 104 anos, escravo fugido nas montanhas da província de Las Villas. Esta vertente conheceu diferentes expressões, inclusive no Maranhão, no Pará e na Bahia, regiões de referencia de muitas outras narrativas. As abolições tardias em Cuba e no Brasil permitiram a obtenção de um tipo de informação sobre os quilombos praticamente impossível em outros países. Refiro-me aos trabalhos de pesquisa que focalizam autobiografias de quilombolas ou narrativas por eles próprios encetadas, independentemente dos interrogatórios de prisioneiros, no âmbito de inquéritos policiais ou de ações militares e repressivas destinadas a aprisionar quilombolas e a destruir os quilombos respectivos. Os quilombolas entrevistados, consoante este gênero biográfico, relatam como fugiram das grandes plantações e/ou dos engenhos, as perseguições de que foram vítimas e como era a vida cotidiana no quilombo em que se refugiaram.

ii) A outra variante concerne a agentes sociais que hoje se autodefinem quilombolas, sem qualquer referencia a “escravos fugidos”, cujas famílias resistiram e se mantiveram dentro dos domínios pretendidos pelas grandes plantações, e que narram, no tempo presente, a construção social de sua identidade coletiva, dialogando criticamente com a documentação histórica e com as classificações da sociedade colonial. Esta noção de quilombo contradita os códigos e dispositivos com fundamentos colonialistas, propiciando o advento de novos significados. Até a segunda metade do século XX os juristas que se dispunham a dissertar sobre os quilombos, vinculavam sua definição à própria questão doutrinária, isto é, ficavam amarrados, congelados, seja nos limites dos marcos conceituais das ordenações manuelinas e filipinas, seja naqueles da consulta do Conselho Ultramarino ao Rei de Portugal, em 1740. Esta referida consulta produziu uma definição explícita, que se cristalizou no pensamento jurídico, considerando como quilombo ou mocambo:

“toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Pode-se afirmar, em decorrência, que atravessamos o período colonial





com uma definição que perpassou igualmente o período imperial, com deslocamentos só de intensidade, e que chegou à situação republicana exatamente da mesma forma, da qual hoje nós acabamos também fazendo uso. A ênfase, consolidada inclusive nos dicionários, é sempre dirigida ao quilombola ou calhambola considerado como “escravo fugido” e localizado em regiões remotas e distantes das grandes plantações de cana de açúcar, café ou algodão. Os “fugitivos” e “distantes”, reeditam idealmente o isolamento, como se o quilombo ocorresse sempre fora dos limites das fazendas e consistisse numa “ilha remota” feita território mítico. Ora, segundo a ruptura aqui sublinhada houve escravo que não fugiu e que permaneceu autônomo dentro dos limites da grande propriedade monocultora e com atribuições diversas: houve aquele que sonhou em fugir e não conseguiu fazê-lo, houve aquele que fugiu e foi recapturado e houve esse que não pode fugir porque ajudou os outros a fugirem e o seu papel consistia em ficar. Todos eles, entretanto, se reportavam direta ou indiretamente aos quilombos, rompendo com o sentido estrito, dicionarizado, e abrangendo uma diversidade de situações sociais, inclusive aquelas relativas à compra de terras por parte de famílias de escravos alforriados ou a doações de terras recebidas de ordens religiosas e de sesmeiros.

É nesta segunda vertente que se pode classificar as narrativas ora contidas nos livros que compõem a coleção “Narrativas Quilombolas” de Ednaldo Padilha, “Cabeça”, de Camaputiua; de Dona Nice Machado Aires, da Enseada da Mata; do Sr. Leonardo dos Anjos, de Brito; de Dona Maria Amélia, do Rio Andirá, Barreirinhas; do Sr. Aniceto Araujo Pereira, de Oitiua; do Sr. Samuel Araujo, de Baixa Grande; do Sr. Teodoro Lalor de Lima, da Ilha de Marajó, e de Dorinete Serejo, de Canelatiua. cujas reivindicações de direitos territoriais quilombolas passam pelas ruínas das casas-grandes e de engenhos e pelas lutas das famílias que não fugiram e resistiram dentro dos limites destas fazendas, plantando suas roças, comercializando autonomamente sua produção e sobrevivendo à derrocada dos “senhores de escravos”. Os símbolos de apropriação foram historicamente deslocados. O sentimento de liberdade e as práticas econômicas livres para decidir onde, o que e como plantar, dentro dos próprios limites das grandes plantações, evidenciam uma situação de aquilombamento dos antigos engenhos. Em outras palavras os quilombos não se localizam necessariamente fora dos limites de sesmarias, de fazendas e de engenhos, localizando-se nas próprias terras pretendidas pelos “senhores





de engenhos”. Este deslocamento recoloca o sentido das narrativas quilombolas agora apresentadas, segundo um acordo tácito, a memória quilombola não se dissocia da memória dos engenhos e das fazendas. O poder de se apropriar das vantagens simbólicas associadas à posse das ruínas legitima o oposto simétrico das grandes plantações monocultoras baseadas no trabalho escravo, isto é, as comunidades remanescentes de quilombos, cuja forma de utilização da terra baseada em unidades familiares autônomas, livres e praticando um sistema de uso comum dos recursos naturais, inclusive dos campos, passa a articular os diversos povoados. Antes de serem um vestígio do passado ou uma forma de retorno a uma economia natural tais características passam a representar no presente uma perspectiva de futuro com liberdade, de decidir não apenas sobre o processo produtivo, mas também sobre seu destino. A posse efetiva das terras pelos remanescentes de quilombos, torna-as um marco distintivo da autonomia de seus povoados, porque representa a evidência de que os antigos engenhos e fazendas não tem mais condições de possibilidades de efetivamente existirem, ao mesmo tempo que comprova a eficácia na gestão dos recursos dos quilombolas que aí decidiram ficar. A forma esquelética do que foram as edificações elementares das fazendas, publicamente exposta e constatável por uma arqueologia de superfície, sem qualquer necessidade de escavação, concorre para atestar isso. Lado a lado com a vida cotidiana das comunidades, essas ossaturas dos engenhos e fazendas certificam o longo tempo de existência delas. A datação das ruínas dos engenhos e dos sobrados aqui equivale ao reconhecimento da “idade” das comunidades remanescentes de quilombos e consiste no correspondente ideal de sua certidão de nascimento. Nas próprias narrativas de Dona Nice, de “Cabeça” e do Sr. Samuel a identidade quilombola se afirma nesse processo de negação de seu antagonista histórico e as ruínas tornam-se auto-explicativas em face dos engenhos que não mais existem nos municípios de Alcântara, Viana, Cajari e Penalva. O aquilombamento das ruínas significa, nesse sentido, uma ruptura radical com a ideologia da tutela e com a conhecida oposição, senso comum erudito nos textos históricos, entre “casa grande X senzala”, ressaltando um processo de autonomia produtiva. Com a desagregação das fazendas as unidades familiares submetidas à escravidão ocuparam efetivamente as terras das grandes plantações e de maneira concomitante se apropriaram dos nomes da aristocracia agrária. Por exemplo, o engenho Gerijó, pertencia à família de Carlos Ribeiro, Barão de Grajaú. Presidente de Província e chefe do Partido Liberal, no Maranhão, enquanto os engenhos Kadoz e Tramaúba pertenciam





à família Viveiros, sendo o expoente desta família, o Barão de São Bento, dirigente do partido conservador na Província do Maranhão, um de seus filhos teria engravidado a escrava Pruquera e esta com o filho passa a adotar o nome Viveiros, assim como os demais escravos destes engenhos o adotavam. Havia uma norma da legislação colonial que não permitia aos “livres” contrair matrimônio com escravos, assim também não se cometia adultério com eles. Entretanto, o parentesco resultante do fruto desses intercursos sexuais torna-se uma expectativa de direito nas narrativas de entrevistados. A partir daí, apropriam-se do nome dos senhores, bem como de suas terras, que não foram vendidas porquanto era uma pré-condição para os políticos possuírem terras, mesmo que já não tivessem sobre elas o controle absoluto. A derrocada econômica fragilizou os mecanismos repressivos da força de trabalho e os escravos emergiram como unidades de trabalho familiar, um “protocampe-sinato escravo” como diria Sidney Mintz, convergindo para uma autonomia completa. Completando este processo emancipatório, na primeira geração pós-abolição, em Cajari, retiraram o nome do senhor de escravos de seus próprios nomes, substituíram o nome “Viveiros” por “Santos”, enquanto que em Alcântara mantiveram os nomes dos antigos senhores sem qualquer alteração, em ambas as situações com o controle efetivo das terras.

Os territórios quilombolas, não obstante reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares, até hoje não foram titulados e permanecem intrusados por cercas eletrificadas e por rebanhos bovinos e bubalinos, que devastam os campos naturais da Baixada ou que destroem plantios de mandioca, e pela ação de grileiros que ameaçam de morte os líderes quilombolas. O assassinato de Genialdo dos Santos, irmão de “Cabeça”, em julho de 2012, em Cajari, por “pistoleiros ligados a grileiros”; o assassinato seguido da decapitação de Martinho Souza Aires Filho, filho mais velho de Dona Nice, em outubro de 2014, em Penalva, e o assassinato do Sr. Teodoro Lalor de Lima, a facadas pelas costas, em agosto de 2013, em Belém, logo após desembarcar no porto e se dirigir ao Ministério Público Federal, agravaram os conflitos sociais na região de Camaputíua, em Penalva e na Ilha de Marajó, que permanecem sob clima de tensão permanente, denotando a tragicidade que envolve as narrativas ora apresentadas e os riscos que correm os que persistem defendendo a sua identidade quilombola.

Uma outra vertente desta segunda variante concerne a livros de autoria de pesquisadores, seja historiadores, antropólogos, sociólogos ou bacharéis





em direito, que focalizam as situações de conflito social que envolvem comunidades quilombolas. Trata-se de dois livros de autoria da historiadora Rosa Acevedo Marin e do antropólogo João Batista de Almeida Costa, concernentes a conflitos em Brejo dos Crioulos, Minas Gerais e Ilha do Marajó, Pará, que se apoiam em trabalhos de pesquisa contendo entrevistas com os próprios agentes sociais quilombolas. Esta coleção é denominada “Luta e resistência quilombolas”.

O convite à leitura dos seis títulos desta coleção passa, portanto, por estes componentes trágicos, que evidenciam a dubiedade dos atos de Estado, que procrastinam a titulação das terras quilombolas, expondo as comunidades à violência dos que visam usurpar suas terras e conspurcar seus direitos territoriais.





PREFÁCIO

Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro²

O compromisso assumido ao longo de quase quatro anos de mandato como presidente da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha (FOQMB) e as trilhas percorridas por Maria Amélia nos permitem compreender o sentido atribuído à força e determinação que brotam de uma vida política e humanamente construída. As narrativas apontam e definem a condição sistemática com que estrategicamente enveredou pelos caminhos que a levaram inserir-se nos movimentos sociais, qualificando-a brava e aguerridamente como *militante quilombola*.

Ainda criança, intrigava-lhe responder questões dentre as quais, pela força do estigma atribuído, certa vez perguntou ao avô: “Por que a gente era discriminada na cor?”. Foi certamente a partir de histórias contadas a respeito de seus antepassados e de experiências vincadas pelo preconceito que horizontes se abriram, ampliando sucessivamente o engajamento de Maria Amélia na busca incessante, sobretudo, pelo protagonismo conscientemente assumido em rebatimento à discriminação étnica.

A trajetória de vida e as singularidades marcantes de sua personalidade juntam-se à capacidade de tecer ou desfiar sonhos com a convicção de que é a partir da esperança acalentada por prósperos e melhores dias que Maria Amélia faz emergir a vontade implacável de acreditar e confiar na força da militância quilombola.

² Professora do Departamento de Serviço Social/UFAM, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFAM e pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA.





Na busca pela construção do processo a que ela designa de “libertação do meu povo”, de forma estimulante e mobilizadora conclama seus parceiros a inserirem-se na luta rumo à conquista de direitos. Priorizando enfaticamente em suas narrativas a regularização fundiária do direito territorial, o sentimento de pertença aflora convictamente quando se trata de adquirir tais direitos por via da organização, do fortalecimento e consolidação do Movimento Quilombola do Rio Andirá, município de Barreirinha/Amazonas.

Que o leitor, porém, não se engane: ao que se convencionou entender que apenas pelo sofisticado ou abalizado letramento se é capaz de conjecturar e estabelecer rígidos critérios analíticos para ações consequentes, essas narrativas no seu conjunto traçam de forma exemplar todos os passos de construção política dos quilombos. São verdadeiros arranjos tecidos que dão a dimensão das lutas envidadas e a forma com e a partir das quais no bojo dos interesses confrontados com seus antagonistas, o movimento organizativo vai reinventando estratégias operacionais de construção do seu projeto de identidade quilombola.

Ser quilombola é questão de orgulho... Ninguém mais se envergonha de ser negro. Com essas palavras pronunciadas a partir do balanço feito sobre os quatro anos das atividades do Movimento Quilombola no Rio Andirá, Maria Amélia nos convida a refletir sobre o significado político do sentimento de pertença, analisado por via dos entraves, recuos, avanços e conquistas:

Depois destas conquistas que nós conseguimos junto com todas as cinco comunidades, eu, como presidente da Federação, para mim, muita coisa mudou, sim, muita coisa, principalmente, a convivência; o olhar de cada quilombola se modificou! Hoje eles se sentem livres, comparando com o que eram. Hoje, eles não são mais aquelas pessoas que pensavam que estavam no fundo do poço. Hoje em dia, não pensam mais assim, hoje, eles estão libertos, andando com seus próprios pés, conhecendo e vendo aquilo que eles não enxergavam porque não conheciam.

São lições por mim apreendidas e assimiladas o que muito me honra ter tido a oportunidade da convivência com Maria Amélia. Trata-se de resulta-





dos de longo período de pesquisa desenvolvida nos Quilombos do Andirá, objeto de reflexão dos trabalhos de campo desenvolvidos através do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas.

Adicione-se a isso o constante exercício e aprendizado que fui adquirindo como pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Nesta convivência de pesquisa com o professor Alfredo Wagner de Almeida, entre outros, com o pesquisador Emmanuel Farias Junior, os contatos e parcerias junto à Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha (FOQMB) se firmaram, tendo em vista as oportunidades propostas pela Cartografia junto aos quilombolas do Andirá. A realização da Oficina de Mapas Sociais, os Cursos de GPS e sobre a Convenção 169/OIT, a publicação do Fascículo nº 4: Quilombola do Rio Andirá - Barreirinha (AM), somados aos seminários, palestras e encontros formam um repertório de acontecimentos que contribuíram consideravelmente face aos conhecimentos adquiridos pelos quilombolas, moradores das comunidades do rio Andirá: Santa Tereza do Matupiri, Itaquara, Boa Fé, São Pedro e Trindade.

Fato que leva a crer se tratar de um espaço em que os saberes tradicionais, ao serem analisados e interpretados no âmbito das formulações propostas pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, transformam-se definitivamente em objeto de ciência, aqui especificamente materializado nas narrativas de Maria Amélia, sob o título: *Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência*.





Área de acesso à casa de farinha da família de Maria Amélia, Comunidade de Santa Tereza do Matupiri





A INFÂNCIA: “POR QUE A GENTE ERA DISCRIMINADA NA COR?”

A gente ia junto com o papai pro roçado do patrão dele, o seu Anacleto, e nós, como criança, roçava e servia de espantalho para espantar os pássaros que vinham comer o arroz.

Meu nome é Maria Amélia dos Santos Castro, conhecida como Lurdes. Sou filha de Benedito Pereira de Castro e de Dorvalina Gama dos Santos. Fui criança, hoje, já sou bem adulta. Eu tenho 55 anos, vou fazer 56, no dia 13 de maio de 2016. E falar em como criança, do meu princípio de vida, eu era uma pessoa muito apegada ao meu avô. Ele, sempre foi uma pessoa que me deu atenção, ele e a minha tia Maria Sidrôinha. Muita coisa quando criança eu conversava com eles. Aí, teve um dia que eu perguntei ao meu avô: “Porque a gente era discriminada na cor?” Porque a gente era negra, o pessoal chamava pra gente de piranha preta, porque a gente era preta; chamava a gente de guariba, porque a gente era negra! Aí uma vez eu tive a oportunidade de perguntar pro meu avô: “Porque que a gente tinha essa cor?” Aí, o meu avô Pedro, que era o Pedro Marinho – conhecido como Pedro Marinho – mas o nome dele era Pedro Rodrigues da Costa, filho de Benedito Rodrigues da Costa, o africano que veio da África! Ele disse assim: “Minha filha, por que nós somos negros? Porque é o meu princípio; o meu pai era filho de negro, que veio da África, da Angola”.



Foto: Álbum de família / Foto: Emmanuel Farias Junior.





Então, por isso nós não podemos ser como as outras pessoas que são daqui, que são claras; são brancas! Ele disse: “Nós somos negros, mas porque Deus fez a gente assim, a minha mãe era indígena e meu pai era negro”. Outra vez o meu avô citou pra gente uma história. Eu conversando com ele; ele limpando o quintal, ele disse assim: “Ah, meus filhos, meus netos, o que eu vi vocês não viram, o que vocês vão ver eu não vou mais ver. Vocês vão vê ferro falar; vão vê ferro mostrar imagens de pessoas e tudo isso. Vocês vão vê isso”. Aonde ele disse assim: “A gente não era para ter esse sofrimento [da discriminação, né?]. Mas como nunca foi feito como Deus queria... Porque o homem não era para trabalhar no pesado, ele já tinha que encontrar tudo pronto, assim, perfeito!”. Foi contando essas histórias pra gente, que hoje eu me lembro do ferro que ele dizia que um dia a gente ainda ia vê esse ferro falar... Disso eu vim entender tudo aquilo quando eu já era menina. Eu tinha nove anos, e meu avô faleceu em 1969. Aí eu cresci com essa minha história de vida. Meus pais... papai, era escravo do trabalho. Ele trabalhava fazendo batelão, fazendo plantio de roça, de arroz para as pessoas que tinha posse. Tinha um senhor por nome Anacleto Cruz, aonde o meu pai trabalhava, aonde meu tio Silvestre trabalhava também como feitor de obra dos barcos dele. A gente ia junto com o papai pro roçado do patrão dele, o seu Anacleto, e nós, como criança, roçava e servia de espantalho para espantar os pássaros que vinham comer o arroz. E, eu, a minha irmã Sebastiana que era mais velha e meu primo que se chamava Severiano, este mora lá por Manaus agora, depois de grande adulto, ele foi procurar melhorar de vida, ele mora em Manaus. Aí, ele, e a gente fazia estes dois trabalhos: de capina da roça e de espantar pássaro. Quando foi um dia, esse patrão do meu pai por causa de quatro limas que nós apanhamos, ele botou na conta pro meu pai pagar essas quatro frutas. E a minha mãe foi operada e estava chorando quando meu pai chegou. Chegamos lá e contamos, ela disse assim: “Olha, Benedito, eu estou indo embora daqui com meus filhos, porque meus filhos servem de escravos aqui, enxotando animal... E, hoje, eles apanham quatro limas e tu vai pagar porque fizeram isso? Então, eu vou tratar do que é meu e vou levar meus filhos... Se tu quiseres ir tu vais, se tu não quiseres tu ficas aí com teu patrão, que eu estou indo embora”. Meu pai pensou que minha mãe não ia fazer isso; ela foi mesmo embora para a casa do pai dela de criação, o seu Rosendo, e a esposa dele era a dona Ambrósia, tia da minha mãe. Aí, nós viemos! Foi nessa época que a gente ficava na casa do meu avô que ele falou que a gente





“ainda ia ver ferro falar”. Quando foi depois de adulta, de grande, né? Que eu já tinha 14 anos, eu tive a oportunidade de morar em Belém. Uma família que morava em Parintins, e foi pra lá em 1976... Quando eu fui pra Belém com eles, pela primeira vez eu vi uma televisão e quando a minha patroa pediu para mim ligar a televisão para a neta dela assistir... Aí eu disse que eu não ia ligar porque eu não sabia; que eu nunca tinha lidado com esse tipo de aparelho! Aí, ela ligou! Quando ela ligou esse aparelho, estava passando Sítio do Pica-Pau Amarelo, isso em 76. E, aí eu lembrei da história do meu avô... Que meu avô tinha falado que a gente ia ver ferro falar, ia ver ferro mostrar imagem. Aí, eu fui olhar – fiz a vez do macaco – fui olhar pelo vão o que tem nas televisões e não enxerguei ninguém, assim, mas era voz de gente! E olhava, olhava na frente da televisão e estava passando o Sítio do Pica-pau Amarelo: tia Benta, tia Anastácia que aparecia no programa. Aí, eu lembrei do meu avô: Ah, tá! É isso que o meu avô falava, que o ferro ia mostra imagem! E hoje, como adulta, hoje, com os meus 55 anos, eu analiso que ele falava sobre isso. O ferro é hoje o celular, a televisão... É, são as coisas que meu avô em 69 falou pra mim quando ele ainda era vivo. E o meu avô veio a falecer, mas eu fiquei com aquilo, e a minha tia sempre me dizia que era isso mesmo! Era esse meu avô, que era o filho do negro que veio da África, da Angola... Era o Benedito Rodrigues da Costa. Além disso, ele trouxe três irmãos que voltaram, que ele mesmo disse (o meu avô) que o pai dele não sabia o destino dos irmãos dele, do escravo, mas que eles vieram até o Andirá e voltaram, sem destino!





Forno de fabricação de pão, Comunidade de São Pedro.





O PATRÃO ESPANHOL:

“NAQUELA ÉPOCA... EU JÁ SABIA; A GENTE É QUILOMBOLA!”

Lurdinha, você é negra porque você não é daqui, a família de vocês, é isso, veio de fora... Então, vocês são negros valorizados, vocês são negros de história, vocês têm muita história na vida pra contar sobre o que aconteceu.

(Padre Henrique – Pároco da Prelazia de Barreirinha).

Então, o meu pai, continuou sendo escravo do trabalho! Meu pai também trabalhava com a família do seu Zé Pedreno, que era um espanhol; trabalhava com a família do genro dele, que era a família do seu Manoel Carlos. Então meu pai continuou sendo aquela pessoa dominada pelo trabalho dos outros. Meu pai era produtor e minha mãe era também produtora rural. Meu pai trabalhava com obra: fazia canoa, batelão tudo isso ele trabalhava quando ele era novo; trabalhou com tiração de pau-rosa, com tiração de cedro, cipó. Tirava naquela época madeira lavrada com machado, era uma vida sofrida! Hoje em dia, não, tudo mudou! Naquela época era uma vida sofrida, o pessoal trabalhava só para trocar rancho com materiais que tinha, se eles matassem uma caça trocava a pele com um quilo de açúcar, 100 gramas de café. Se eles tirassem mil palmos de madeira, ele trocava três quilos de açúcar com ele, o patrão. Trocava também com um pedacinho de fazenda que é o tecido; o pano pra fazer roupa dos filhos. Então eles eram muito explorados nessa época. Antes de 1969 até em 80, a nossa comunidade era uma comunidade que vivia para si, depois de 80 em diante, o pessoal começou a enganar o povo dentro das comunidades quilombolas. Naquela época, ninguém sabia... Mas, eu sabia; a gente é quilombola! Porque sabia que a gente é negro! Uma vez conversando com o padre Henrique, ele perguntou assim para mim (ele me chamava de Lurdinha): “Lurdinha, você é negra porque você não é daqui, a família de vocês veio de fora, então, vocês são





negros valorizados, **vocês são negros de história, vocês têm muita história na vida para contar sobre o que aconteceu**". Ai, logo que eles, os padres, adotaram o catolicismo dentro da comunidade, eles fizeram um time dos "Pretinhos do Matupiri". E foram os pretinhos que ganharam de... parece de 20, foi goleada no time de Barreirinha. Então, aí que ficou "Os negrinhos do Matupiri: bom de bola; bom de drible". Eu não sei se foi nessa época que nasceu o apelido do meu pai que ficou conhecido por "Ferro". Não sei como foi, mas há muitos anos vem esse apelido dele. Hoje [2016], é diferente; nós não somos mais dominados, hoje nós dominamos por nós próprios; hoje, todo mundo já entendeu a vida: que fazer vida dos outros é muito bom, mas a gente esquece a da gente! Eu acho que o certo é fazer a da gente e deixar a dos outros de lado. Então, isso foi a parte da minha infância quando eu era criança; do que eu passei!





CASAMENTO E LABUTA: O OLHAR SOB A MIRA DE NOVOS HORIZONTES

*Meu pai continuou sendo escravo do trabalho... mas, nós não
somos mais dominados, hoje, nós dominamos.*



Foto: Rosseline Tavares 2016

Depois de adulta com 19 anos tive a minha primeira filha, a Adriana, depois eu me casei e tive sete filhos e um adotivo, que ao todo completa nove filhos: Raimunda, Dorvalina, Zacarias, Benjamim, Gilberto, Roberta, Mariana e Flávio que criei desde os sete anos de idade. Eu tive meu casamento; treze anos, maravilha! Depois começou a não dá certo, me separei! Fui uma mãe preocupada, criei meus oito filhos, sozinha (eu e Deus), e não me arrependo de ter tido meus filhos; não me arrependo de ter trabalho para criar eles. Hoje, [2016] eles já estão tratando da vida deles, e eu também estou tratando da minha. Hoje, já crio os meus netos; eu criei o meu neto mais velho, o Dudu, que tem 10 anos. Estou criando mais um que está com três anos, o





Pedrinho, que é o meu bastão, para onde eu vou ele vai comigo. E o outro, o Dudu, já está rapazinho, já fica cuidando de casa. Mostro pra ele que a gente trabalhava, sim, naquela época com 10 anos eu sabia torrar farinha; sabia fazer a capina do roçado, tirar e ralar mandioca, a gente sabia lavar roupa. Minha irmã mais velha, a Sebastiana, era ela que ficava responsável quando a mamãe saía, ela ficava responsável pelo nosso trabalho, nós ajudávamos ela a arar a terra. Naquele tempo era só eu, o Francisco, que é conhecido por Chico Ferro, hoje em dia já é professor. Depois desses vem a Hilda, o Tarciso, a Tarcila e o Denilson. Nós éramos assim, depois que veio esses mais novos que não pegaram o trabalho como que nós tivemos que ajudar a minha mãe. Ao todo nós somos cinco irmãs mulheres e quatro homens, três nascidos da minha mãe mesmo e um que é o Luz Pedro, filho do meu tio que a mamãe criou na idade de um ano e meio, mas é meu irmão e tem também a irmã dele que a mamãe criou ela desde sete anos até os quatorze anos, ela mora em Boa Vista, a Cândida!





A ROÇA: UMA FORÇA QUE BROTA DO TRABALHO NO CAMPO

Porque na política do meio ambiente é assim: se tu cortar uma árvore pra fazer o roçado, tem que plantar duas para repor aquela. Mas, muitas vezes não é possível plantar a árvore da mesma espécie porque muitas madeiras não têm “filho”, e se têm a gente não reconhece... como ela cresce só Deus mesmo sabe nos dar essa explicação ou então um bom cientista.

Pra gente trabalhar na roça é preciso fazer a derrubada das árvores, porque precisamos de áreas pra serventia da nossa sobrevivência. Pensando nisso, nós vamos criar agora [2015] um documento, vou conversar com o Douglas, meu sobrinho, e vamos criar um documento a respeito dum tipo de projeto, para que cada comunidade quilombola tenha uma licença, de permissão em mãos. Quando precisar de madeira, vão lá com o Presidente do Distrito, que é responsável pelos cinco quilombos e nos representa lá na Prefeitura de Barreirinha, ele participa disso, lá. Aí, quando alguém chegar e dizer: “Olha aqui, nós precisamos de madeira, ou de fazer uma derrubada pra roça”. Aí, já tem um documento, né? Então, o Presidente assina, fica sabendo e ele se compromete em fazer tudo direitinho.

Porque na política do meio ambiente é assim: se tu cortar uma árvore pra fazer o roçado, tem que plantar duas para repor aquela. Mas, muitas vezes não é possível plantar a árvore da mesma espécie porque muitas madeiras não têm “filho”, e se têm a gente não reconhece. É assim, a castanheira dá fruta, aí ela tem “filho”. Já as outras árvores que a gente nunca viu uma fruta a gente não sabe como ela nasce; como ela cresce só Deus mesmo sabe nos dar essa explicação ou então um bom cientista. Porque a gente tem madeira, como no caso o sapateiro ele dá a fruta, dá para a gente replantar. Agora, a maçaranduba a gente pode plantar, porque ela dá fruta. O abil-rana dá para





replantar porque ele tem fruta; copaíba dá para você plantar porque ela dá fruta, o cedro também. Mas tem outros tipos de madeira que a pessoa tira que nós não sabemos se elas têm “filho” ou não, aí fica difícil, não tem como saber. Quando derrubamos, já morre ali, de uma vez!



Foto: Magela de Andrade Ranciaro 2014

Porque na política do meio ambiente é assim: se tu cortar uma árvore pra fazer o roçado, tem que plantar duas para repor aquela. Mas, muitas vezes não é possível plantar a árvore da mesma espécie porque muitas madeiras não têm “filho”, e se têm a gente não reconhece. É assim, a castanheira dá fruta, aí ela tem “filho”. Já as outras árvores que a gente nunca viu uma fruta a gente não sabe como ela nasce; como ela cresce só Deus mesmo sabe nos dar essa explicação ou então um bom cientista. Porque a gente tem madeira, como no caso o sapateiro ele dá a fruta, dá para a gente replantar. Agora, a maçaranduba a gente pode plantar, porque ela dá fruta. O abil-rana dá para replantar porque ele tem fruta; copaíba dá para você plantar porque ela dá fruta, o cedro também. Mas tem outros tipos de madeira que a pessoa tira que nós não sabemos se elas têm “filho” ou não, aí fica difícil, não tem como saber. Quando derrubamos, já morre ali, de uma vez!





• Reflorestamento: “...eu vou semeando pra repor a floresta”

Eu sou uma pessoa assim, eu derrubo mato, faço meu roçado, hoje [2015], por exemplo, eu estou com mil pés de bacabeira plantada; porque onde eu fiz o meu roçado tinha bacabeira. Então o que eu fiz? Derrubei as fruteiras pra plantar a maniva, tirei as fruta da bacabeira e encanteirei. Aí, recolhi a maniva naquele período e hoje já plantei mil pés de bacabeira de novo. Então quer dizer, eu estou reflorestando aquela mata, mas já contando que fique só a bacaba e outras plantas numa parte do roçado. Eu vou plantar a semente da bacaba e ela já repõe daquelas que eu tirei, com a castanha é a mesma coisa. Eu já plantei dez pés de castanha, eu estou numa área que não tinha mais isso, então, eu estou plantando, reflorestando. Isso no roçado, naquele que você foi lá comigo eu também estou plantando cupuaçu. Agora vai se tirando a roça, eu já vou plantando cupuaçu, ali na frente eu já planto o cacau, açaí, e assim eu vou semeando pra repor a floresta.





• Preparando a terra para colher o que plantou

O roçado começa dessa maneira: você roça mata pequena, a mata baixa. Antes está tudo cheio de mata, chega lá e roça tudinho. Aí depois da “roçada” vem a derrubada. Aí, você vai cortar as árvores maiores, corta as pequenas; aí depois vem de motosserra, quem tem, né? Ou quem não tem, vai de machado mesmo, fazendo o roçado. Deixa na fase de um mês para pegar sol. Depois de um mês, você vai ver que já tá seca a mata derrubada, você “taca” o fogo. É a brocagem do roçado; broca o roçado que é derrubado... Aí, depois de queimado, você vai limpar para plantar a maniva.

• Dudu, o netinho: um parceiro da roça!

Aí, quando você imagina o seguinte: muitas vezes a gente no interior, existe muita “desmatção”, porque a cada ano é um hectare de roçado pra entrar a maniva e não ficam outras plantas que a gente ia precisar. Dali a dois anos, três anos você leva se alimentando daquilo; a mata toma de conta daquele pedaço, então, a pessoa já vai fazer em outra parte o roçado, naquela que não dá muito trabalho. E, agora, nós estamos usando outra estratégia diferente pra ajudar o agricultor em saber como desmatar. Assim, desmata, mas pra plantar o que vai dar pra mais tarde ele colher. Por exemplo, o Eduardo (Dudu), meu neto, de oito anos, que eu crio, ele planta! No ano de 2013 ele plantou cem pés de cupuaçu na roça. Hoje [2015] estão tudo nesta altura, daqui a quatro anos, quando o Dudu tiver 12 anos, a planta já está dando fruta. Ele plantou em 2013, aí conta: 2014, 2015, 2016, 2017. Em 2017 já está com quatro anos de plantação, já vai tá dando as primeiras frutas. Agora, só resta a gente limpar pra essa área não ir pro mato. É, isso, ele tinha oito anos quando ele fez plantio, ele foi plantando até 2014, quando ele tinha 09 anos. Plantou cem pés, mas ele, muito criança, não teve noção de plantar em carreira, na fileira, mas está lá! Um dia desse eu fui lá onde é plantado, estão tudo desta altura.





- **O plantio, colheita e a produção da farinha.**

Eu já estou limpando e colocando os piquetes, aqueles pauzinhos ao redor dos cupuaçuzeiros pra quando vir com a roçadeira não cortar as plantas do meu filho; do meu netinho, o Dudu. Eu quero ver em 2017 que tamanho eles estão. Tem que ter cuidado, pois, quando queima e pega mesmo fogo, sai aquelas galhadas porque queimou, ficando no chão só as toras grandes, o resto tudo queima. Como nós vimos lá, desse jeito como ficou aquele meu roçado, que só ficou os paus grandes, as galhadas se foram. Aí a gente planta a maniva conforme a qualidade delas. Tem maniva que com 06 meses já dá pra fazer farinha e tem outra maniva que só serve quando completa um ano. Mas ela dura até dois anos, a roça plantada ela fica abastecendo dois anos, é, ela aguenta dois anos, tranquilo! Você corta para tirar a mandioca; aí, o talo dela planta novamente, depois ela já vai dar de novo. A roça dá três vezes: planta a primeira, vem a segunda, a terceira, tudo é replantado do galho da própria maniva. Tira raiz pra fazer a farinha e coloca outro pedaço de talo da maniva enterrado. Tem que saber qual é a qualidade da maniva, aí aquelas árvores que a gente tira já vai servir para plantar em outra parte. Se a gente deixar mais de três anos, vai apodrecendo a raiz e morre. A gente conhece a qualidade da maniva pela folha: tem a que a gente chama de Milagrosa, esta ela dura por dois ou três anos, tranquilo, é milagrosa, né? [riso]; tem a maniva de dura de 06 meses, essa maniva é que a gente chama de Acari; tem duas manivas que se chamam de Laranjinha e a Amarelinha. Essas manivas são todas de seis meses. Se você fizer três hectares de roça, com seis meses tu tens que começar a arrancar porque, até se ela completar um ano você não “roda”, percorrendo o roçado, ela apodrece. Então, você vai tirando ela, assim, de uma vez, até chegar lá no final do roçado. A qualidade da farinha é diferente porque a maniva amarelinha, aquela laranjinha, elas dão uma farinha bem amarelinha, sem levar corante. Agora, a Acari já dá uma farinha bem clarinha; a Milagrosa também não dá uma farinha amarela; fica como ela é, clara, nós não usamos corantes nela também. Por exemplo, eu vou fazer farinha: tem a farinha d’água, tem a farinha seca, tem a farinha mista, que misturamos uma com a outra. Tem aquela farinha da massa puba; é pura, feita somente da mandioca mole. Todas vão precisar d’água, pra amolecer, mas a farinha mista, de “toco molde”, que falam, é pra fazer pura ou faz a mistura com as outras. Uma comparação, assim, põe três paneiros na água e quando tiver tudo mole, mistura com a massa puba, isso se chama de “farinha mista”.





A farinha puba, farinha da “massa puba” é farinha d’água, só misturada com a água, é a mandioca d’água, não mistura com nada. Essa a gente chama de chama de mandioca de “toco mole”, é a farinha que vem da mandioca de “toco mole”. Eu tenho o certificado de processamento da farinha como a gente faz, todos nós no rio Andirá temos, faz o curso e tira o certificado. Aí você faz a colheita e leva tudo pra Casa-da-Farinha, aí, já têm que mergulhar ela na água e vai ficando tipo que apodrecida, tirar a casca que vai servir pra alimento pra galinha, porco. Quem diz que a mandioca é um trabalho fácil? Não é não! Pra lidar com a mandioca a gente fez um curso, pois temos que ter muita higiene com a farinha, por causa da areia tem que ser bem lavada. Já pensou, uma farinha misturada como areia? Para não ficar a areia na farinha, eu descasco, lavo pra tirar toda a terra da raiz e deixo dentro de um depósito, mergulhada. Se ela está limpa não vai ter contato com o fundo e se misturar com a terra. Se não tiver esse cuidando, vai encher de areia, de terra... É muito trabalho, mas garante a qualidade, vale a pena! Então tudo isso a gente faz; seja criança, seja adulto, o importante é ter sempre pro nosso sustento.





DÉCADA DE 1980: A CHEGADA DO “ESTRANHO”

Cansei de plantar de três a cinco hectares de capim nos terrenos, na época de 80, quando os fazendeiros começaram a chegar dentro da área do quilombo... A gente servia de escravo, plantando capim pros fazendeiros.

Depois de adulta, eu comecei a trabalhar, “formei” a minha família, trabalhei; criava eles e ainda também fui escrava naquela época! Cansei de plantar de três a cinco hectares de capim nos terrenos, na época de 80, quando os fazendeiros começaram a chegar dentro da área do quilombo... A gente servia de escravo, plantando capim pros fazendeiros. A gente tirava o capim carregava com os nossos próprios braços; com os nossos próprios punhos, para ganhar aquela ‘mixaria’; aquela ‘mixaria’ que não valia uma diária. Hoje [2016] eu analiso, assim, a minha comunidade... No Maranhão, eu fui em 2013 para um Congresso, fizeram uma pergunta para mim, o seguinte: “Por que eu era uma pessoa que estava lutando por causa de pedir as nossas terras de volta; tirar da mão das pessoas estranhas que lá viviam?” Eu disse assim: “Porque eu, no momento, até agora, não acho que seja certo o meu povo viver servindo de escravo até hoje dentro da nossa comunidade, porque nós temos muitos meios”. Aí, eu expliquei que eu penso, assim, antigamente meus avós, meus tios, minhas tias eles tinham guaranazal, eles tinham laranjal, eles tinham cafezal. Hoje o pessoal acabou, porque o pessoal virou diarista; diarista sem valor, porque uma diária – dentro da área de quilombo e de não quilombo – é vinte e cinco reais... O que é vinte e cinco reais? Hoje em dia, R\$25,00 (vinte e cinco reais) não é mais nada! Então, se a gente deixar; se sair todo mundo que quer fazer o povo quilombola de escravo – eles saindo fora de nossas áreas – todo mundo vai plantar, vai criar como criava antigamente, vai voltar àquela vida feliz que a gente tinha, que vendiam a castanha, o





cipó, o breu. Eles trabalhavam, antigamente, o mês de janeiro é o tempo que juntavam a castanha: viviam da castanha, viviam da seringa, eles viviam do cipó, eles viviam do tipiti, eles viviam da vassoura. Hoje em dia, trabalham pela diária que não dá o valor da diária de um homem. Eles se “trocaram”; deixaram de fazer o seu próprio trabalho para trabalhar fazendo a vida dos outros. Então, isso é a minha preocupação dentro das minhas comunidades quilombolas; quilombolas, porque eu não falo só por uma comunidade quilombola, eu defendo as cinco comunidades quilombolas, porque todos eles precisam de ter sua libertação!





1982-1994:

O OLHAR SOB A MIRA DE NOVOS HORIZONTES

Aí, eu imaginei numa tarde, eu estava assim, sentada, pensando que eu tinha perdido o meu emprego. Eu fiquei pensando... “eu já passei por tanta coisa”. Foi quando eu disse assim mesmo pra mim: “Olha daqui para frente!”.

Então, eu fiquei no Matupiri sempre, mesmo depois que casei de 1982 até 1994. Em 1994 existiu a minha segunda separação com o pai dos meus filhos. Eu tinha oito filhos. Aí, eu então decidi que não estava dando certo mais; a gente, a vida, brigas e mais brigas. Pra ninguém ficar desse jeito eu decidi a me separar, e como ele não quis nenhum dos meninos, eu assumi a responsabilidade. Como eu disse assim para ele, que meus filhos não pediram para nascer; eles nasceram através de mim e você. Então, eu vou entregar nas tuas mãos, se você achar que os meus filhos merecem a sua ajuda você dá, se não deixa, eu vou dar conta! E muitas coisas aconteceram... Muitas pessoas imaginam que a mulher tem marido e que ele não vai deixar dela. Mas, muitas vezes o marido da gente imagina dessa maneira: “Eu vou deixar dela, se ela quiser continuar a vida dela vai virar o que, uma prostituta!”. Mas eu penso assim: Vai se “vender” para cuidar dos filhos? Não, pra mim foi diferente... Conferi todas as casas de dentro de Barreirinha que precisavam de trabalho, e fui pedir trabalho pra mim sustentar meus filhos. E, digo mesmo, sei quem são as pessoas que pagam a gente bem e sei as pessoas que exploram as pessoas dentro de Barreirinha. Então eu agradeço, agradeço muito a dona Rosa, a dona Rosinha, uma pessoa que me amparou quando eu cheguei em 1994. Quando eu cheguei em Barreirinha, foi a pessoa que abriu as portas para mim, dona Rosa Andrade Lopes, me deu trabalho, me deu casa para mim morar, me ajudou muito! Depois disso, da dona Rosinha, apareceu uma enfermeira e um médico, Doutor Antônio, que hoje já é falecido, e a dona Graça Dantas, também que foi a pessoa que me abraçou e me ajudou





bastante lá em Barreirinha. Depois de eu terminar de perder meu trabalho, porque eu trabalhava no Hospital como cozinheira. Teve concurso público, eu fiz o concurso público, eu fiquei em segundo lugar. Como é política, né?... Eles depois me botaram pra fora e a outra pessoa que ficou em quarto lugar, pegou o meu lugar; eles me deram a minha conta! Aí, eu fiquei imaginando o que eu ia fazer para criar meus filhos. Pra mim voltar para o interior, eu não tinha como mais trabalhar lá, fazer minha roça! Aí, muitas pessoas disseram: “Olha vê se tu recorre ao prefeito para ele te ajudar; te humilha par ele”. Aí eu disse assim para essa pessoa: “Não, não vou me humilhar, não!”. Aí, eu imaginei numa tarde, eu estava assim, sentada, pensando que eu tinha perdido o meu emprego. Eu fiquei pensando... “Eu já passei por tanta coisa”. Foi quando eu disse assim mesmo pra mim: “Olha daqui para frente”. Aí, eu fui e trabalhei num barco de linha durante um ano e meio como cozinheira! Deixava meus filhos com minha mãe e viaja até Belém, cozinhando nesse barco de nome “Cidade de Barreirinha”. Aí, o barco parou de fazer essa linha e meu trabalho também parou. Esse barco era do seu Domingos, Domingos Rodrigues, conhecido como Caru. Trabalhei com ele e, graças a Deus, saí do motor dele de cabeça erguida, até hoje seu Caru é meu amigo!



Foto: PNCSA, 2013.





2000 - MANAUS: ILUSÃO OU ESPERANÇA DOS QUE MIGRAM!

Desde 1994, já tinha passado todo esse tempo, aí, quando foi em 2000 eu imaginei em ir pra Manaus. Aí, eu não contei duas vezes, embarquei com meus filhos num barco... Ah, eu me lembro como se fosse hoje, quando eu fui pegar a transferência dos meus filhos, lá em Barreirinha para estudarem em Manaus...

Aí uma tarde eu estava imaginando: Poxa, eu tenho braço, eu tenho mão, eu tenho perna, eu tenho uma cabeça; eu acho que o que Deus me deu de saber, vai dá pra mim viver lá “fora”. Desde 1994, já tinha passado todo esse tempo, aí, quando foi em 2000 eu imaginei em ir pra Manaus. Aí, eu não contei duas vezes, embarquei com meus filhos num barco... Ah, eu me lembro como se fosse hoje, quando eu fui pegar a transferência dos meus filhos, lá em Barreirinha para estudarem em Manaus, tinha um senhor, o seu Caubi, que ele tinha muita consideração comigo – hoje em dia ele já é falecido, Deus já tem ele em um bom lugar – ele disse assim para mim: “Minha filha, me disseram que tu já está de muda para Manaus”. Eu disse: Já, sim senhor! E ele disse: “Minha filha, vai, te segura em Deus; Ele vai abençoar, porque você é uma mulher que batalha, você é uma mulher de guerra, você vai conseguir porque você sabe fazer de tudo, e você vai conseguir sua vida em Manaus”. E tudo o que ele me falou, deu certo! Eu trabalhei, construí minha vida! Morei em Manaus, no Parque 10, ali perto do “Buracão”, na casa da minha prima, a Rita, que já tinha três filhos, ela já tinha ‘segurado’ para mim um quarto que ficava ao lado do quarto dela; a cozinha era uma só que a gente dividia. E eu e minhas seis crianças ficamos ali. A minha filha, a Raimunda, já estava em Manaus desde 1994, veio pra ficar na casa da madrinha dela e o Zacarias também porque foi pra Manaus em 1999. Foi logo que nós chegamos, a minha filha Raimunda, disse pra madrinha dela que eu





estava procurando emprego. Foi quando me disseram que estavam precisando de uma cozinheira ali no Parque 10, na Esquina do Pastel, bem próximo a Igreja Nossa Senhora de Lourdes. Era uma pastelaria do seu André, aí, a dona Sandra, esposa dele me contratou. Aí eu fui lá e trabalhei, trabalhei com eles quase um ano. Hoje, seu André é conhecido como o Dedé, ele ficou rico, é o dono da “Cachaçaria do Dedé”. Naquele tempo a gente só trabalhava com pizza e pastel. Foi através desse dele, do meu trabalho, que eu me segui mais; deu para mim comprar minha casinha própria com esse trabalho. Agradeço à dona Terezinha que foi a pessoa que me encaminhou, me indicou pra lá. Mas, sabe que muitas vezes dentro de um trabalho quando as pessoas vê que a gente trabalha direito, essas pessoas têm inveja. A inveja sempre existe como existiu dentro do meu trabalho... Uma pessoa que trabalhava junto com a gente, pensou que eu por ser do interior e sem marido, ele pensava que eu era “mulher de programa”. Uma vez seu Dedé, ele mandou o funcionário dele me levar em casa. Esse senhor que me levou, queria me desrespeitar como mulher, eu não consenti! Era trabalhador dele, aí eu disse pra ele que o seu Dedé tinha mandado ele me levar na minha casa... Foi uma batalha! No dia seguinte eu cheguei lá participei pro seu André. Aí, esse funcionário ficou com raiva de mim porque não dei confiança. Veio a vingança: Um dia um freguês pediu um pastel que era feito com recheio de banana. Fiz um pastel simples porque não tinha a banana, fiz um pastel simples! Quando seu André chegou da missa, esse empregado dele disse que eu tinha escondido as bananas; que o freguês reclamou, pois se tinha a banana eu não fiz como o rapaz pediu. Tentei explicar, mas, seu André, ele ficou bravo e chegou comigo e me deu minha conta... Aí eu disse assim para ele: “Seu André, eu vou sair do seu estabelecimento de cabeça erguida, nunca roubei nada do senhor”. Depois seu Dedé acreditou porque viu que o funcionário dele não era sério; estava roubando ele! Foi me chamar de volta, mas eu não aceitei, fui atrás de outros serviços.

• **2007-2008 – Manaus e novas trilhas: vencendo outros obstáculos**

Depois de eu sair do Dedé, eu trabalhei numa feira, ali no Renato Souza Pinto, continuei meu trabalho. Depois, em Manaus, ainda eu fui vendedora de beira de rua, vendia salgado, vendia bolo, vendia pudim. Aí, depois de





um tempo consegui trabalhar por conta própria, eu abri um restaurante ali na Grande Circular, perto da Delegacia de Homicídios, eu trabalhei lá um ano. Foi do dinheiro desse trabalho meu, por conta própria, que eu comprei minha casa, fui juntando dinheiro e comprei minha casinha. Era um restaurante, que foi assim: a minha patroa quando eu saí dela, que ela foi para o Maranhão, ela disse assim para mim: “Olha, minha filha, eu vou para o Maranhão, mas se você quiser ficar aqui nesse restaurante, aqui onde eu aluguei, eu vou pagar para você um mês, aí outros meses você paga”. Aí ela fez isso para mim, dona Maria de Jesus, uma maranhense! Foi assim que eu fiquei! Aí, depois disso quando a dona do estabelecimento viu que eu estava arranjando muitos fregueses, ela aumentou o preço do aluguel e, por isso, eu digo assim: para qualquer uma pessoa, se tu queres mudar de vida, faz o teu ponto no teu próprio lugar, porque para ti arranjar cliente, basta dizer quem tu és e como tu trabalhas, que vão lá te procurar. Então, eu trabalhei até o final de 2007, quando a dona do restaurante pediu o local de volta. Aí, foi o tempo que eu acabei com a minha venda e fui embora pro Bairro de Nova Vitória e lá eu continuei, arranjei um novo trabalho e trabalhei muito. Quando foi em 2008, eu trabalhei com a dona Romina, uma Promotora, que hoje é Promotora em Tefé. Comprei, com esses trabalhos, a minha casinha. Em Manaus, todas as minhas crianças estudavam, pois várias pessoas me ajudaram. Assim, desde quando eu cheguei em 2000, em Manaus, nunca deixaram de estudar, então, quero agradecer essa família Tavares, que me ajudou a fazer a matrícula dos meus filhos: a dona Lita, dona Ivana, dona Ângela e a Ana. A dona Lita, filha da dona Gervís Seixas, era a Diretora do Colégio “Aderson de Menezes” e a irmã era professora numa escola lá no bairro da União, onde as minhas filhas tiveram parte da infância. Estavam sob a minha guarda a Roberta, o Gilberto, o Benjamim e a Mariana, e a Adriana que ficou com a mamãe em Barreirinha. A Dorvalina morava com essa dona Ana, e Raimunda já estava morando lá no Parque Dez com a dona Terezinha. Aí, depois de seis meses, o Gilberto foi morar com a dona Laura, madrinha dele que é de Barreirinha, mas já morava em Manaus também. Todos os quatro estudando, nunca “perderam” um ano!





Fogão comumente utilizado nas comunidades quilombolas, Comunidade São Pedro.





2009: VOLTA A BARREIRINHA E RETORNO ÀS ROÇAS DO MATUPIRI

Esse dinheiro [R\$1.900,00] eu levei de Manaus, sonhando que eu ia fazer a abertura do meu lanche em Barreirinha. Foi em fevereiro, no mês que viajei e, nessa época que eu fui, Barreirinha foi pro “fundo”; por causa de uma grande enchente a cidade toda alagou. Sumiu as terras e acabou meus sonhos em fevereiro de 2009!

Então foi assim, trabalhei do final de 2007 até em 2009, quando eu pedi minha conta da Doutora Romina, a Promotora e o marido dela, ele era sargento e médico lá na Cachoeirinha. Depois que eu saí da casa da Promotora em 2009, eu viajei para Barreirinha, assim, acaba a minha história lá em Manaus. Foi assim, me deu saudade da minha terra e, na época, quando eu saí da casa da Promotora, ela me pagou, eu recebi dela R\$1.900,00 (um mil e novecentos reais) do tempo que eu fiquei com ela. Esse dinheiro eu levei de Manaus, sonhando que eu ia fazer a abertura do meu lanche em Barreirinha. Foi em fevereiro, no mês de que viajei e, nessa época que eu fui, Barreirinha foi pro “fundo”; por causa de uma grande enchente a cidade toda alagou. Sumiu as terras e acabou meus sonhos em fevereiro de 2009! Aí, eu imaginei, poxa, eu me lembro que meu pai disse assim: “Minha filha, o destino é nós ir embora para interior, pro Matupiri”. Fomos para o Matupiri: eu, o meu pai, minhas irmãs, os filhos. Aí nós passamos 2009/2010 no Matupiri. E nessa enchente que teve, eu aproveitei e fiz um milharal aonde eu vendi bastante milho em Barreirinha; vendia milho e bolo de milho. E fiz minha roça, continuo até hoje eu nessa vida; tenho minha casinha em Barreirinha, e tenho minha casinha lá no interior. Eu vim conseguir está casinha em Barreirinha em 2010, através do seu Adel Assunção Marino, que era o presidente do Bairro Nova Conquista. Foi uma luta de terra, da “invasão” chamada. E, eu, com a luta que tive, junto com eles, também ganhei um pedaço de terra.





Quem me deu esse pedaço de terra, melhor dizendo, “sobra de terra”, foi senhor Josenaldo Andrade, o engenheiro responsável pelo serviço dessa área. Aí, estava limpando esse pedaço de terra lá, quando ele chegou e disse assim: “O que você está fazendo?”. Respondi: “Eu estou limpando aqui um pedaço de chão para mim fazer um barraco, eu não tenho casa, quando venho pra Barreirinha, moro com as minhas irmãs”. E, expliquei pra ele que eu dormia na sala e minhas irmãs custavam a fechar a casa delas e por isso eu ia sempre dormir muito tarde. E ele disse assim: “Não limpei aqui porque esse pedaço, ele está aqui no mapa para ser um bosque, mas, me siga que onde tiver uma sobra de terra vai ser sua”. Aí eu já fui levando a madeira para aquele local e colocando onde estava a metragem dos terrenos. Quando nós chegamos nessa local que hoje é onde fica a Rua 08, do bairro Nova Conquista. Aí, o cidadão disse assim: dessa esquina na outra só dá quatro terrenos. Ele disse, vamos ver e começou a medir e, quando deu dez metros e meio, aí ele disse: “Olha, esse aqui é o seu terreno; cuide de limpar, é seu!”. Isso foi em 2010. Eu fui para o Matupiri e voltei para Barreirinha, e assim eu ficava porque minhas filhas foram morar em Barreirinha, aí por isso também eu queria conseguir esse pedaço de terra. E, assim, tem uma vantagem, Barreirinha, na cheia, ela toda alaga; Nova Conquista não vai para o fundo, só a parte central que vai. Eu acho que é o melhor bairro dentro de Barreirinha, é um conjunto hoje muito bem situado. O presidente da comunidade de Nova Conquista que é o senhor Adel, ele é um quilombola também, só que ele é quilombola de Trombetas, mas já fazia muitos anos que ele morava em Massauari, no Andirá. Ele mais a família vieram de lá e ficaram em Barreirinha, ele é primo do Senhor Antônio Andrade. Foi essa a história de eu conseguir o meu pedaço de chão em Barreirinha.

• Nos caminhos da roça: outras trilhas; novos desafios!

Aí, em 2009 fui pro Matupiri, eu limpei meu terreno, aquele terreno que deixei em 1994, quando eu fui pra Manaus. Ninguém usou; a terrinha lá ficou e minhas plantas cresceram e quando eu cheguei era um grande mata-gal. Quando eu cheguei fui limpar, tinha uma casinha lá, mas depois caiu e ficou só as plantas. Esse terreno sempre foi meu e fica na estrada Freguesia/ Matupiri, próximo das nossas roças, esse hoje eu reparti com os meus filhos, hoje é dos meus filhos, dos meus netos. Essa não foi invasão, mas também não foi comprado, foi uma terra cedida para cada um que tinha vontade





de trabalhar. Era para os agricultores, era pública, de todos! Agora, como está dentro do território onde nós somos reconhecidos como quilombola, o antropólogo e engenheiro do INCRA e MDA, demarcaram como área de sobrevivência, que é para ser usada na área de uso liberada para você fazer o seu plantio, plantar sua roça, seu abacaxi, sua laranja. Não temos na área da estrada, áreas de reserva para outras benfeitorias, não existe área de reserva do Estado, só existe área de uso para ser usada, porque é de lá que vai nascer a nossa produção para a nossa sobrevivência. De lá que vai ser escoada a produção para a nossa sobrevivência. Como agricultora mesmo, eu tenho o meu ITR das minhas terras, porque naquela época todo mundo tirava o ITR, hoje a gente tem a comprovação do ITR em mãos. Na época que nós começamos a trabalhar não existia.

• 2010 – Preparando a área para o plantio: “foi o começo”

Depois, Matupiri de novo! Agora, quando vou pra Barreirinha vou para minha casinha e assim eu vou levando a vida dessa maneira. Quando eu retornei pra Barreirinha em 2009, foram as cinco crianças juntas. Ficou, em Manaus, o Zacarias, Benjamim, Raimunda e Adriana, voltou comigo a Roberta, Mariana, Dorvalina, Gilberto e o Dudu. Para dar conta da sobrevivência, começamos a fazer a horta, plantar milho, plantar feijão; tudo isso nós produzimos, a gente produz até agora eu com os meus filhos, eles me ajudavam e, até hoje, ainda ajudam. De dentro da Comunidade do Matupiri dá mil metros do meu terreno, o terreno da roça; vamos a pé sempre. Todos os dias a gente se deslocava até fazer a casinha. Agora, como nós temos a Casa-de-Farinha, a gente praticamente já mora lá; a gente só vem para a comunidade dia de sábado. Esse terreno faz frente pra estrada e faz fundo pro rio. Quando eu voltei para lá em 2010, fui fazer o roçado eu e dois afilhados. Eu aprendi todo trabalho e os meu filho, Gilberto e meus afilhados, o Mouse e o Anderson, me ajudaram. Roçamos, derrubamos o roçado pra queimar, pra poder fazer o plantio do milho; da roça. O roçado tem um hectare e meio... Foi o começo!





• 2011 - Roçando pra plantar: determinação, força e coragem.

Quando foi em 2011 eu continuei fazendo roçado, eu derrubei meio hectare, sozinha; eu, cortando de machado! Aí eu plantei quatrocentos pés de banana eu mesmo... Só no machado! Roci, fiz a cama tudo isso com o terçado e derrubei com o machado, sozinha. Sozinha, e eram uns paus bem graúdos mesmo. Nesse dia, eu me lembro como se fosse hoje: eu fui pra lá sete horas da manhã e eu fiquei olhando, olhei para o meu machado, olhei para o meu terçado, água na garrafa e farinha... Sorte que naquela época já tinha luz, foi colocada em 2010, mas não adiantava muito, luz só na estrada. Aí, eu fui, peguei de cortar com o machado das sete horas, quando deu três horas da tarde eu terminei de derrubar, acabei de derrubar meio hectare... Estava com muita fome, bebi água, molhei a farinha, comi... Aí, eu não tinha nem força de andar, mas, pensei: “Eu chego em casa” ... fui embora! Coloquei o machado na costa, água e farinha. Cheguei lá em casa tomei meu banho e fui me deitar; não tinha vontade pra nada, muito cansada eu estava... Com a minha mão toda arreventada, calo na mão! Quando me levantei, depois, cheguei e disse assim para as minhas filhas: “Eu aprontei o nosso roçado pra plantar banana... Quando queimar, nós vamos plantar”. E aconteceu isso, quando “queimou”, nós fomos pra lá plantar banana! Hoje [2015], eu não tenho mais essa força, hoje eu faço mais não tenho mais essa força que tive nesse período de 2010, 2011, 2012. Eu digo assim, muitas vezes eu ficava imaginando, eu fui uma mulher muito guerreira na minha vida, agradeço muito a Deus de ter essa oportunidade, porque sobre casamento eu nunca fui feliz na minha vida, porque eu nunca tive pessoas pra ter pena de mim; para dizer: “Deixa que eu faço pra ti; deixa que eu vou fazer por ti”. Eu mesmo faço, até hoje! Se eu quiser pegar, buscar uma madeira, eu mesmo faço, não mando ninguém... Eu acho que o meu destino foi esse de ter essa vida dessa maneira! Mas, agradeço a Deus por ter tido essa oportunidade, e hoje todos os meus filhos estão crescidos, todos assumiram a responsabilidade de si próprio. Hoje [2015], ainda fazendo isso, eu vivo na minha casa com os meus dois netinhos, são meus; eu crio, e nós gostamos muito deles!





- **O cansaço analisado sob a ótica do trabalho exaustivo**

Eu ainda trabalho, eu tenho minha roça, vivo disso e da minha Bolsa Família, que é de R\$180,00 (cento e oitenta reais). É o dinheiro que tenho e com ele, me viro! Agora o que eu já sinto, hoje, é dificuldade para derrubar uma madeira de machado, não tenho mais aquela força; com terçado eu ainda derrubo, mas cortar de machado eu não tenho mais força, porque dói muito a minha perna. O problema é que de tanto esforço, atingiu a minha coxa. Se for cortar, o movimento daqui e dali que eu faço, quando eu trabalho, dói! De noite eu não durmo bem, com dor no meu pé, com dor na minha perna, eu passo mal... Aí, meu filho, Gilberto, reclama não quer mais que eu faça trabalho pesado, mas, eu sempre digo assim: Eu, se eu não fizer quem vai fazer para mim?" Então, eu mesma faço! Fica difícil... Hoje [2015], por exemplo, na capoeira baixa; na mata baixa eu roço mas já prefiro que seja de roçadeira. E continuo fazendo, limpando terreno pras plantas, eu vou até tirar umas fotos do meu açail, está muito lindo! Falta só limpar, porque está agora no mato. Eu não limpei agora no verão por causa da queimada que provocou uma grande queimadura e fumaça, porque se eu tivesse roçado, tinha desgraçado as minhas plantas, como de muitas pessoas que plantaram na beira da estrada ficou, virou um carvão. Então, agora [2015] é que eu vou limpar as minhas plantas. E as plantas, algumas daquelas plantas que eu plantei em 2010 já estão dando frutos, cinco anos começaram a dar fruta. Ano passado já deram, esse ano já estão dando também, está tudo florindo!

- **Lições de vida: aprender com o “outro” para enfrentar novas lutas**

Então eu tenho essa minha vida sofrida, tirava o cipó, breu, plantava capim, fazia a minha roça sozinha. Meu marido me abandonava, ia passar umas duas semanas pra casa dos pais dele, eu ficava só eu e meus filhos. Em Manaus arranjei uma pessoa que foi para acabar com a influência da esperança que eu tinha; hoje em dia eu não consigo acreditar mais em ninguém. O que eu queria, ele não concordava, não queria. Não sabia fazer nada, assim, de trabalho pesado, a vida dele era trabalho leve, não sabia roçar. Ele nunca





influiu com bons olhos na minha vida. Ele destruiu a minha vida! Ele acabou com as minhas influências e quase acaba com a minha carreira, com o que eu queria para mim: de chegar, aonde hoje [2015] eu cheguei, como Presidente da Federação... Onde eu estou eu enfrentei barrancos e barrancos, subindo e descendo. **As palavras que ele falava contra o meu povo, dizendo que eu perdia meu tempo com um bando de negro; que não ia ter resultado nenhum, que sequer eu ganhava dinheiro disso.** Eu disse assim pra ele, “Eu não ganho dinheiro, mas ganho muito conhecimento, muita experiência e conheci muitos e muitos amigos, que eu nunca pensei em ter tantos amigos como hoje eu tenho”. Assim, eu acho que todo mundo que me conhece me gosta de verdade, me valoriza muito! Então, para mim, agradeço muito essa oportunidade de ter aprendido mesmo que ouvido o que não queria ouvir. E também tenho pra mim, assim: muitas vezes, o que uma pessoa te faz, ela te amadurece! Porque quando eu entrei com esse trabalho, como Presidente da Federação dos Remanescentes de Quilombo, tinha pessoas que apontavam no meu rosto, pra minha pessoa, dizendo que eu não tinha como fazer nada pelo povo quilombola, que eu era burra; não tinha saber pra dirigir o meu povo... Isso está registrado numa ata do mês de dezembro de 2011 que o Senhor Mateus Cruz Rodrigues, apontando o dedo para mim disse que eu era uma burra, analfabeta. Isso durante Assembleia que ele e um grupo de dez pessoas fez tentando derrubar o meu mandato. O objetivo deles era “puxar” uma nova eleição e acabar mesmo com o nosso mandato. Saí chorando pela humilhação que sofri publicamente por esse grupo de professores. Quando que disseram que eu era pobre, sequer tinha emprego, eu disse a eles que para fazer o bem não precisava ter dinheiro, o que é necessário somente é ter coragem e interesse pelo povo das nossas comunidades. Tudo isso, me amadureceu, sim, e eu agradeço a quem tanto me humilhou, pois eu voltei a estudar, eu terminei em 2014 o 9º ano do EJA [Educação de Jovens e Adultos]. Hoje [2016] já estou fazendo o segundo ano do Ensino Médio. Cresci, aprendi com essas pessoas que eu tinha que crescer; ser bem maior!





2005-2011: NOVOS DESAFIOS: DETERMINAÇÃO E MILITÂNCIA NO MOVIMENTO QUILOMBOLA

Eu fui a pessoa convidada, em 2011, pelos quilombolas pra fazer parte da nova eleição da Federação. Eles me disseram que já estava se passando muito tempo e não estava mais existindo nada de trabalho, assim, de comando, né?

Assim, voltando pra entender como tudo aconteceu, tenho que dizer sobre o trabalho que falava pela primeira vez sobre remanescente de quilombo, lá em Santa Tereza do Matupiri, foi através de uma pesquisa feita por dois professores, a Professora Ana Felisa Hurtado Guerrero, junto com o Professor Camilo que é irmão dela, mais o Professor Águido Akell Santos de Carvalho. Então, o trabalho deles era sobre a Vigilância Sanitária, eles foram pra lá pela Fiocruz. Aí, eles viram, nós, né?... Aí, fizeram um levantamento de pesquisa sobre as famílias quilombolas de dentro do rio Andirá em 2005. E, passou todos esses anos, por exemplo, mas sempre ensinando nós a fazer o nosso Estatuto dos Quilombolas. Quando foi em 2009 a professora tornou voltar pra fazer a segunda pesquisa dela. É, foi em 2009, a doutora Ana voltou com a segunda pesquisa aonde ela ajudou a fazer a reunião e a ata que aprovou o Estatuto dos remanescentes quilombolas no dia 16 de fevereiro de 2009. Aí, nasceu a Diretoria Executiva, da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha (FOQMB) e a nossa primeira Presidente foi a Maria Cremilda Rodrigues dos Santos, que a gente quer agradecer pela força que ela teve, e também as equipes que trabalharam junto, de 2009 a 2011. Eu fui a pessoa convidada, em 2011, pelos quilombolas pra fazer parte da nova eleição da Federação. Eles me disseram que já estava se passando muito tempo e não estava mais existindo nada de trabalho, assim, de comando, né? E eles estavam preocupados. Então, foi assim, que eu conheci, já em 2009,





a professora Felisa, lá pelo Matupiri. Aí, 2012, eu já eleita, fui pra Manaus e conversei com a doutora Ana, aí, ela e nós fomos pra luta de novo. Foi de 15 de novembro de 2012 que fui eleita e dei continuidade no nosso trabalho. Quando eu recebi a Federação, a gente já tinha o nosso Estatuto e, na Ata, só tinha o nome de quatro comunidades: Boa Fé, São Pedro, Trindade e Matupiri. A comunidade de Ituquara ainda não tinha sido lançada dentro da remanescente de quilombo. Quando eu fui eleita, através de um pedido e explicação de meu pai, que era a pessoa que conhecia toda a realidade; quem era e quem não era da remanescente. Ele me pediu e disse que Ituquara merecia entrar também no mesmo grupo... Por que? Porque lá existia, como existe, família de remanescente quilombola! E hoje, Ituquara também tá dentro do quadro do território quilombola e a gente tá levando isso em consideração pra dar continuidade; olhando por aqueles que tão vindo pra dentro da área quilombola.



Porta Guardanapo - Foto: Ilda Castro, 2015





2012-2014: 1º MANDATO DE MARIA AMÉLIA – NOVAS TRILHAS PERCORRIDAS

Quando a gente chegava dentro da capital [Manaus] acabava o nosso dinheiro. Aí, o que fazer?... Nós chegamos sair pela rua pra nós juntarmos tampa de garrafa “pet”. Eu fazia das tampas uns cachinhos de uva que eu tecia de crochê pra enfeitar aqueles porta-guardanapo. A gente depois saía pelos bares pra vender e pagar a nossa passagem de ônibus... Pra nós andar pela cidade; pra conseguir auxílio pro nosso povo.

Aí começou o trabalho da minha gestão, eu trabalhei um ano e cinco meses só pra arrumar o que não avançou. Os seis meses foi só a luta no judiciário. Em junho de 2012 iniciei meu trabalho, quase um ano já tinha se passado. Aí, quando começou 2013, o nosso trabalho já estava bem caminhado. Nessa época de 2012, lá em Manaus, a gente se “achava” com a Fiocruz. A Fiocruz ela até nos alimentou; ela ajudou muito nós! Ela me ajudou bastante no começo da minha gestão. Os meus parceiros que iam comigo pra Manaus era o Mizael Castro Rodrigues, Georsene dos Santos Freitas, Luís Carlos e o Jaildo Marinho de Souza (o Pelé). Aí nessa época o meu Vice era o Georsene. O Georsene nos abandonou e ficou por Manaus... “Achou” uma mulher, ficou pra lá e abandonou o trabalho. Aí ficamos! Nessa ida pra Manaus, nós fomos para gente lutar dentro da SEPROR [Secretaria Estadual de Produção Rural], e da CONAB [Companhia Nacional de Abastecimento]. Quando eu cheguei lá, pela primeira vez, lá tinha um pedido pra não atenderem nós. Através de um amigo, ele descobriu que lá existia um documento; existia uma Carta Circular, bem dizendo, aonde dentro da carta falava que as pessoas que comparecessem se apresentando como autoridade da Federação, está escrito assim: “que era o caso de acionar a polícia”. Porque, dizia a carta, que eram documentos falsos que estavam chegando dentro da CONAQ [Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras





Rurais Quilombolas]; que nós não tínhamos razão de sermos representantes da Federação, ninguém era autoridade pra representar as comunidades do Andirá. Eu perguntei pro rapaz que me contou isso: “Tu poderias conseguir esse documento para chegar na minha mesa?” Ele disse, assim: “A senhora faça um ofício e peça que eu mando esse documento”. Assim fizemos! Eu fiz o Ofício, pedindo essa carta e chegou pra nós o documento que está no arquivo da Federação. Tá escrito nessa Carta que nós não baixamos o edital pra realizar a eleição. E isso nós fizemos porque é assim que manda o Estatuto da Federação. Lá estava escrito o nome das nove pessoas que compartilhavam da minha mesa, e todos eles têm essa carta, que eu botei na mão de todos eles. Cada um deles tem a cópia da carta! Foi o que a primeira Presidente, Maria Cremilda, fez com a gente quando assinou esse documento... Era pra “quebrar” mesmo a gente! Tudo isso dificultou nosso trabalho, quando nós viajávamos pra Manaus, a gente achava muita dificuldade; olhavam pra gente diferente. Assim fomos enfrentando barrancos e barrancos, por exemplo, pra gente chegar até Manaus com algum dinheiro, no interior, a gente fazia farinha, outro se virava para pegar peixe para vender. O Pelé que trabalhava de moto serra, ele tirava uma madeirinha vendia e a gente pegava o barco e ia pra lá. Quando a gente chegava dentro da capital, acabava o nosso dinheiro. Aí, o que fazer? Cada um ia para um lado, outro para outro. Aí, chegou uma vez que, lá em Manaus, o dinheiro acabou. Nós chegamos sair pela rua pra nós juntarmos tampa de garrafa “pet”. Eu fazia das tampas uns cachinhos de uva que eu tecia de crochê pra enfeitar aqueles porta-guardanapos. A gente depois saía pelos bares pra vender e pagar a nossa passagem de ônibus... Pra nós andar pela cidade; pra conseguir auxílio pro nosso povo. E teve um dia, que eu e a nossa equipe que era eu, Mizael, Jaildo (Pelé) e o Georsene, nós saímos do bairro “Nova Vitória”, onde era e é a minha casinha que eu tenho e fomos até a SEPROR, a pé. É muito longe, já fica no caminho que vai pro Aeroporto, mas, fomos andando, conversando, pra voltar de ônibus. Nós saímos seis horas da manhã e chegamos às nove horas na SEPROR, que fica na Torquato Tapajós. Aí a gente sofreu demais, muito! Nós ficamos na SEPROR das nove até às onze horas, e nós saímos de lá umas onze e meia pra chegamos às duas horas da tarde lá na CONAB, porque esta já fica no Distrito Industrial. Tudo a pé! Aí, quando viemos de lá, já voltamos de ônibus. Aí que fomos gastar nosso dinheiro da venda dos porta-guardanapos.





POLÍTICAS PÚBLICAS: REIVINDICAÇÕES DA FOQMB E ENTRAVES BUROCRÁTICOS

Na SEPROR nós reivindicávamos sobre as casas dos trabalhadores rurais, que haviam começado e, nunca foi terminado, como também não foi terminado o Programa “Agricultura Familiar”. A alimentação do Programa “Fome Zero”, a gente procurava a CONAB e o MDA; na FUNASA era pra resolver o problema dos poços artesianos que não temos nas comunidades até hoje [2015]. Fomos enganados, nos enganaram muito, muito mesmo! Então, tudo isso nós passamos para conseguir o que ficou tudo pela metade; pelo meio do caminho!

• Cesta Básica: Programa Fome Zero.

Olha, no primeiro mandato, aconteceu é que o povo esperava uma decisão de terra; uma decisão sobre as nossas terras, era o que as comunidades queriam, né? Mas, a gente, na primeira gestão, não conseguimos nada disso! O que tivemos, na primeira, foi uma solução que veio pra dentro da área quilombola sobre uma alimentação. Isso existiu até o momento que a Presidente permaneceu dentro do mandato, sim, existiu... Mas, essa alimentação foi parada, não continuou! Esse era o Programa “Fome Zero”. Era a CONAB que fazia o levantamento, mas o que fazia essa alimentação ir pro interior era a MDS. Então, parou, e depois ninguém sabe, não sei nem explicar porque foi que desapareceu essa alimentação. Só sei que até hoje [2015] estamos lutando pra ver se nós conseguimos tornar voltar essa alimentação. Era uma alimentação boa e de boa quantidade. Eu, a gente escutava dizer que chegou até ir 14 (catorze) toneladas de alimentação pra ser repartida junto com as comunidades remanescentes de quilombo. E, funcionava assim, porque assim eu fiquei sabendo quando me informei dentro da Prefeitura. Eu queria saber qual era a parceria que a prefeitura tinha com a remanescente de quilombo.





E, na Prefeitura me disseram assim: a CONAB deixava no porto de Manaus a alimentação e a prefeitura de Barreirinha ajudava a pagar os transportes; a balsa, ou ia no “barco de linha” que levava o alimento, e também pagavam o galpão onde ficava guardada a alimentação. As famílias cadastradas iam pra Barreirinha receber esse alimento. Era entregue na sede do município. O Prefeito, Messias Sateré, doava uma alimentação bem reforçada dentro da cidade pra este povo que vinha do interior receber essa alimentação, assim me disse o funcionário da Prefeitura. Além do que, ele ainda disse que o Prefeito doava 100 litros de gasolina, cem litros de diesel pra que esse povo levasse a sua alimentação até a sua comunidade. Ainda tinha mais: Cada uma daquelas famílias que tava na lista; no cadastro, essas famílias que recebiam o alimento eles pagavam também uma taxa de R\$12,00 (doze reais) por família pra Presidenta da Federação. Além do pagamento dos doze reais das famílias que eram cadastradas, ainda existia uma tal de “emenda” que era dos filhos que não eram cadastrados que pagavam no valor de R\$5,00 (cinco reais) por “emenda”. As famílias de Matupiri eram 80 famílias, de Boa Fé era 40 famílias, da comunidade de Trindade eram 26 famílias, o São Pedro não participava das listagens, mas mesmo assim a Presidenta fazia uma “emenda” e eles entravam numa listagem à parte, e pagavam o mesmo tanto das famílias que pagavam os R\$12,00 (doze reais). Pra distribuir a cesta básica, uma equipe desmanchavam tudinho dos pacotes que iam e davam do jeito que eles bem imaginavam pra uns, para outros eles davam tanto... Era assim! Nunca foi um rancho correto, quer dizer, distribuindo pra todos tudo o que vinha. Nesse rancho só não tinha mesmo era café, o sabão e o sal. O resto vinha tudinho: o açúcar, o leite, o nescau, o feijão, o óleo, macarrão, o fubá, farinha... Era um rancho quase completo né? Não era uma coisa certa; pra um ia alguma coisa, pra outro não ia, mas pra outro ia mais farinha. Então, era assim (silêncio). Em fevereiro de 2012, foi a última vez que foi. Lutamos muito pra trazer de volta, mas até hoje [2015], nunca mais nós recebemos esse benefício!

- **Programa “Minha Casa, Minha Vida”**

Outra política, além da alimentação que nós tivemos em nome dos remanescentes de quilombo, foi as casas do Projeto “Minha Casa, Minha Vida”, chamado também de “Viver Melhor” que o Governo Federal implantou





dentro das áreas quilombolas. Aí, foram contempladas todas as comunidades, Boa Fé, São Pedro, Trindade e Matupiri. Infelizmente não tivemos a oportunidade de existir uma casa dessa feita por completo. Em 2009, o projeto se iniciou na Boa Fé; cinco casinhas que não foram terminadas. Quando foi em 2011, continuou o projeto nessa mesma comunidade. Essas casas também fizeram incompletas, fizeram um pouco da construção, pois, nem o piso e nem o banheiro foram feitos. Essas casas estão lá de prova, incompletas! Todas, assim, mal-acabadas. Hoje em dia, têm umas que já tem um piso porque os próprios donos que tão morando já fizeram com seus reforços próprios. Ainda aconteceu que, em 2009, algumas casas estavam sendo construídas, dessas algumas foram desmanchadas e o material foi levado numa balsa. Aí, a gente pergunta: A mando de quem? Pra onde foi esse material? As outras num foram porque os donos mesmo das casas ficaram de baixo do teto, dizendo que só saíam se fosse com todos eles ali debaixo. As outras foram demolidas, esse material todo foi levado pra Barreirinha: pia de banheiro, cano e brasillit, tanque do depósito de água que sobraram do que não foi feito as casas. Tudo isso aconteceu em 2009. Foi horrível isso! Já no meu mandato, em 2012, o senhor Mizael, morador da comunidade de Boa Fé, ele chegou até a mim e disse que tavam tirando as casas; demolindo de dentro da área do quilombo. Quando fui comunicada, nos reunimos e fomos pra lá, dissemos que não fizessem isso e se tentasse novamente a gente ia tomar as providências, e eles nunca mais tentaram fazer isso. Mas, nós já com medo do que tinha acontecido, o procedimento que foi feito é que nós fizemos a denuncia em 2014, ela está dentro do Ministério Público Federal, essa e outras reclamações (silêncio); estamos aguardando a resposta.

• Projeto “Agricultura Familiar”

Chegou também o projeto do Governo Federal sobre a agricultura familiar, chegou em nossa comunidade a promessa da “Agricultura familiar”, mas nós não tivemos ainda o direito de fazer nossos cadastros. Como os funcionários da SEPROR orientaram, fizemos os roçados, tivemos o trabalho de plantar as sementes, mas nós não tivemos mais os técnicos pra nos ensinar o plantio e, até hoje, as plantas lá estão, muitos já plantaram como nós sabemos plantar, mas outros pararam, não se ariscaram a plantar enquanto não tivesse a ordem do técnico pra fazer esse plantio. Está tudo parado desse pro-





jeto. Mas, nós estamos devendo pro Banco da Amazônia... E, como pagar, se nada foi feito de plantio? A coisa era adquirida assim: faziam o levantamento através dos terrenos que cada um tem. Então, quem tinha os terrenos fazia o financiamento, quem não tinha, fazia parceria com quem tinha o terreno pra poder chegar até o Banco, pra poder conseguir o financiamento e entrar no projeto. Recebemos tudo em material pra cada família que foi contemplada com o seguinte material: motor de popa, “a rabetinha”; o “casco”, que é aquelas canoa de alumínio; a roçadeira, carrinho de mão e o motor bomba. Então, todos esses objetos nós vamos ter que pagar pro Banco. E, eu pergunto: “Como pagar, se tudo parou?”. Não foi dada a continuidade que era o plantio do produto que a gente teria que cultivar pra vender e pagar o Banco. Tudo parou! Os técnicos não foram lá pra dizer ou ensinar pra nós a técnica do plantio. Cada família recebeu R\$11.000,00 (onze mil reais), sendo assim: 2.800,00 (dois mil e oitocentos) em dinheiro “vivo” e o resto foi transformado nesses objetos. Isso foi em 2012, e já vamos ter que começar a pagar o Banco em 2018. Conta pra frente os cinco anos, pra começar a pagar o Banco, quando a cultura de longo prazo já devia está no ponto do cultivo. A cultura temporária, como eles explicaram, aquelas que iam ficar mediando as outras mais fácil de pegar que é o jerimum, melancia, cará, a mandioca essas são as plantas; as que nascem rápido. Essas sim, nós plantamos, porque nós lidamos com elas e nós já sabemos, e que era pra nós ir vendendo ou usando no consumo enquanto crescia aquela de longo prazo do cultivo, que é cacau, café, açaí, cupuaçu e taperebá. Dessas, não veio nem semente e nem os técnicos como disseram que ocorreria. Eh, a nossa preocupação: como pagar, a gente pergunta, né? E a gente sabe que não deu certo porque a Prefeitura ela não deu o valor às pessoas. Porque todos já sabem nós temos o grande rio Andirá, e esse grande rio Andirá precisa de gasolina e barco pra você atravessar, né? Porque senão você não chega até lá no comércio com o produto. Então, é assim, como demos entrada na reclamação das casas, nós também demos entrada no Ministério Público Federal no dia nove de abril de 2014, sobre esse problema do financiamento. Desse primeiro mandato, só me acompanhou até o final da primeira gestão foi o Jailton, que é o Pelé, o Mizael, a Solange Belém da Silva, que era a minha tesoureira e eu. Nós éramos quatro e continuamos na luta!





- **Poços Artesianos: “Programa Nacional Água de Primeira Qualidade”**

Além desses três programas tivemos um da FUNASA, dentro da nossa área, a Funasa está com compromisso dentro da comunidade quilombola de implantar água de primeira qualidade. É um programa Nacional da Saúde: “Programa Nacional Água de Primeira Qualidade”. Já foi duas vezes dentro da área quilombola e esse projeto começou no ano de 2014. Eles foram em 2014 duas vezes. Eles foram em março, se não me falha a memória, e eles foram em novembro de 2014. Inclusive nós estamos aguardando essa ida deles lá para implantar a água de qualidade dentro das Comunidades de Itaquara, Trindade e São Pedro que são aquela que não têm água de qualidade; não têm poços artesianos. Os técnicos ficaram de voltar agora no ano de 2016. Nós temos o documento da Federação solicitando da FUNASA essa água de qualidade pra dentro da área quilombola. Inclusive a Federação está aguardando a ida do Superintendente da FUNASA que foi prometido pra visitar nossa a área quilombola. Eles disseram que logo de imediato eles voltariam com a presença dele. Então, pra nós remanescentes, para o povo quilombola que convive dentro de um rio, que precisa dessa água de qualidade será, bem dizer, um milagre muito grande entre eles e entre nós, como remanescentes de quilombos, se isso acontecer. Eles falaram também pra gente que estavam preocupados porque eles viram a qualidade da água que estava nosso povo estava utilizando pra tomar e fazer o nosso alimento. A água daqueles que não têm poços artesianos, eles usam da “beirada do rio” para botar no pote, na geladeira e usam assim mesmo; não tem nenhum tratamento a água. Nós estávamos preocupados no período da enchente da nossa comunidade de Santa Tereza do Matupiri. A água que usamos é de um poço artesiano que está praticamente dentro do Cemitério da comunidade; praticamente uns 40 metros de distância dos defuntos. E o que foi que nós apelamos? Solicitamos que a FUNASA fizesse análise da água pra ver o que estava acontecendo. É muita doença que afeta principalmente as nossas crianças e idosos no período de enchente, quando a água do poço transborda no próprio chão, pois a madeira que sustenta a caixa d’água apodreceu e caiu e a água vem mesmo é do chão... Não tem reservatório! Então, os técnicos da FUNASA nos disseram que a gente não precisa se preocupar com água da nossa comunidade de Santa Tereza do Matupiri, pois não estava sendo afetada em nada devido





ao cemitério ser próximo. Eles mediram a profundidade do poço, fizeram a coleta da água e levaram pra Manaus pra fazerem o estudo e eles disseram para nós que não tem nenhum problema. Prometeram instalar os poços artesanais nas comunidades de Trindade, São Pedro, e Ituquara, iniciando com tanques e futuramente eles vão fazer os poços artesanais com calma, como eles disseram para a gente, coisa que se faz corrido nunca presta, então, deve ser feito com qualidade não com quantidade. Então, esse é o compromisso da FUNASA dentro da área quilombola.





2013: DIREITOS TERRITORIAIS – “OS CADEADOS NÃO SE ABRIRAM DE PRIMEIRA”

Eu, pra mim, me sentia assim, desamparada no começo porque eu não tinha como abrir o cadeado; porque eu não tinha a chave... E, através dos órgãos que me abraçaram se rompeu esse cadeado que estava trancado sobre a gente, as nossas pessoas, sobre as nossas comunidades.

Assim, na época [2012] que, logo que começaram os trabalhos, pelo uma parte eu digo, assim, das instituições, elas foram pra mim, quando eu comecei, muito difícil! Nós, com todos aqueles problemas, mesmo assim as portas começaram a ser travadas porque os cadeados não se abriram de primeira... Eu, pra mim, me sentia assim, desamparada no começo porque eu não tinha como abrir o cadeado; porque eu não tinha a chave... E, através dos órgãos que me abraçaram se rompeu esse cadeado que estava trancado sobre a gente, as nossas pessoas, sobre as nossas comunidades. Por que era difícil a gente se comunicar com eles do INCRA! Olha, sobre as nossas terras quilombolas, a primeira porteira que eu comecei abrir pra nossa gestão, pro nosso povo, foi quando entrei no INCRA e, pela primeira vez eu tive a coragem de perguntar: O que tinha lá contra nós? O que estava acontecendo? Isso foi em 2012... Aí, depois disso, começou a nossa corrida pra resolver o problema das nossas terras, do nosso território quilombola. Foi assim que praticamente que abriu os primeiros cadeados quando lá em Barreirinha, o José de Nazaré, o padre Vivaldo que era o pároco de Barreirinha, filho do seu Peixoto que são de Barreirinha, e o José Roberto Teixeira, da Secretaria Municipal de Produção Rural me informaram que o caminho pra resolver isso era o MDA. A professora Arlete Anchietá, que é Coordenadora do FOPAAM [Fórum Permanente de Afrodescendente do Amazonas] também ajudou a gente a fazer esses





contatos, tanto no MDA como ela também se interessou e fez todo esforço pra ajudar a resolver nossos problemas lá na CONAB sobre nossas Cestas Básicas. Então, foi essas pessoas que me informaram que a MDA era a porta para começar a se abrir pra nós chegar onde nós temos chegando. Mas, tudo isso ainda era mesmo só começo!

• O passo-a-passo do Movimento Quilombola na luta por direitos territoriais

Quando foi em 2013, a gente, através dum Encontro; uma conversa que nós tivemos em Barreirinha, assim, através do MDA, foi que apareceu os nossos contatos com a Fundação Palmares. Foi através do Clóvis Pereira que, na época, era o delegado do MDA, ele e o Lúcio Carril que também nós conhecemos lá. Isso, eles foram lá, em Barreirinha em 2013 fazer uma visita; conversar sobre o direito das terras dos agricultores. Como foi convidada a comunidade quilombola, eu, como Presidenta da Federação, fui e falei toda a verdade como que estava a nossa vida; como é que estava o nosso problema dentro da área de quilombos. Aí eles disseram que era para mim aguardar, que ia chegar pra mim algum contato. Quero dizer que chegou, de fato, na comunidade de Santa Tereza do Matupiri um documento da Palmares, já com o endereço que eles tinham enviado. Nesse documento, a Palmares pedia que a gente fizesse um novo levantamento das Comunidades Quilombolas, porque a ata que tinha chegado por lá era uma ata que não tinha palavras para se encaixar, assim, para comprovar que a gente era quilombola. Era isso que dificultava... Então, como poderia a Palmares ajudar? Nessa época, ainda não tinha sido definido em Assembleia a nossa autodefinição da remanescente, por isso a Palmares não podia fazer nada. Acho que é essa ata que chegou pra lá foi da primeira gestão, do tempo da dona Clemilda, só que como ela não reconheceu em Cartório, ou não fez o levantamento; o cadastro dos moradores dos quilombos, e, por isso, a Palmares também não pode nos ajudar. Então, aconteceu assim, a gente teve a oportunidade de conhecer, através do Clóvis, a Cartografia Social da Amazônia, onde o professor Alfredo Wagner é o Coordenador de lá. Fomos pra saber como a Cartografia poderia nos ajudar lá dentro dos quilombos. Conhecemos o Professor Emmanuel Farias Júnior, conhecemos a professora Magela Andrade, conhecemos a Carol [Carolina Silva] que explicaram sobre o trabalho deles. Voltei pra Comunidade





de Santa Tereza do Matupiri e, quando foi no dia 11 de janeiro de 2013, realizamos uma Assembleia que aprovou o Ofício de pedido nosso pra ser realizada a Oficina de Mapeamento do nosso território e do Curso de GPS. Aí, tá... Levamos pra Cartografia esse nosso pedido e quando foi no dia 14 até o dia 19 de fevereiro de 2013 foi acontecendo esses dois trabalhos, com a presença de mais de sessenta pessoas de todas as cinco comunidades, onde compartilharam essas pessoas da Cartografia junto com a gente. Daí, terminando esses Cursos, três dias depois, no dia 22 de fevereiro de 2013, eu e o Douglas, meu sobrinho, fomos nas cinco comunidades; de comunidade em comunidade, passando fome... Tem uma parte que nós remávamos porque acabou a gasolina. Ele [o Douglas] é um rapaz que é muito esforçado, interessado... Ele coordenou a equipe dos quilombolas, de trabalho do GPS; de bater os pontos em todas as nossas terras. Aí, a ida em cada comunidade era pra orientar eles a fazer a sua Assembleia de Autodefinição, nós fomos, eu e o Douglas, de comunidade em comunidade. Nós começamos pela comunidade de Trindade, viemos pela comunidade São Pedro. Aí fomos para o Itaquara em um dia de sábado e, quando foi no domingo de manhã nós fizemos a comunidade de Boa Fé, porque ia dá no período de sábado e Boa Fé não trabalha dia de sábado porque eles são da religião do Sétimo Dia, aí nós respeitamos, porque é esse o respeito que temos por eles! E, à tarde, do dia 27 de fevereiro de 2013, foi o fechamento dentro da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, onde foi feita a Assembleia Geral com mais de trezentas assinaturas, daqueles que se reconheceram como remanescência de quilombo. Depois de tudo isso... Aí, quando nós terminamos com o nosso trabalho, eu vim correndo para Manaus, cheguei lá em Manaus e procurei a professora Magela e o professor Emmanuel para saber onde eles poderiam nos ajudar de novo. Foi aí que eles explicaram que a gente tinha que reconhecer aquelas atas como nós sendo da remanescência de quilombo. E ainda temos uma história, onde para gente reconhecer essas atas, nós atravessamos a Eduardo Ribeiro correndo porque o cartório já estava fechando, para ver se conseguia mandar esse documento no mesmo malote da cartografia para Brasília. E, conseguimos! Voltamos na Cartografia e entregamos o documento e aí foi que aconteceu a história que hoje nós somos. Foi aí que, no dia 08 de agosto de 2013, nós enviamos todas elas [as atas] pra Palmares. Esperamos, esperamos... Aí, tá! Quero dizer também que em março de 2013 nós já tínhamos outro pedido de Ofício pra Cartografia. Foi logo em seguida do mapea-





mento, entramos com outro Ofício pedindo deles a Convenção, da Cartografia, né? E veio a convenção, melhor dizendo, o Curso que falava sobre Convenção 169 [OIT]. A Cartografia me mandou para dentro de novo das comunidades quilombolas essa Convenção 169, e quando foi no de 26 a 30 de setembro de 2013 que aconteceu esse Curso, que foi todo orientado pela Dra. Sheilla Dourado, ela é advogada, do Direito Ambiental. Isso foi para nós sabermos os nossos direitos; saber qual o valor que nós remanescentes de quilombos temos. Um pouquinho depois do Curso da Convenção 169, isto já em outubro de 2013, chegou as Certidões de Reconhecimento, em nossa mão, da Palmares já entregando. E ainda tem isso, em novembro quando chegou o resultado nós fomos até o INCRA... Chegamos lá, a coordenadora que estava coordenando esse trabalho, Dona Lúcia, ela disse que não tinha como entregar os documentos originais porque ela não tinha a ordem de passar essa documentação pra a comunidade; porque ela não podia entregar sem ordem. Aí nós pedimos pra ela, se ela poderia nos ajudar, entregar ao menos a cópia das Certidões de Reconhecimento. E ela deu, meio assim, mas entregou para mim e a professora Magela (a professora Magela que estava junto de mim) as cópias da certidão. E quando eu cheguei em Barreirinha, indo de Manaus para Barreirinha, no dia que eu cheguei o Correio foi levar na minha casa as Certidões originais – na minha mão! Levei do INCRA a cópia e cheguei no rio Andará, na comunidade de Santa Tereza do Matupiri, lá estava todos na original... Tinha vindo da Palmares diretamente para a Federação. No Ofício é da data de 31 de outubro de 2013 e tem a assinatura do diretor que é o seu Alexandre Reis e nas Certidões é do Presidente da Palmares, José Hilton Santos de Almeida, aquele que assinou todas elas. Em dezembro de 2013, como sempre a gente se reúne nessa data, fizemos nossa Festa de Final de Ano e como eu já tinha mandado plastificar uma cópia de cada Certidão, passei como presente nosso, da Federação, pra cada um dos Presidentes das Comunidades Quilombolas a sua própria Certidão dos quilombos. Então, foi assim que nós chegamos até a Cartografia, aonde o professor Alfredo Wagner abraçou com muita dedicação esse trabalho.





O CURSO DE GPS/OFICINA DE MAPAS DO PNCSA: PRONUNCIAMENTO DE MARIA AMÉLIA

Estão vendo essas pessoas aqui? São sangue do meu sangue! São netos da minha tia, irmã do meu pai. Então, aqueles de Ituquara também precisam ser reconhecidos como quilombolas, são nosso sangue! Se alguém não sabia, agora estão sabendo: é um pedido do meu pai, neto de Benedito Rodrigues da Costa, meu bisavô, que hoje nos faz ser descendente de quilombo. Veio sozinho enfrentando as dificuldades com os portugueses. É por ele que hoje está essa bela semente aqui, contando essa história de quilombo. Porque queria que agente tivesse a história dele!

Quero inicialmente agradecer a Deus e a presença dos professores: Clovis, Emmanuel, Magela e Carol, que já estão aqui conosco vai fazer quatro dias. Primeiramente eu quero falar minha infância de criança, que nasci aqui nesta comunidade de Matupiri. Na minha infância fui muito feliz aqui. Cresci aqui ao lado dos meus pais, e, com toda a dificuldade, meus pais me deram muito carinho; meu crescimento! No meu tempo de criança, existia muita fartura, meu pai matava pirarucu, caçava anta, veado e pescava um monte de peixe graúdo. Então, quero agradecer a Deus e a meu pai. Quero dizer que papai está muito dodói, lá em Barreirinha, mas vou pedir a Deus pra dar a saúde dele. Inclusive, já fizeram uma entrevista como ele; ele cantou e contou a história dele. Então, falando sobre a venda da nossa comunidade. Quando eu era menina, a primeira venda que me lembro, foi a terra vendida para o Dacinho Vilas Boas, quando chegaram com um papel na casa de meu pai pra ele assinar. Já tinha sido assinado pelo Rosendo, o Manoel Cabral, várias pessoas já tinham assinado esse documento. Só que ninguém sabia se era pra eles comprarem o Matupiri inteiro. Era uma ilha que era dele. Ai essa ilha se transformou nesse imenso pedaço de terra que a gente chama de Queiroz, que é o dono dessas terras, o que comprou essa terra. É um imenso pedaço que os antigos venderam a preço de banana, de rancho, de gravador, a





troco de rede. Por que? Porque se prevaleceram da ignorância, da bondade e da dignidade dessas pessoas [que moravam aqui].



• **Os conflitos: ameaças, confrontos e luta pela posse e direito territorial.**

Aí começou o nosso conflito muito grande com os fazendeiros. Agora, quero falar sobre a agricultura, somos pessoas sofridas pela agricultura! Até dez anos atrás, Matupiri já foi dono de muita coisa de valor: tivemos cana, maracujá, granja, roça com abundância, arroz, feijão; tudo nós tínhamos. Em meado ano de 2002 começou essa ameaça pelas próprias pessoas da comunidade. Proibiram derruba de roçado. Não podíamos fazer roça pra nós, era proibido desmatar, tudo bem, é proibido, pra nós como cabocos, pra nós como pobres. Mas, para o fazendeiro a área é aberta. Inclusive eu não vou mostrar um papel que tenho, porque está na mão do rapaz que foi pra justiça, um dia desses, por causa de madeira. Eu dei a ele esse documento pra apresentar lá na Delegacia. Lá nesse papel diz assim: se nós não entregarmos documento de terra, CPF e Identidade, a gente não poderia fazer derruba, nem queimada. Mas como nós não vamos poder usar a terra? Não foi pra mim pessoalmente que esse papel foi passado. Foi passado pra o Presidente





do Distrito que e o seu Antônio Belém. Mas eu não sei se ele tem medo de discutir, de perder amizade, tem medo de gritar pelo povo. Aí, ele me passou esse papel. Quando vi isso, esse papel, falei com o Joel do IBAMA, em Parintins. (É, vocês me veem assim, pequenininha, mas eu tenho coragem de entrar em todo Órgão Público e sou bem recebida!). Então, o Joel do IBAMA me respondeu: “Dona Lourdes, [Maria Amélia] o agricultor tem o direito a três hectares de roçado pra plantar banana, feijão, macaxeira, tudinho. Mas com compromisso de você usar a madeira pra carvão, pra fazer a tua casa, pra cercar teu quintal, aquela madeira não ficar se acabando no chão. Muito bem, fomos além. Hoje, eu trabalho à frente de um movimento coordenado um grupo da Agricultura Familiar (Infelizmente o Itaquara não entrou, quero pedir desculpas de vocês, porque nessa época que chegou esse projeto aqui Itaquara ainda não estava lançado, não foi possível inscrever, mas, eu prometo que em março vocês vão entrar, não se preocupem!). Aí, eu fui pra luta, fui ameaçada, diziam que iam mandar me prender, que eu estava mandando todo mundo fazer roça aqui no Matupiri; e que eu não tinha ordem de ninguém; que eu tava fazendo coisa errada dentro da nossa comunidade. Enfim, eu sei que os próprios filhos daqui são contra mim. Mas quero dizer, eu não faço nada contra; faço em prol do meu povo. Inclusive, aqui existe pessoas que ficam incentivando os fazendeiros a fazer roçado, a fazer ramal; fazem coisas, sim, que as autoridades daqui de dentro não sabem. Inclusive, eu estava na minha roça, que tem duas carreiras, chequei lá, e esse cidadão que está ali sentado. Ele me disse: “A senhora sabe quantos metros tem de terra do último poste até seu Antônio Trindade?” E eu disse: “Meu querido, eu não posso te responder porque eu não trabalho no setor de terras. Pergunta pro Antonio, pro Side que já passaram por esse trabalho [Olhando em direção ao senhor ali sentado, Maria Amélia indagou]. E eu perguntei: “Por que tu me perguntas isso”. Foi ou não foi que te perguntei? (E, prosseguiu falando). Ai, eu perguntei: “Porque tu está me perguntando isso? E ele me disse que o Jander me deu uma ordem pra fazer um ramal daqui até o final do terreno dele. E eu disse: “Escuta, a comunidade está sabendo disso?”. E ele disse: “Não!”. E falei: “Peça ao seu patrão fazer o favor de fazer uma reunião com a comunidade, pra comunidade ser sabedora disso. Se, é de acordo, sim, é de utilidade, é! Porque esse ramal é de utilidade do seu Antônio Trindade, do seu Jair. Todos eles têm interesse, principalmente quando chegar a “Luz Para Todos”. Mas a gente concorda que isso seja feito de acordo com a ordem do povo. Isso porque a gente sem o povo não é nada; a gente trabalha contra o povo, a gente não é nada, você pode se candidatar cem vezes, que, se o cara está





contra o povo, ele não é nada se não gostarem dele, se não votarem nele.

• O desmatamento e negociação da madeira pelos agronegócios

Eu digo, assim, eu quero agradecer à comunidade de Trindade e o povo da minha comunidade, que me deram essa oportunidade de hoje está falando como Presidenta de uma Federação. Mas muitos não acreditavam nisso que está acontecendo aqui. Tem aquele ditado que mamãe dizia: “Quem tem boca vai a Roma” ou “Pergunta que alguém responde”. Quero a dizer que essas pessoas que estão aqui, são pessoas que hoje eu conheço: a professora Carol, o professor Clóvis, o professor Emmanuel, a Magela que eu já conhecia só de vista, hoje é uma grande amiga da gente, que é da nossa terra, daqui do nosso Andirá. Outra coisa, ontem mesmo eu recebi um recado que o senhor Jander, esse fazendeiro, que continua fazendo a derrubada da mata. Ele está abusando de nós. Eu já disse: “Diga a ele que não queremos derrubada na nossa área”. Que ele saiba que essa é a nossa terra. Eles perguntam por que nós queremos terra; pra criar tatu, pra criar isso e aquilo. Nós queremos terra porque queremos evitar a derrubada. Antigamente, a gente matava tatu aqui nessa beirada. Hoje, não se vê mais isso. Com as derrubadas, os animais também têm medo, eles vão embora. Denunciei pra pessoa responsável pelo meio ambiente. E, nada. Eu quero dizer que esse Jander Gomes está contra nós, ele está nos apertando cada dia mais. Outra coisa, de julho a agosto passou barcas cheia de madeira. Essa madrugada, agora, passou um barco cheio de madeira, do terreno do seu Jander. Perguntei de todo mundo, ninguém teve coragem de fazer nada. Será que ele faz isso porque ele tem dinheiro; porque “molha” a mão dos outros. Diante de todo esse confronto, minha irmã me disse, quase chorando: “Mana, pra que tu se meteu nisso, tu tá ameaçada de morte, tenho medo quando tu vais pra Manaus, eles podem mandar um pistoleiro te matar, tu podes morrer por lá”. Foi assim, uma pessoa não assinou o papel de posse do nosso território, por que ela não queria perder a vida. Mas, eu quero que saibam que eu não tenho medo, mas, sinceramente, se eu morrer lá por Manaus vou ficar muito feliz, porque estou defendendo o meu povo. Só quero que tragam meu corpo para ser enterrado aqui no meu cemitério. Quero dizer pra vocês que eu não tenho medo, mesmo que digam que estou trabalhando errado. Hoje está acontecendo essa oficina aqui, mas, sei que as pessoas não acreditaram, diziam que essas pessoas não iam se deslocar de Manaus pra cá e ficar aqui com a gente. Mas eles vieram e estão aqui. Quero dizer também que todo mês a gente faz





reunião e assinam uma Ata.

• A luta pela autodefinição e reconhecimento dos quilombos

Olha, quando a Coordenadora da Fundação Palmares ligou para o meu sobrinho, o Douglas, ele disse assim: “Titia temos um compromisso a fazer: vamos a todas as comunidades, fazendo um levantamento de uma ata de autodefinição”. “Vamos?” “Vamos!”. Comecei aqui pelo Ituquara no o dia 30 de janeiro a dia 02 de fevereiro; três dias navegando por aí. Gente, eu fiquei triste porque dentro da comunidade de São Pedro nem todos assinaram essa Ata. E eu declarei muito bem: “Gente, essa Ata é o reconhecimento de que vocês estão pedindo pra ter o documento de vocês como remanescente de quilombo, que ainda não temos. Ainda não temos a nossa identidade como remanescente de quilombo. Mas, vamos ter! É que daqui a 10, 20 dias está chegando esse documento, os formulários para fazermos o nosso cadastramento. E nem todos assinaram a Ata. A gente não pode fazer nada, pois, visitamos de casa em casa. À noite dormi nas beiradas desse rio com meu netinho, percorrendo aí; pra defender a gente e fazer o meu trabalho. Então, hoje eu digo assim pra vocês: Matupiri, Boa Fé, Ituquara, Trindade e São Pedro, eu quero agradecer a Deus porque estamos concluindo hoje este trabalho. Eu quero agradecer também a dona Cremilda que foi a pessoa que abriu as portas; deu abertura pra esse trabalho, que eu estou dando continuidade. E quem ficar vai ter que dá continuidade; não pode encerrar. Continuar é que se vai além. Tem aquela música que diz: “Porque parou, parou porque”. Tem que continuar! Por exemplo, tem gente que não sabe e vai saber agora porque que a comunidade de Ituquara entrou nesse nosso reconhecimento. Estão vendo essas pessoas aqui? São sangue do meu sangue! São netos da minha tia, irmã do meu pai. Então, aqueles de Ituquara também precisam ser reconhecidos como quilombolas... são nosso sangue! Se alguém não sabia, agora estão sabendo: é um pedido do meu pai, neto de Benedito Rodrigues da Costa; meu bisavô, que hoje nos faz ser descendente de quilombo. Veio sozinho enfrentando as dificuldades com os portugueses. É por ele que hoje está essa bela semente aqui, contando essa história de quilombo. Porque queria que agente tivesse a história dele! (pensando). Um dia lá na UFAM, ganhei um livro que tem o título “O fim do silêncio”. E essa pessoa, professora Patrícia Sampaio [autora da obra], que me deu esse livro me disse assim: “Lourdes eu fico feliz de ouvir uma voz que vem lá da cabeceira do Rio Andirá; lá, tem descendente de angolano”, que somos nós!





• Rebuscando a memória: aprender com os antigos para reinventar o agora

Nosso bisavô era angolano, ele veio de Angola, da África. Então, quem diria que aqui nesse Matupiri existiria essa família; que aqui teria angolanos. Só, que eles se foram e a gente não sabia da importância que hoje teria essa história pra nós. Não tivemos tempo pra conversar com eles. Se hoje eu conto essa história é porque eu aprendi com Ludia Rodrigues da Costa. Sentada num banco conversando com a gente, ela dizia: Minha filha, quem diz que os negros afundaram essa barca – como dizem por aí –, não é verdade! Como afundar um barco se ele, o primeiro que veio pra cá, era sozinho, quando ele chegou por aqui. Quem naufragou o barco foi os índio e os brancos, não foi nada de negro, como conta a história”. E eu pergunto: “Como que meu bisavô faria isso se ele era sozinho. Já tinha filho, mas, todos eram pequenos”. Então, ela [tia Ludia] conversou com a gente de 19 de maio de 2010; quando foi no dia 19 de julho de 2011, não, de 2010, ela morreu. Então, ela deixou uma lembrança que foi até o Emmanuel que repassou pra mim. É um vídeo! Vou passar uma cópia pra cada comunidade. Cada um tem que guardar, como quem guarda um ouro, pra não desperdiçar. Essa pessoa que vai falar essa história – apesar da memória fugir um pouco – é uma voz, uma felicidade pra quem nunca viu a tia Ludia viva e agora vai ter a oportunidade de ver o que ela disse em vida. Então, gente, é isso que eu quero dizer, que a minha luta é essa. Não tenho salário; não me arrependo do que eu faço pelo meu povo, passo tempo sem ver a minha roça, trabalhando por nós, pela Federação...Não me arrependo. Faço com orgulho isso tudo! Falando isso, quero agradecer a Dra. Ana Felisa, que é uma pessoa da UEA[Universidade Estadual do Amazonas]; ela já veio aqui com a gente gravar entrevista. Veio também o professor Águino, o professor Camilo, o Sr. Antônio Andrade, também já passou aqui. Então, como vocês, outras pessoas da UEA já passaram aqui fazendo entrevista, querendo saber quem são os quilombolas. Inclusive eu quero dizer que esse papel aqui [mostra o papel que tem nas mãos] existe um Título Definitivo no nome de Germano Rocha Brandão; é titulado, Título Definitivo! Mas, só sei dizer com isso, que essas terras de São Pedro são terras tituladas pelos outros... Título Definitivo. Mas, o Sr. João Siqueira [antropólogo/MDA] já disse que a gente não se preocupe que as coisas vão ser resolvidas.





- **A influência religiosa: uma força de domínio político**

Outra coisa, o Luiz Maria [morador da comunidade de São Paulo do Açú também falou pra gente sobre o problema do Chapeleiro. É verdade! Mas o pastor, que se diz dono, vai ter que ter uma conversa com a gente; não de briga, mas de pessoa pra pessoa. Porque se ele não é quilombola; ele não pode ser filiado como quilombo. Então, vão ficar na nossa área? De jeito nenhum! Por que nós vamos ser os donos do nosso território. Então, nós vamos ficar porque somos quilombola. Nós vamos ter voz pra dizer como queremos que seja o nosso território. Assim, também vamos ter o nosso direito sobre o nosso território. Só pra ter ideia aqui, o nosso território começa numa cabeceira que as pessoas entra e entra e sai. Então, aqui vai entrar quem a gente quiser. A gente pode fazer isso na nossa área. Só vai entrar aqui se a gente disser que a pessoa não pode ficar. Porque, se a gente controlar, aqui da porta Matupiri ninguém entra ou vai sair de qualquer jeito. Vão ter que entrar com ordem; com respeito. Ora, se os indígenas podem ter a terra deles, porque não podemos ter a nossa? Então, só entra a aqui quem a gente quiser, com ordem, com respeito. Assim como na área indígena, tem seu coordenador; ninguém entra sem se identificar, pode ser padre, professor, todos têm que se identificar; dizer o que vai fazer.

- **As cercas elétricas: ameaça e ponderações pertinentes dos quilombolas**

[Volta-se para os pesquisadores e pergunta]: Podemos ter professores, ou não podemos ter esse direito de saber o que a pessoa vai fazer no nosso território; quem é essa pessoa? Se a área indígena pode fazer isso, porque não nós não podemos? (pausa) Eu estou triste, pensando, assim: no verão existiu cerca elétrica no rio, impedindo as crianças de passar pra ir à escola. Eu vi isso! Não tinha como eu filmar, porque não tinha instrumento pra isso. Fui lá, reclamei! Denunciei, quando chegamos lá eles já tinham tirado. Mas eu vi. Sei, porque eu conheço essa mata; eu vi! Quando eu soube, coloquei minha bota e fui lá ver (pausa). Olha, eu disse: “vou pedir mais uma vez e se vocês não tomarem providência, então, vou procurar a SEPROR, em Manaus. Depois não vão dizer que estou passando por cima das leis de Barreirinha. Porque eu tenho o meu papel que dei entrada na reclamação (pensando). Uma vez eu ouvi falar que a gente tem que abrir os nossos olhos, tem que ter coragem de falar. Já ouvi falar lá em Barrei-





rinha, que quem não tem dinheiro, não tem direito. O Mizael, está aqui, é uma pessoa que está do meu lado, ele trabalha comigo, como fiscal. Quando é pra ir pra Manaus ele vai comigo. Ele sabe das nossas dificuldades. Ele sabe o que passamos. Lá, ando de ônibus ou pé. Um dia andamos a pé da CONAB pra SEPROR. É uma grande distância, mas conversando, quando vimos estávamos chegando nessa paragem. Então, quando chegamos na Secretaria de Direitos Humanos, a Dra. Michele me disse: “A senhora vai me dizer o que tem na sua comunidade, se tem colégio, se tem mini hospital; se tem isso ou aquilo. Então, como não tem quase nada, ela disse que ia colocar, registrar nosso povoado como sendo uma comunidade; porque pra ser Distrito o local tem que ser comparado com uma mini cidade: tem que ter, por exemplo, lotérica, hospital etc, aí pode se chamar distrito. Aí, ela colocou o nosso povoado como Comunidade Santa Tereza do Matupiri – Rio Andirá. Assim está registrado lá em Manaus [pensando].

• O trabalho de mobilização coletiva: luta e resistência

Eu quero dizer também pra vocês que quando estou em Manaus, eu nunca falo em meu nome, mas, digo que estou em nome do todas as comunidades; e não falo em meu nome, mas em nome de cinco localidades e eu cito o nome de todas as comunidades [emocionada]. Eu falo em nome do meu povo, porque todos precisam dessa mata. Porque, por aí pela Cabeceira Grande, o que tem, é pra nós todos, o sustento dessas matas. Então, a gente não vai concordar com isso e eles [os fazendeiros, madeireiros] vão ter que se retirar porque a gente não vai querer nada em troca. É dessa área que antigamente se tirava o cipó, se tirava o pau-rosa; que naquele tempo os antigos trabalhavam com esse tipo de produto. E hoje agente já não pode tirar nem o cipó, não pode tirar uma ambé porque eles vem proibir. Então, a gente não vai querer esse ‘papel’ aqui dentro da nossa área. Não são remanescentes de quilombo, ele não veio pra nos ajudar. Eles querem proibir uma área que os antigos vieram primeiro. Quando eles entraram aí as famílias quilombolas já existiam nessa área, só que nesse tempo a gente não sabia o valor que nós, os quilombola, tinham. Aí, foi deixado se vender por coisa de nada. O que eles fizeram? Eles encontraram, na Cabeceira do Chapeleiro, pessoas humildes, convencidas. Aí eles atacaram, porque não teve ninguém pra enfrentar eles lá pela Cabeceira do Matupiri. Não tinha nem aquelas pessoas chamadas ‘pisiqueira’. Mas eu sei falar, embora falem que eu sou uma exigente. Sou mesmo, e eu sou contra os fazendeiros, eu sou contra essas pessoas que vivem de derruba





de mata, sou muita contra! Eu já digo, assim, tem pessoas que chegam pra mim dizendo: “Tu procura a morte”. E eu digo que eu nasci pra morrer; não nasci pra virar pedra. Mas, eu quero morrer assim, defendendo meu povo que são humildes e sem coragem. Mas eu tenho coragem, tenho coragem de falar, sim! Infelizmente ainda tive oportunidade de enfrentar nenhum desses fazendeiros que tem terrenos por aqui. Eu não sei se eu sou feia e eles têm medo de falar comigo; muitas vezes passam perto de mim e fazem que nem me conhecem, porque eu tenho muita coisa a conversar com eles e falar a respeito do jeito que eles nos tratam. Infelizmente a gente ainda não teve essa oportunidade, mas não faltará ocasião. Agora, dizem: “pega pra vocês esse, aquele pedacinho de terra”. E, nós? Imagine nós, que somos ser humano! Não me sinto culpada, não foi nós que criamos essa situação de conflito. Eu não fui culpada, mas, eu tenho coragem, eu sou filha de Benedito Pereira de Castro. Mas, o meu pai nunca vendeu um pedaço de terra pra ninguém, porque eles [os fazendeiros], com certeza, sabiam: que a Cabeceira da Campina foi uma área que ela sempre foi protegida pelo meu pai, ele nunca consentiu ninguém fazer isso... Por que? Porque ele já sabia que mais tarde, como meu avô dizia: “Você pode trocar um pedaço de terra por um punhado de farinha, e, no final, você não terá o direito de botar a farinha na tua mesa”. Então, essa área da Campina foi a única que era preservada pela família quilombola. Agora, a Cabeceira Grande foi vendida, sim... Por que? Teve área aqui, nessa área aqui [aponta para o mapa] que foi vendida a troco de um gravador a preço de sessenta cruzeiros; eu tenho essa Nota Fiscal. Por incrível que apareça, essa Nota Fiscal veio parar na minha mão: Sessenta cruzeiros! Tudo começou com sessenta cruzeiros. Então, é isso. Eu estou dizendo que existem pessoas que venderam essas áreas; que nós não temos culpa. Essas pessoas que são novatas elas não tem culpa... Por que? O que que eles fizeram? Eles deixaram se “levar” porque eles eram analfabetos, as pessoas que venderam; os mais antigos, não têm culpa, muitas vezes eles não sabiam se defender. Olha, a ilha da Boca do Matupiri foi vendida por quatrocentos reais. O que é quatrocentos reais? Acaba num segundo. E por que não existe isso [esse cuidado, consciência] dentro da comunidade? Porque o povo da comunidade ainda não respeita as autoridades que tem dentro da comunidade. Por exemplo, eu participei, participei em todas as comunidades sobre a realização desta oficina. Por que participei? Porque eu não sou dona de ninguém, eu tinha e participei em cada comunidade, sabem por que? Porque se o povo não quisesse, eu não poderia fazer nada, porque eu não ia obrigar este povo vim pra cá, passar dois, cinco dias como foi feito de acordo com o povo. Hoje, vocês tão fazendo aqui





os mapeamentos, vocês tão fazendo os GPS. Por que? Pra vocês saberem que se a gente fizer uma venda de terra sem acordo com o povo, acaba nisso; quem vendeu a gente não sabe, porque eles fazem escondido, debaixo do tapete e ainda vem dizer que está aqui a uns 10, 12 anos. Você acaba descobrindo que você viveu sempre em cima daquele pedaço de terra, e hoje daquele dinheiro, de manhã ou mais tarde você vai descobrir não tem mais nenhum centavo no bolso. Então, é isso que aconteceu aqui, é falta de comunicação, sim, com as autoridades da nossa terra, as nossa lideranças. Mas, aqui, não existe isso; não existe esse respeito é por isso que acontece... Então, são essas as dificuldades da gente. Mas, eu acredito que tudo que vai ser feito aí nesses mapas que fizemos. É agora que nós vamos ser reconhecidos! E a gente mostrou tudo; as áreas devastadas. Aí, as pessoas vão saber aonde é que a gente mora; o que fazemos. Tudo vai ser bem encaminhado. Está-vamos esquecidos; agora, não! Todos vão saber como vivemos, qual é a cabeceira que a gente tira o nosso sustento. Daqui pra frente, a gente vai, sim, conseguir: vai ser feito aquilo que queremos; aquilo que nós esperamos. Vou sempre agradecer a Deus, a vocês e desejar a todos um bom dia! [aplausos].





2013 - AUTODEFINIÇÃO E RECONHECIMENTO: PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Quando foi em março de 2013, eu pensei assim: “Num vou mais só com um ofício assinado, agora eu vou levar mesmo é um documento que todos provem que são reconhecidos; são da remanescência e moradores dos quilombos, nossos parceiros, né?”.

Então, foi assim, no mês de outubro de 2013 foram assinadas aquelas Certidões da nossa auto-identificação como da remanescência de quilombos, só que no ano de 2012, em dezembro, quando eu já era presidente da Federação, eu fui lá no INCRA e levei um Ofício que eu pedia que a Presidente, dona Maria do Socorro Marques Feitosa, retomasse um pedido que já estava lá e que falava sobre a demarcação do nosso território. Um processo nosso que foi “trancado” no INCRA e não deu continuidade, não sabemos por quê! Esperamos, nenhuma resposta chegou! Quando foi em março de 2013, eu pensei assim: Num vou mais só com um ofício assinado, agora eu vou levar mesmo é um documento que todos provem que são reconhecidos; são da remanescência e moradores dos quilombos, nossos parceiros, né?”. Assim eu fiz! O meu sobrinho Douglas, que também é da Federação, fez um documento, melhor dizendo, um Abaixo Assinado, explicando porque eles tinham que assinar aquilo. Eu, ele e a Nei, a gente foi embora nas cinco comunidades explicando tudo direitinho.

• O Abaixo-Assinado: “Agora eu não estava mais sozinha, né?”

Reunimos ao todo 322 (trezentos e vinte e duas) assinaturas... Aí, sim, foi feito o Ofício em março de 2013, como a gente vê [mostra o documento] que está aqui escrito todas aquelas leis que nós estudamos com a Dra. Sheilla Dourado [Convenção 169/OIT, Art.68/ADCT e o Decreto 4887/03]. E o documento dizia bem assim [lê o documento]: “Solicitação de abertura de





Processo para identificação, delimitação e titulação do território quilombola das comunidades de Itaquara, Boa Fé, Santa Tereza do Matupiri, São Pedro e Trindade, localizadas no rio Andirá, município de Barreirinha – Amazonas”. Agora eu não estava mais sozinha, né? Porque ali tinha comigo, no papel, todos aqueles que assinaram. Aí, como eu digo, assim: “Nós que somos necessitados, a nossa voz um dia pode ser ouvida”. E foi! Depois de tudo isso, recebemos as Certidões de Autodefinição, fizemos um documento pro INCRA, já escrevemos nele que a gente é mesmo da remanescente, porque foi tudo junto: a Portaria nº 176 e o Diário Oficial da União que publicou ela, no dia 24 de outubro de 2013. Ah, ainda pensando assim: “Nós também nunca fomos respeitados, assim, como da remanescente, né?... sempre fizeram a gente “esquentar” banco, porque desconheciam o que a gente era. Aí eu pensei: “Vamos entregar um Ofício pra todos lá de dentro da Prefeitura [de Barreirinha] e todos outros”. Entreguei 13 (treze) Ofícios [mostra os documentos] para as seguintes pessoas: 01. Mecias Pereira Batista – Prefeito Municipal de Barreirinha, 02. Pe. Edson Pereira – Pároco de Barreirinha, 03. Gracenildo Cruz Baraúna – Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, 04. Guiomar Noronha – Secretária Municipal de Assistência Social, 05. Francisco Andrade – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreirinha, 06. Benedito Teixeira Maia – Presidente da Colônia dos Pescadores Artesanais Z-45/Barreirinha, 07. Francinaldo de Matos Pinto – Secretário Municipal de Educação, 08. Carla Mônica Tavares – Secretária Municipal de Produção e Abastecimento, 09. Jociane Siqueira Carneiro – Secretária Municipal de Saúde, 10. Tadeu Veloso Pacheco – Gerente do IDAM/Barreirinha, 11. Ângela Simões – Coordenadora do CETAM/Barreirinha, 12. Aderaldo Vasconcelos Tavares – Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Meio ambiente, e 13. Maria Margarete Melo Carneiro – Presidente da Câmara de Vereados.

• INCRA x MDA: o caminho de volta

Eu quero dizer assim: “Todos já sabiam da nossa remanescente, né?”. Aí, a gente esperava sempre uma posição do INCRA e do MDA, e nada! Até que um dia me disseram que o INCRA estava fazendo um trabalho na área do Andirá. Era no mês de março de 2014, tenho aqui a Ata assinada no dia 10 de março de 2014. Procurei saber com o meu pessoal e ninguém tinha sido





comunicado. Até que fiquei sabendo que eram dois técnicos do INCRA, coordenados por outra funcionária do INCRA por nome Lúcia, a dona Maria Lúcia Lima dos Santos. Ê... disseram que ela estava coordenando uma equipe do pessoal do INCRA que ia fazer um trabalho, que estava ali pra explicar sobre todo o cadastramento e medição da área quilombola. Eu e duas filhas, pegamos a “rabetinha” e fomos pra comunidade de Trindade que era onde eles já estavam lá, também acompanhados do Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente de Barreirinha, o seu Manoel Vasconcelos Tavares [conhecido como Aderaldo], que estava com eles. Chegando lá, pedi a palavra e o que ouvi é eu não podia falar pela Federação porque eu estava sem mandato. Eu disse que já estava sendo cumprido o Edital de Convocação da Eleição. Eles nem sabiam de nada como era a nossa providência de eleição. Falei, sim, e expliquei tudinho como tinha sido acertado lá no INCRA. Me comuniquei, nesse mesmo dia, com o pessoal da Cartografia Social da Amazônia, de Manaus, e ninguém sabia me explicar também sobre a vinda dessa equipe aqui pra dentro da nossa área. Mas era mesmo a Prefeitura que estava querendo fazer a nossa parte, assim, a Federação não tomou parte dessa história toda. Esse equipe do INCRA retornou pra Manaus, ficando apenas os dois técnicos. Me comuniquei imediatamente com o Ministério Público Federal e relatei para o INCRA o que tinha acontecido. Três dias após o meu telefonema, chegou no quilombo de Santa Tereza do Matupiri, o Senhor José Brito, que é a segunda pessoa da Superintendente do INCRA. Uma semana depois tivemos dentro do quilombo a presença do Procurador do Ministério Público Federal no Amazonas, Dr. Júlio José Araújo Júnior, que sabendo dessa nossa denúncia sobre o INCRA, chegou em Santa Tereza do Matupiri e percorreu comigo todos os quilombos do Andirá. Quando chegou lá em Manaus, solicitou reunião com a Superintendente do INCRA, cobrando os trabalhos que tinham sido combinado entre o INCRA e a Federação da Organização dos Quilombolas do Município de Barreirinha.

• Ordem de Serviço nº. 12/2014 x RTID: designação oficial da equipe técnica

Tudo isso acontecendo, aí, eu pensei, pensei e, aquilo comigo... E, disse assim pra mim: “Vai pra Manaus”. Liguei pro INCRA que eu ia pra Manaus. Fui, eu, a Nei [Elinei], que é a Secretária Geral da Federação, mais a tia Ce-





lina Marinho Viana. Cheguei, e fomos, com a professora Magela, direto lá pro INCRA. Quando chegamos lá, fiquei sabendo que a Superintendente do INCRA queria se reunir comigo porque já tinha assinado a Ordem de Serviço, no dia 25 de março de 2014, onde estava dito lá qual era mesmo a equipe que ia trabalhar nos quilombos do Andirá. Era dia 08 de abril de 2014. Aí, chamaram nós pra sala de reunião com a Superintendente. Fomos! Lá, quando começou a reunião, fiquei com a palavra depois que a Superintendente me perguntou sobre como estavam as coisas por lá pelo Andirá. Disse pra ela tudo que tinha acontecido; o que tinha sido causado com a ida da dona Lúcia e dos outros funcionários. Que ela tinha recorrido à Prefeitura de Barreirinha e desprezado o valor que tem a Federação dos Quilombolas e tudo que tinha sido feito ao contrário do que o INCRA tinha combinado com a gente. Ela disse que foi um mal entendido e que era pra gente voltar lá no dia seguinte pra ela apresentar a equipe que ia pro Andirá. Fomos! No dia 09, às 9 horas ela apresentou toda a equipe responsável, aquelas pessoas que estavam fazendo parte da Ordem de Serviço. Explicou tudo sobre as dificuldades de INCRA fazer o trabalho de campo porque os recursos ainda não estavam dentro de lá, da instituição. Foi nessa reunião pela manhã do dia 09 de abril de 2014, que ela apresentou pra nós de um por um os sete técnicos e disse que o Antropólogo, João Siqueira, é o responsável pelo Relatório Final desses trabalhos lá no Andirá. O coordenador deles todos é o engenheiro agrônomo, Afonso Aníbal Brasil Vieira. Tudo lá escrito nessa Ordem de Serviço!



Reunião – INCRA: Apresentação pela superintendente, Maria Do Socorro Marques, Feitosa da equipe técnica responsável pelo RTID Foto: Magela Ranciaro.





O MPF: “...quando a coisa aperta, é pra lá que nós vamos!”

Quando nós saímos lá do Andirá, numa reunião que chamei a Diretoria Executiva pra me dizerem o que queriam que eu fizesse quando chegasse lá em Manaus. Assim, todos estavam junto comigo, também ainda preocupados com aquela visita do INCRA que acabou não dando certo. Aí, ficou resolvido que eu deveria ir, lá no Ministério Público Federal, que quando a coisa aperta é pra lá que nós vamos. Fui lá de tarde do mesmo dia que a Presidente conversou com a gente de manhã no dia 09 de abril de 2014. A Doutora Isabela do Amaral Sales, que é a pessoa que sempre nós recorremos também, por parte do Procurador, o Doutor Fenando Merloto Soave, ela ouve a gente e, sempre que a acontece da gente buscar informação ou fazer uma denúncia, ela na hora já dá um comprovante que nós tivemos lá... É a “Memória” do que ela registra sobre as nossas queixas; o nosso apelo. Este aqui [aponta para o documento] diz, assim: “Foram relatadas as informações abaixo registradas”. A primeira é da nossa preocupação com aquela ida do pessoal do INCRA, denunciemos tudo o que ocorreu. Aí, está aqui dizendo tudo neste papel; a segunda diz assim [lê o documento]: “Sobre o processo de regularização fundiária, foi realizada reunião com o INCRA, na presente data, na qual a Superintendente do INCRA e equipe técnica (engenheiros, antropólogos e a profa. Magela, do PNCSA) se comprometeram com o andamento dos trabalhos...”; o outro ponto é sobre a “agricultura familiar, que segundo o servidor Clóvis Pereira, do MDA, informou que o projeto na comunidade foi paralisado por falta de apoio da prefeitura [de Barreirinha]; por fim, as representantes entregaram denúncia sobre a não construção de casas contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida”.

- **E a luta continua: sonho, entaves e expectativas.**

Parecia que tudo ia dando certo; nós sempre no aguardo daquela resposta do INCRA pro começo daqueles trabalhos. Sete meses e nada... Só mesmo a visita do antropólogo, João Siqueira/MDA, que estive com a gente nos meses de novembro de 2013 e depois voltou em setembro de 2014, sempre se reunindo com a Federação, em Santa Tereza do Matupiri, e indo de quilombo em quilombo pra conversar de perto com os moradores. Aí, quando





foi em 19 de novembro de 2014, a gente recebe um documento da Presidente do INCRA, dona Maria do Socorro Feitosa [apresenta o Ofício/INCRA Nº. 810/2014 e lê] onde diz assim, aqui no assunto: “Comunicação sobre o cancelamento da programação dos trabalhos de campo visando à elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Comunidades Quilombolas de Barreirinha/AM” [Conforme redação do Ofício, a Presidente do INCRA, relata os motivos pelos quais não se realizariam tais trabalhos]:

Tal fato se justifica em virtude da indisponibilidade para a realização da viagem por parte de uma servidora administrativa que está de licença médica e outros dois servidores da Cartografia [INCRA] que estão realizando trabalhos para setores desta Autarquia durante o período programado e estarão de férias no mês de dezembro/2014. Além disso, em virtude [sic] decisão judicial proferida pela 16ª vara da Justiça Federal, dois servidores da carreira de Perito Federal Agrário estão impedidos de realizarem serviços de campo até que a liminar seja cumprida em sua íntegra pela Superintendência do INCRA no Amazonas.

Assim sendo, reafirmamos o compromisso desta Autarquia com a inclusão na programação operacional referente ao exercício de 2015 com vistas à execução das atividades programadas para a ação de regularização de Território Quilombolas objetivando a finalização do Relatório Técnico e Delimitação do TQ de Barreirinha (...). Assina: Maria do Socorro Marques Feitosa – Superintendente Regional do INCRA/SR(15).

Olha, ainda tem aqui outro documento, de 26 de novembro de 2014, que pede da gente este outro assunto: “Solicitação de informação sobre Quilombolas cadastrados nas comunidades certificadas de Barreirinha/AM detentoras de título de domínio coletivos de terra junto ao ITEAM”. Aí, vêm esses nomes que tão ditos como eles pediram, que são essas de 39 (trinta e nove) pessoas. Fizemos tudinho como eles queriam e levamos lá no INCRA de novo. Mas nós tínhamos mesmo era que se ocupar com a eleição da nova diretoria da Federação porque o meu mandato já estava no finalzinho.





2014: Maria Amélia é reeleita Presidente da FOQMB

Aí, depois foi o tempo que foi feito nova eleição, que eu fui eleita de novo pro segundo mandato, isso foi em 2014. Aí, eu tive a oportunidade de trabalhar com outras pessoas, em Manaus, na minha gestão. Na minha companhia ia a Elinei Belém de Carvalho (Nei), que é a Secretária Geral da Federação, mas, que antes, sempre ia comigo pra Manaus, me acompanhava sempre. Aí, já me acompanhou na realização do nosso trabalho também os Presidentes das Comunidades. O segundo mandato é este que começou no dia quatro de maio de 2014 e vai até abril de 2016. No Estatuto da Federação está dito que pra realizar a eleição tem que ser publicado o Edital. Fui até lá em Barreirinha e conversei com uma pessoa que sempre tá disposto a ajudar a gente, é o José de Nazaré Cabral Pereira. Consultei se ele queria participar da nossa eleição como Presidente da Comissão Eleitoral. Ele aceitou imediatamente e fomos pensar no Edital. No dia 24 de março de 2014 este documento que se chama Edital de Convocação passou a valer, assim, através dele é convocado todos que os moradores dos quilombos pra comparecer na Assembleia Geral para a Eleição da Comissão Executiva que foi marcada para o dia 04 de maio de 2014.



Maria Amélia é reeleita à Presidente da FOQMB, pela Biênio 2014-2016





Os quilombos e o processo eleitoral da Comissão Executiva da FO-QMB

Então, foi assim, quando o Edital já tinha sido publicado, fui com meu sobrinho Douglas levando esse documento em todos os cinco quilombos pra avisar pra cada um como é que ia acontecer essa eleição. Tá escrito no Estatuto que cada quilombo elege, dentro dele, três representantes que é escolhido na Eleição Secreta, nas Assembleias Específicas [Setoriais] e na presença da Comissão Eleitoral. E essas Assembleias para esta escolha eles iam saber quando acontecia porque no Edital já tinha as datas: no dia 20 de abril de 2014 as Assembleias aconteceram nas comunidades de Santa Tereza do Matupiri e em Boa Fé, e no dia 03 de maio de 2014 aconteceu nas comunidades de Trindade, São Pedro e Ituquara. Esses três representantes escolhidos somavam aquelas 15 (quinze) pessoas que formaram o Conselho Diretor [Capítulo VI, art. 9º, item I], já eleito nessas Assembleias, no voto secreto. Tudo registrado na Ata de cada quilombo. Aí, a Assembleia Geral foi no dia seguinte, dia 04 de maio de 2014, às 9 horas. Eu fazia parte dos três nomes que foram eleitos como representantes de Santa Tereza do Matupiri. No Estatuto diz que é desses 15 representantes dos quilombos que deve sair aquele nome que será apresentado na Assembleia Geral como candidato a Presidente da Comissão Executiva da Federação [Capítulo VI, Art. 9º, item IV]. Junto com a Comissão Eleitoral, a gente se reuniu antes de começar a Assembleia e todos concordaram que eu ia sair como candidata a Presidente da Federação. Aceitei! Aí, os outros 14 nomes concordaram também de preencher os cargos para compor a chapa que foi apresentada na Assembleia Geral. Então, é assim, todos os quinze têm uma posição de comando. Significa que todos os quilombos estavam formando a chapa como membros da Comissão Executiva da Federação. Na Assembleia Geral, a Comissão Eleitoral quando apresentou a Chapa, o Presidente [José de Nazaré Cabral Pereira] perguntou se os que estavam ali queriam uma eleição secreta ou por aclamação. Daqueles 314 (trezentos e catorze) que estavam na Assembleia, só 03 (três) votaram querendo que fosse secreta. Aí, fizeram a contagem dos que estavam com a mão levantada e nós ganhamos com 301 (trezentos e um), menos aqueles três que votaram contra. Em seguida entrou pra ser votado o nome das pessoas que iam compor o Conselho Fiscal [Capítulo VII, art. 22]. Todos esses assinaram esta Ata de Eleição e Posse da Nova Comissão Executiva da





FOQMB, onde está registrado o nome das pessoas que são estas que estão no comando da Federação, justamente com o quilombo que eles representam.

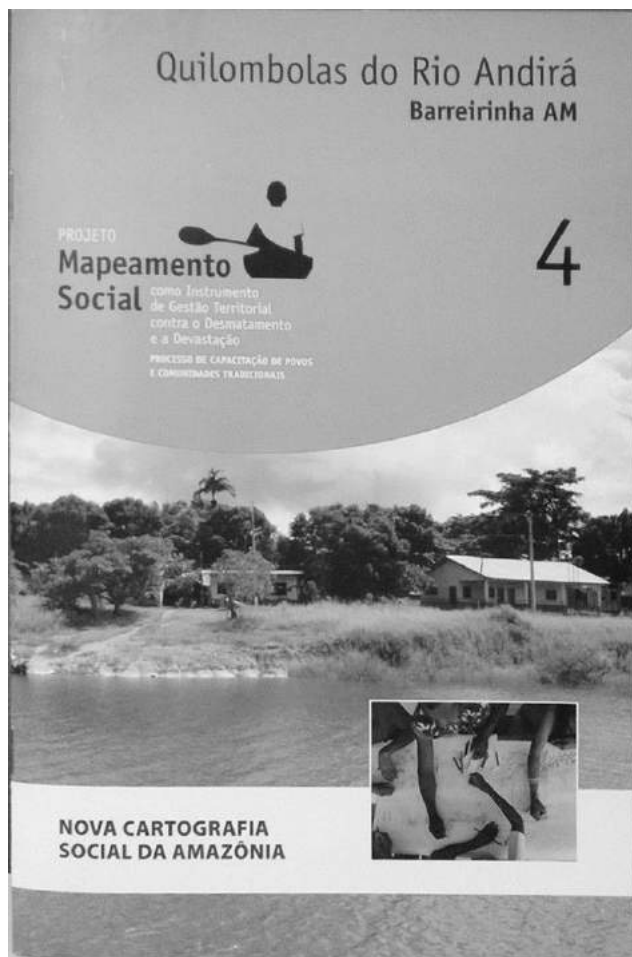
1. Presidente: Maria Amélia dos Santos Castro (S. Tereza do Matupiri)
2. Vice-Presidente: Herberto dos Santos Tavares (Trindade)
3. Secretário Geral: Elinei Belém de Carvalho (S. Tereza do Matupiri)
4. 2º Secretário: Janilce da Silva Cabral (São Pedro)
5. 1º Tesoureiro: Donato de Paula da Silva (Ituquara)
6. 2º Tesoureiro: Osmael Freitas dos Santos (São Pedro)
7. Conselho Diretor: Sebastião Douglas dos Santos Castro (S. Tereza do Matupiri)
8. Conselho Diretor: Cleisiane Tavares Lopes (Trindade)
9. Conselho Diretor: Gabriel Fernandes de Paula (Ituquara)
10. Conselho Diretor: Fernando Costa Reis (Boa Fé)
11. João Rufino de Paula (Ituquara)
12. Conselho Diretor: Marinete Lopes Carvalho (Trindade)
13. Conselho Fiscal: Elivaldo Pinheiro da Silva (Boa Fé)
14. Conselho Fiscal: Jairo Anderson Lima (São Pedro)
15. Conselho Fiscal: Mizael de Castro Rodrigues (Boa Fé).

Ainda aconteceu uma coisa muito boa, dois dias antes da eleição e posse da nossa Diretoria, a Cartografia Social da Amazônia recebeu os Fascículos que foi o resultado daquela Oficina de Mapas que nós realizamos em fevereiro de 2013. A professora Magela quando viajou pra acompanhar a nossa Eleição, ela já foi levando esse que é o N°.4 “Quilombolas do Andirá-Barreirinha/AM”. Na hora da minha fala, da posse, eu estava com ele na mão mostrando pra todos que estavam ali o trabalho que foi feito por nós naqueles dias da Oficina de Mapa, da Cartografia do Amazonas. Mostrei o mapa que está dentro dele, [do fascículo], e fiz eles se lembrarem que fomos nós que batemos os pontos dessas terras que nós vamos ter ela toda de volta. Quando terminei de falar agradeci a todos e, nessa hora, distribuimos mais de quinhentos fascículos para os que estavam ali presentes e passamos uma quantidade deles pra cada Presidente das Comunidades Quilombolas pra distribuírem com as pessoas que eles conhecem e precisam saber quem nós





somos; quem somos nós... Onde a gente vive e qual é a área de onde a gente tira o nosso sustento. Hoje, esse fascículo, pra bem dizer, o “nosso livro”, está no mundo inteiro.



Oficina de mapas – PNCSA, 2014





CONFLITO E RESISTÊNCIA: “NÓS JÁ CHEGAMOS ATÉ AQUI, VAMOS EM FRENTE!”

Sempre eu decido as coisas junto com o meu povo, eles têm que me acompanhar, mas, assim, eu não posso ser por eles a decisão deles. Reunimos e concordando tudo entre nós: “Vamos fazer outro documento pra Presidente do INCRA”.

Depois de maio de 2014, nós já eleitos para o segundo mandato, esperamos, e nada do INCRA! Nossos problemas sempre apresentando aquela confusão, assim, de conflito, né! O que fizemos? Reunimos de novo as cinco comunidades e fomos pra luta, sempre pensando assim: “Nós já chegamos até aqui, vamos em frente!”. Sempre eu decidi as coisas junto com o meu povo, eles têm que me acompanhar, mas, assim, eu não posso ser por eles a decisão deles. Reunimos e concordando tudo entre nós: “Vamos fazer outro documento para Presidente do INCRA”. Fizemos outro Ofício que é este, do Nº 14, de 02 de maio de 2015 e, diz assim, aqui dentro dele está escrito [mostra e lê o documento]:

Apraz cumprimentá-lo [sic] cordialmente, ao tempo que estamos lhe comunicando que nas comunidades de Itaquara, Boa Fé, Santa Tereza do Matupiri, São Pedro e Trindade, todas pertencentes à área de Remanescente de Quilombo, está sendo retirada madeira de forma ilegal e criminoso, pois madeireiros locais derrubam nossa floresta, desrespeitando leis e autoridades locais.

Com o desmatamento da floresta, a sobrevivência do nosso povo está sendo prejudicada porque com a derrubada das matas ciliares os nossos rios e igarapés ficam comprometidos, peixes não





tem mais onde se alimentar e reproduzirem, dessa forma a escassez do pescado se torna evidente, os animais de caça se afugentaram, as aves nativas perdem seus ninhos e locais de morada.

Por esse motivo e outros motivos relevantes estamos solicitando que V.Sa. que informe através de ofício desta Superintendência, aos órgãos competentes de fiscalização que as referidas comunidades são comunidade remanescentes de quilombolas, com o RTID – Relatório Técnico e Demarcação de Território em processo de elaboração por esta Autarquia [...]. Assina: Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da FOQMB [Transcrito, conforme consta no Ofício]

2015: INCRA x MDA – início dos trabalhos do RTID nos quilombos do Andirá

Foi em 2015 que começaram esses trabalhos do INCRA, junto com o MDA. Nós fomos até lá no INCRA e o Engenheiro Agrônomo, Afonso Vieira, botou na nossa mão o Calendário que dizia os meses que ia fazer essas visitas na nossa área de quilombo. A equipe que está na Ordem de Serviços, como aqueles que são os responsáveis por tudo isso, que são esses técnicos: Afonso Vieira (Engenheiro Agrônomo/ Coordenador), Samuel Bigolin (Técnico em Reforma Agrária/Coordenador Substituto), Margareth Andrade, Rejane Quaresma (Analista Administrativa), Vanil Costa (Técnico em Reforma Agrária), João Siqueira (Antropólogo), Renata Lima (Engenheira Florestal), José Francisco de Melo (Engenheiro Agrônomo). Em maio, junho, agosto e setembro de 2015 eles visitaram todas as comunidades, para explicar sobre os trabalhos do RTID, para fazer o cadastramento de todos os moradores dos cinco quilombos e para ver e fazer a medição da área que a gente pertence e daquelas onde também os fazendeiros têm os pastos e os donos das madeiras que também estão alojados por lá. Levantaram tudo e todos nós sempre junto, porque nós sabemos de tudo isso. Nas fichas de cadastramento que eles passaram pra gente está registrado o número de famílias pertencentes nos quilombo: Itaquara (45 famílias); São Pedro (63 famílias); Boa Fé (66 famílias); Trindade (87 famílias); Santa Tereza do Matupiri (225 famílias). Que dá ao todo: 486 (quatrocentos e oitenta e seis) famílias.





2015 - Audiência Pública organizada pela FOQMB e conduzida pelo MPF

A Audiência Pública a gente se interessou de realizar por conta dos problemas que estão acontecendo nos quilombos sobre as Políticas Públicas que não foram realizadas e nós entramos com esse pedido no Ministério Público Federal sobre isso. Isso foi realizado no dia 14 de agosto de 2015, às 9 horas, em Barreirinha, na sede do CETAM, onde está emprestada pra funcionar a Câmara de Vereadores do Município de Barreirinha. Assinei todos os Convites e enviamos para as pessoas convidadas e que estavam ali presentes: Alex Ximango (delegado do MDA), Quener Chaves dos Santos (Coordenação Geral de Povos e Comunidades Tradicionais/MDA), Marco Aurélio de Medeiros (Coordenação do Programa Terra Legal no Amazonas), Magela Andrade (Pesquisadora do PNCSA), Aderaldo Tavares (Secretário Municipal de Meio Ambiente de Barreirinha), João Siqueira (Antropólogo/MDA), Tadeu Pacheco (Gerente do IDAM/Barreirinha), José Roberto Teixeira (Secretário Municipal de Produção e Abastecimento/Barreirinha). Além destes, foram também pra Audiência 07 (sete) vereadores da Câmara Municipal de Barreirinha: Jocivan de Souza, Orimar de Souza, Margareth Carneiro, Sávio Dutra, José Penha, João Vasconcelos, e Glênio Seixas. Todos os trabalhos da Audiência foram coordenados pela Dra. Isabela do Amaral Sales, que é Assessora Jurídica e representou o Dr. Fernando Merloto Soave, porque é ele o Procurador da República no Amazonas. No início da reunião, a Dra. Isabela explicou porque isso estava sendo realizado e em seguida ela chamou pra participar da mesa de abertura todos os Presidentes das Comunidades Quilombolas, que também são membros da FOQMB. Todos eles falaram e os que se também são moradores dos quilombos e quiseram falar. Aí, depois de todos eles falarem, ela [Dra. Isabela] passou a palavra pra mim. Expliquei tudo como aconteceu pra realizarmos a Audiência, e fui falando do que estava acontecendo com o nosso povo dentro dos quilombos. Tudo foi dito e explicado... Ah, depois eu disse que lamentava a ausência do INCRA na Audiência Pública, porque eles teriam mais condições de prestar informações sobre o estudo e o RTID, que é proposta do Relatório de delimitação e da demarcação do nosso território quilombola. É... depois eu soube que eles disseram que não receberam o Convite pra essa Audiência. Mas, eu penso, assim: “Se isso aconteceu, é porque na minha cabeça estava que eles eram os





primeiros a estarem ali com a gente, já que todo o trabalho sobre as terras são eles que estão na coordenação”. Um mês depois desse nosso trabalho realizado, a Dra. Isabela já passou para nós da Federação, todos os Ofícios que foram assinados pelo Dr. Fernando Soave, onde ele pede informação dos que foram citados na Audiência para que todos os assuntos que nós questionamos tenha uma resposta de porque tudo isso aconteceu, como acontece dentro dos quilombos. Agora, vamos ver o que é que o Procurador vai informar pra gente sobre a resposta que ele vai receber dessas pessoas; das instituições que estão, assim, envolvidas com essas nossas denúncias.



Balanco das atividades do Processo de regularização do Territorio Quilombola – Rio Andirá Foto: Alex Ximango, 2015





DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: I ENCONTRO DE MOBILIZAÇÃO QUILOMBOLA SOBRE CIDADANIA, DIREITOS E TERRITORIALIDADE.

Depois que nós lutamos pra conseguir aquelas Certidões de Reconhecimento que chegaram na nossa mão, lá da Palmares, foi pra gente o grande fortalecimento, porque, aí nós tivemos a esperança que nós teríamos de volta as nossas terras.

Hoje em dia [2016], o assunto mais importante pra nossa vida é sobre o nosso RTID. É o que mais nós esperamos: a nossa demarcação e delimitação das nossas terras. É com essa vontade que concluiu o serviço do trabalho de campo feito pelo INCRA, agora em novembro de 2015. A partir daí, temos que orar e pedir a Deus força pra que a gente receba em nossas mãos a titulação da nossa terra. Depois que nós lutamos pra conseguir aquelas Certidões de Reconhecimento que chegaram na nossa mão, lá da Palmares, foi pra gente o grande fortalecimento, porque, aí nós tivemos a esperança que nós teríamos de volta as nossas terras. A nossa vontade de isso ser alcançado fez a gente procurar de novo o MDA e o INCRA. Eles confirmaram a ida lá pro rio Andirá pra fazer no mês de novembro o último trabalho de campo sobre as nossas terras. Aí, como já estava se aproximando o Dia da Consciência Negra, nós pensamos assim: “Por que a gente não combina a ida deles nessa semana, já que todos os anos as comunidades quilombolas se reúnem no Matupiri pra comemorar o dia 20 de novembro que é o Dia da Consciência Negra?”. Acertamos! Foi aí que conversando como o antropólogo João Siqueira e mais os professores que fazem pesquisa lá na Cartografia Social da Amazônia, o professor Emmanuel e a professora Magela, que nós dissemos do Seminário que a gente queria organizar pra ser tudo nessa Semana. Por quê? Porque todos os moradores das cinco comunidades iam passar com a gente esses dias em Santa Tereza do Matupiri, aí já seria bom pra nós e para o trabalho do INCRA com o MDA. Foi assim que surgiu aquela ideia do





seminário que se chamou de *I Encontro de Mobilização Quilombola sobre Cidadania, Direitos e Territorialidade*. Pois é, isso aconteceu nos dias 19 e 20 de novembro de 2015. Fizemos os Convites e nós fomos entregando para as pessoas, eu digo, assim, para aqueles que sempre estiveram conosco que são: o Ministério Público Federal, a Cartografia Social da Amazônia, o INCRA, o MDA. Convidamos também os representantes da Prefeitura de Barreirinha e os vereadores. No Ofício, já estava anexada a Programação do que ia acontecer. Aí, tivemos as palestras e os assuntos ficaram como estão aqui divididos [mostra a Programação]: de manhã o INCRA abordou o tema “Balanço das atividades do processo de titulação do território quilombola do Andirá”; depois veio o MDA que falou sobre “Perspectivas e desafios para a gestão do território quilombola do Andirá”; a Cartografia Social da Amazônia foi sobre “Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial” e o Ministério Público Federal se comprometeu em falar sobre: “Marcos regulatórios e atuação dos movimentos sociais para garantir direitos”. Mesmo enfrentando um grande cansaço, todos ficaram ali, naquela noite do dia 19 de novembro de 2015, para discutir também sobre a reformulação do Estatuto da FOQMB. A professora Magela e o Douglas comandaram essa atividade, discutindo ponto a ponto de todos os assuntos. Cada ponto era colocado em votação e a reformulação do nosso Estatuto foi aprovada, todo ele, na íntegra. Eu quero dizer também que o Ministério Público não esteve com a gente nesse dia porque tinha uma atividade deles em Parintins, estavam lá! Mas, eles cumpriram a palavra deles, quatro dias depois do nosso Encontro no Matupiri. Eu já estava em Barreirinha, e quando foi no dia 25 de novembro, o Procurador Dr. Fernando Merloto Soave, que já vinha de Parintins, em companhia da Dra. Isabela Sales, nós recebemos eles, almoçamos e nesse mesmo dia à tarde eu retornei com eles pra comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Pernoitaram na minha casa, e à noite fomos para o quilombo de São Pedro onde estava acontecendo uma Feira de Ciência dos alunos da comunidade. Retornamos! Pela manhã fizemos uma caminhada em todos os locais da nossa comunidade do Matupiri, mostrando pra eles como a gente vive, sobre a nossa produção e mostramos todos os locais, contando pra eles dos nossos problemas existentes dentro do quilombo e, em seguida ainda fomos “bater” nas comunidades quilombolas de Ituquara, Trindade e Boa Fé. Tiraram foto, registraram tudo! Depois disso, eles seguiram viagem pra a reserva indígena Sateré-Mawé, que fica nessas proximidades das nossas terras quilombolas do rio Andirá.





ÚLTIMO TRABALHO DE CAMPO DO INCRA/MDA PARA ELABORAÇÃO DO RTID

Então, foi um passo muito grande que nós demos também para que chegassem dentro dos quilombos o INCRA e o MDA. Neste último trabalho de campo, que encerrou no dia da Consciência Negra, na presença de 91 quilombolas [...] Todos, de todos dos cinco quilombos foram e porque estavam todos ali presentes formaram uma imensa fila pra assinar essa Ata do INCRA, que tem a marca desse encerramento dos trabalhos.

E hoje [2016] o que acontece? Hoje, a gente está com mais segurança, com mais esperança que vai ser concluído o nosso pedido do nosso RTID que são a demarcação e delimitação das terras; do reconhecimento nosso como pertencentes ao nosso território. Mas o que nós estamos aguardando ainda é a conclusão do nosso RTID. A primeira pessoa que foi para fazer o primeiro processo da terra dos quilombolas pelo MDA, foi o senhor João Siqueira, o antropólogo. Ele fez muitas reuniões; fez um levantamento com as famílias e sempre explicando como era o trabalho dele, porque ele estava sendo enviado para esse trabalho, a respeito do que era que ele estava fazendo. Então, ele estava novamente ali com a gente, no dia da Consciência Negra, nesse dia de 20 de novembro de 2015, finalizando o que ele começou desde a primeira ida dele que foi em 2005, a segunda vez foi 2008, a terceira em 2013, a quarta vez foi em 2014, e veio mais três vezes, somando com mais essa agora que é a quarta vinda dele já em 2015. Depois das primeiras vinda de João Siqueira, nosso antropólogo, é que os outros começaram a chegar, veio a Rejane Quaresma, o Samuel Bigolin e todos aqueles que estão na equipe, assim, registrados naquela Ordem de Serviço. Logo no início eles passaram dias e dias fazendo o levantamento dos pontos, daqueles que nós “batemos” quando fizemos a Oficina dos Mapas da Cartografia Social. Então, foi um passo muito grande que nós demos também para que chegas-





sem dentro dos quilombos o INCRA e o MDA. Neste último trabalho de campo, que encerrou no dia da Consciência Negra, na presença de mais de 100 quilombolas, estive com a gente também, além do antropólogo, como eu já disse, aqueles que representam o INCRA, o Dr. Afonso Vieira, que é o Coordenador desses trabalhos, a Engenheira Florestal, Leocinira Santos, e o Sr. José Brito Braga, que é a segunda pessoa da Superintendente e estava ali falando por ela que não pode comparecer. Pelo MDA foi representando o Sr. Alex Ximango que é o Delegado Substituto. Para encerrar este trabalho, o INCRA elaborou uma ata com o resultado de tudo que ficou acertado com a gente. Todos, de todos dos cinco quilombos foram e porque estavam todos ali presentes formaram uma fila imensa para assinar essa Ata do INCRA que tem a marca como o encerramento dos trabalhos. Ainda quero contar do que aconteceu. Foi assim, todo aquele território que já tinha sido conferido pelos pontos que foram batidos, o INCRA explicou que duas grandes; duas imensas áreas poderiam ficar de fora do nosso território porque elas são ocupadas por duas enormes fazendas. Assim, se eles ficassem [os fazendeiros] o nosso processo de ganho das terras sem incluir essa área que tem duas imensas fazendas, o nosso processo de terras andava mais rápido. O que aconteceu? Mesmo sabendo dessa demora, todos levantaram e foram contra. Aí, foi que abriu uma grande discussão. É nossa essa conquista, e sabendo disso! Aí, o meu irmão perguntou para os engenheiros, quando eles citaram, dizendo que a gente já tinha desmatado muita mata, o meu irmão, Tarciso, respondeu na hora: “Por que que nós vamos pagar por um preço pelo que nós não fizemos?” E, eu digo assim, porque se existe desmatamento na nossa área, não fomos nós que desmatamos, foram os fazendeiros. Tem alguma dúvida que esse desmatamento não foi feito pelos fazendeiros? E eles responderam: “Porque você sabe que o dinheiro fala mais alto”. Eu pergunto: “O que eles querem dizer com essas palavras?” Tudo isso incomodou muito a gente. Conversamos entre nós! Meu irmão, o Tarciso, disse assim: “Nós estamos esperando por isso desde que nosso Bisavô chegou aqui, então, se todo esse tempo já passou a gente espera que demore um pouco mais”. No dia seguinte, já era dia 20 de novembro [2015], reunimos de novo. Na hora que voltou essa discussão, ainda disseram: “Queremos perguntar para vocês, assim, vocês com todos esses fazendeiros, dentro da área de vocês, todo dia vocês tomam leite de graça, que o fazendeiro traz?”. Eu respondi: “Nunca tomamos leite de graça, e fazendeiro nunca deu nada de graça para nós”. Olha, a coisa funciona, bem assim, eu disse naquela hora: Temos vários fa-





zendeiros dentro de nossas áreas, mas se a comunidade precisava de um boi para comemorar a festa de Santa Tereza, nós fazemos dez, quinze hectares de roçado pra pagar um boi. **Se precisarmos de dois bois para fazer um retiro; comemorar as festas dos nossos padroeiros fazemos trinta, oitenta ou mais hectares para pagar o cara; o dono dos bois. Então, nós nunca tivemos um boi de graça! Nós trabalhamos sempre para pagar um boi, e quem acaba ficando com dez, doze, quinze, trinta, oitenta hectares de terreno plantado é o próprio fazendeiro.** Mas o que alegra a gente é que hoje nós trabalhamos em união. Está lá na Ata do INCRA que nós todos assinamos, lá está que todos nós votamos a favor da saída dos dois fazendeiros. Então, como mostrou pra gente o Engenheiro Florestal, Afonso Vieira, com mais quase 3.000 hectares que nós votamos a favor, o nosso território passa de 29.836,206ha, para 32.368,8 hectares. Mesmo com esse nosso ganho, ainda ficou um povo quilombola fora nas nossas terras: é o pessoal de uma área de São Paulo do Açu. Porque o INCRA e o MDA explicaram que eles não poderiam entrar nessa medição das terras.



Último Trabalho de Campo do INCRA/MDA para elaboração do RTID Foto: Alex Ximango, 2015





Maria Amélia - participação no Seminário promovido pelo PNCSA, 2014 -
Foto: Arquivo do PNCSA.





AS REIVINDICAÇÕES DOS QUILOMBOLAS DA ÁREA DE SÃO PAULO DO AÇU

Perguntei pra ele, imaginando, assim: “Por que o batimento dos pontos que foram feitos pelos próprios moradores dos quilombos que vai da “Pagoa” até o limite da cabeceira das “Formigas” não foi respeitado? Porque é assim que está no mapa do Fascículo que mostra os pontos que nós mesmos batemos!” E, fiquei pensando: “Marcaram os pontos até aqui onde está o Açú, que está dentro do limite da cabeceira do Piquiá, e por que a medição parou justo nesse limite?”

Quero dizer que depois que encerrou esse período de atividade, recebi na minha casa vários moradores da vila de São Paulo do Açú, fui procurada por eles. Eles queriam que eu explicasse porque essa área deles tinha ficado de fora da medição do território. Viajei novamente pra Manaus. Dia 04 de dezembro foi que eu cheguei em Manaus, porque também eu tinha sido convidada pelo INCRA pra participar de uma reunião que ia tratar de “Agenda Itinerante” com o Presidente Nacional do INCRA. Recorrendo ao trabalho do INCRA, fui conversar com o Engenheiro responsável pelo nosso trabalho, o Sr. Afonso Vieira. Conteí pra ele da preocupação do pessoal do Açú. E vimos que faltou, de fato, o limite dos pontos batidos pelo quilombo da comunidade de São Paulo de Açú não tinha entrado. Disse pra ele que a área do Açú precisa estar junto de nós porque eles são quilombolas. E perguntei pra ele, imaginando assim: “Por que o batimento dos pontos que foram feitos pelos próprios moradores dos quilombos que vai da “Pagoa” até o limite da cabeceira das “Formigas” não foi respeitado?” Porque é assim que está no mapa do Fascículo que mostra os pontos que nós mesmos batemos! E, fiquei pensando: “Marcaram os pontos até aqui onde está o Açú, que está dentro do limite da cabeceira do Piquiá, e por que a medição parou justo nesse limite?”. Só de imaginar em deixarmos de lado, melhor dizendo,





naquela hora que o INCRA fez a Ata, por conta de não termos entendido ou prestado atenção nas explicações deles [dos engenheiros do INCRA] iríamos deixar cem famílias quilombolas fora do nosso território? Não! Nós precisamos desse povo, porque com eles nós lutamos juntos e chegamos até aqui porque contamos também com a união deles e, quando chega quase que no final da luta, eles ficam de fora? [pausa]. Eu penso que o problema que existiu é que a área do Açu foi “cortada” [do mapa] porque existem fazendas gigantescas dentro dessa área. Estas fazendas que vieram, e que ali se colocaram, foi o que acabou com o nosso imenso castanhal; era uma grande reserva de castanhal nativo, nasceu ali! O mês de janeiro até março era o mês que nós sobrevivemos dessa nossa castanha, vendendo nossa produção de maior qualidade e hoje os fazendeiros que ali vivem, estão acabando com as castanhas que ali existem e existiam. Então, por isso precisamos ter a terra do Açu para o povo quilombola que ali mora. Depois de pensar em tudo isso, eu me lembrei que no dia da nossa Audiência Pública [14/08/15], teve um vereador, Domingos Sávio Dutra (PT), que disse assim: Dra. Isabela [Assessora do MPF] será difícil colocar a área do Açu dentro do território quilombola, porque, mesmo ali existem muitas pessoas que precisam da riqueza dessa área, não vão conseguir, porque essas terras foram ocupada pela empresa chamada de Barreirinha Florestal. É um grupo que nem brasileiro é, e nós precisamos tirar essa terra do poder dessas pessoas estrangeiras que não são mesmo do nosso município. Já dentro do INCRA, nós, eu e a professora Magela conversamos com o engenheiro agrônomo ele se comprometeu em retomar com a equipe do INCRA, para poder refazer o trabalho e alterar o mapa que já estava sendo quase que encerrado pra ser encaminhado pro RTID. Ele disse que precisava de um documento da Federação para a Presidente do INCRA e para justificar a volta do INCRA pro Andirá. Para fazer esse documento, a atitude que eu como Presidente da Federação tomei foi procurar as lideranças que poderiam me ajudar e ver o que eu poderia fazer, e encontrei essas pessoas que me indicaram para reconstruir aquele trabalho que tinha ficado de lado. Foi no dia 28 de dezembro de 2015 que eu, como Presidente, fui, pessoalmente, no Açu e fiz uma reunião e das 100 (cem) famílias que ali moram, 38 (trinta e oito) assistiram a minha reunião. O senhor Benedito Silva, que é neto de quilombolas, neto de dona Gavita, a negra que veio da África também, junto com os pais dela. E ele me disse por ser filho de negro, aceitava e concordou que o Açu ficasse dentro do território quilombola do





rio Andirá. Então, com essas palavras de José Benedito da Silva, e com o Abaixo Assinado que extraímos dessa reunião, eu fui em janeiro de 2016 até Manaus, levando a documentação. Com a ata feita por eles, entreguei tudo no Protocolo do INCRA. Eles, os técnicos, já iam trabalhar no fechamento do Relatório, como nós tornamos a colocar a situação do Açu, isso ainda vai demorar mais alguns meses, e, a partir de fevereiro eles vão dentro da área para fazer esse novo cadastramento para incluir essa área e fazer o fechamento do RTID. Com a área do Açu, se tudo der certo – que vai dar – o nosso território ainda ganha mais alguma medição, aumentando 32.368,8 hectares para 36.268,8 hectares.



Dia da Consciência Negra: Maria Amélia agradece em memória de seus antepassados pelas conquistas do movimento quilombola – Andirá Foto: Alex Ximango, 20/11/2015





2011-2015: Balanço das atividades pela Presidente da FOQMB

Então, com isso eu digo que, para mim – a minha opinião –, nenhum fazendeiro trouxe felicidade para dentro do quilombo. Eles tiraram o povo quilombola do modo que viviam, fazendo o seu guaraná, fazendo sua roça, plantando abacaxi, tirando cipó, plantando tudo o que eles imaginavam. Hoje em dia o nosso povo fica é levando uma vida sacrificada para ganhar uma diária de R\$25,00 (vinte e cinco reais) trabalhando o dia inteiro, das sete ao meio dia e de uma até às cinco da tarde. Mas, tem os que imaginam que a gente sem o fazendeiro não vamos sobreviver; mas é o contrário, sem o fazendeiro, nós viveremos muito bem! Ora, se a gente não pode mais plantar roça, a gente não pode mais plantar banana, não podemos plantar nada porque, além deles [os fazendeiros] impedirem, vem o boi e quebra tudo o que com tanto sacrifício nós plantamos. Então, sem eles [os fazendeiros] a gente vai viver como antes a gente vivia, plantando o nosso guaraná, plantando a nossa laranja, nossa melancia, nosso feijão, nosso maracujá; como nós sobrevivíamos antigamente.

• Vamos reflorestar para plantar e plantar para viver

Eu e meu sobrinho Douglas, já pensamos num projeto para recuperar as cabeceiras que viraram pasto. Nós vamos, sim, conseguir reflorestar com o nosso trabalho, com o nosso suor no rosto. Então, as cabeceiras voltariam a ser nossas e teríamos o nosso peixe em abundância. Com eles, os fazendeiros, as caças não existem mais, elas já estão se refugiando no final dos igarapés, porque as matas não existem mais. A grande quantidade de paca, tatu, veado não existe mais porque é cheio de campo; de queimadas e os animais vão para o final das cabeceiras se refugiar. E, tem mais, espero que ainda em 2016 a gente termine com essa história toda, porque nós queremos viver livres e ser muito felizes. Queremos a titulação de nossas terras em nossas mãos, porque é isso que nós estamos esperando que logo apronte o RTID, porque com esse nosso RTID seremos novamente donos de verdade da nossa terra! Pescadores de grandes barçaças, fazendeiro, madeireiro, tirador de pedra, tirador de areia, de terra, todos eles pegam o pessoal, daqui do Andirá, para fazer deles de escravo, pagando essa diária de escravo. É, tudo isso eles extraem daqui





dessas nossas áreas do Andirá... Aqui no Andirá tem tudo isso! Quando começaram com esse trabalho de escravo, a diária era R\$12,00 (doze reais), hoje [2016] custa R\$25,00 (vinte e cinco reais). Com esse dinheiro não se compra mais nada hoje. Então, para mim a influência desses fazendeiros dentro da área de quilombo, dentro do nosso território quilombola, não foi boa, foi má influência, pois tirou a animação que cada família quilombola tinha para sobreviver. A gente plantava, saía tudo junto com seus paneiros nas costas, com seus anzóis e canoas pra pescar ou caçar; fazíamos grandes puxiruns, onde todos se encontravam pra trabalhar e conversar. Eles, hoje, os que se ocupam disso, esqueceram do seu próprio plantio para plantar capim para o gado do fazendeiro comer! Eles [os quilombolas] ficaram sem nada... É uma influência desagradável para ele, como quilombola! No dia-a-dia de cada família, no lugar de trazer felicidade, trouxe infelicidade! Mas, mesmo assim, muita coisa agora mudou... Eu vejo pelo lado de melhoria que um com o outro tem na convivência dentro do território de quilombo. Hoje, todos aqueles que querem enxergar, já estão vendo como deve andar e está andando com os seus próprios pés quando imagina fazer o próprio negócio sem estar precisando dessas pessoas.

• O que está além do nosso alcance: lutas e entraves

Falar das nossas conquistas, muita coisa avançou, sim, como eu já disse. Mas, se agente for pesar algumas coisas que conquistamos, ainda precisamos de muito. Mas, a nossa força está na nossa organização. Temos três formas de nos representar: temos as Associações Comunitárias, cada quilombo tem seu Presidente de Comunidade que são eleitos por eleição do voto direto; tem também as Comunidades de Base, os que dirigem são apoiados pela Igreja Católica; aí vem o Presidente Distrital, tem que ser morador do quilombo, este agora é o Sr. Gláucio Paixão da Silva, e todos que ocupam esse cargo têm apoio de Prefeitura de Barreirinha, é de lá que vem a indicação de quem vai ser esse representante que resolve as coisas com os Secretários do Prefeito; e tem a nossa Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha, essa que eu estou como Presidente até maio de 2016. Todos têm sua diretoria e procuramos sempre resolver da melhor forma os problemas das comunidades e fazemos com o apoio deles todos as nossas atividades





culturais, as comemorações dos nossos Santos Padroeiros, as celebrações da liturgia, e as nossas Assembleias Gerais que envolve todos, ninguém dica de fora. Produzimos também os nossos materiais para a produção das nossas atividades de roça, de pescaria, da caça e outros objetos de atividades culturais, como os nossos instrumentos musicais que nossos pais nos ensinaram, porque eles também sempre usaram naquela danças típicas e artesanatos que também fazemos. Agora, falar sobre a saúde da nossa população, sobre remédio, nas nossas Comunidades Quilombolas não temos remédios, nós temos nosso enfermeiro, ótimo enfermeiro, mas infelizmente, ele não pode fazer nada sem remédio. Ele se esforça, da daqui e dali consegue algum remédio, tudo é muito pouco. Temos uma pequena “Abulancha”, pra fazer a travessia do Andirá com os nossos doentes. Mas é pequena, não oferece aquele conforto. Então, corrido atrás de apoio, mas por incrível que pareça nós não temos como exigir, ou dizendo assim, pra exigir do governo federal, do governo estadual, do governo Municipal, eles vão ter que construir Postos Médicos, porque nós não temos verdadeiramente onde colocar esse remédio de qualidade para que possa beneficiar o povo quilombola. A água é precária, a FUNASA já esteve aqui, visitamos todos os quilombos. Inclusive eles deixaram livros e mais livros pra nós dizendo quais são os projetos que serão feitos dentro da área quilombola melhoria muito boa. Foram três pessoas lá dois homens e uma mulher que está responsável pelo projeto da Funasa. Não mais retornaram! Agora estamos muito atentos num novo Projeto que está sendo divulgado aqui dentro pela Caixa Econômica. É um Projeto muito misturado, a gente não tem entendido o que mesmo eles querem sobre a construção de casas. Tem alguma política que é sobre território: “Tira um daqui e coloca outro ali”. Estamos preocupados e estudando esse projeto da Caixa Econômica. Não vamos concordar com isso porque já fomos enganados muitas vezes sobre essas propostas que chegam aqui pra dentro dos nossos quilombos. Vamos conversar com quem entende para dar uma resposta porque ficaram de retornar em, agora, em 2016. Uma hora dizem que é dentro dos quilombos a construção dessas casas, e agora [2016] as casa já estão prontas na estrada que liga outra estrada que liga Barreirinha com o Distrito de Terra Preta do Limão.





• O trabalho coletivo é que deve gerenciar o território

Todas as nossas atividades se amparam nas documentações que a gente vai fazendo. Os nossos Ofícios são exato o que nós votamos nas Assembleias. Tudo tem que ser, assim, participado! Sobre essa documentação que eu levo pra Manaus, que é passada para os órgãos que nos apoiam, eu sou cobrada, o povo quer saber como o que é que está acontecendo, o que vai acontecer ou deixa de não acontecer. Eu, como responsável que carrego um grupo de pessoas na minha responsabilidade, eu deixo de tudo, minha família, o meu roçado e vamos pra luta. Viajo sempre com uma ou duas pessoas parentes e também com a nossa Secretária, a Nei, porque sempre foi assim que trabalhamos. Todo tempo sou procurada na minha casa pelos que estão preocupados com o nosso trabalho. Por isso é que em Manaus, procuro saber como é que está o andamento daquele documento que eu entreguei, ou o que tem de novas decisões pra dentro dos quilombos. Isso para quando eu chegar chego, explicar, pra poder chegar, falar e derramar de volta as palavras para aqueles que estavam indecisos, preocupados com o que vai acontecer. Podem até pensar: “Será que ela não está nos enganando?” Então, o é que eu faço quando eu venho dentro do INCRA, quando eu venho na Cartografia Social da Amazônia, do MPF, eu peço um documento para comprovar como eu estivesse assistindo palestra, assistindo, ouvindo e aprendendo com as palavras que eu ouço de funcionários, de cada entidade dessas. É assim que a gente tem resolvido os nossos problemas. Nós vamos, assim, administrando os quilombos. Eu, sozinha? Não! Com todos os quilombos porque todos votaram no que foi decidido pra se resolver em Manaus. Como o mês passado que recebi um documento dentro do INCRA pra resolver o problema dos que têm títulos de terra e que as coisas não estão bem esclarecidas: Quem fica? Quem sai? Como produzir em terra que é coletiva e não é mais aquela que era individual. Porque agora é, assim, a família vai aumentando e com aumento a terra vai sendo de todos; de toda a família! Quando eu cheguei dentro da comunidade o que eu tenho que fazer? Eu sempre me disponho a sair da minha casa, pegar meus últimos recursos que eu tenho e vou de comunidade em comunidade convidando a população para uma grande Assembleia, que foi feita dentro do Matupiri para que possa ser repassada essa resposta de volta para o INCRA; que o povo já está a par do que está acontecendo. Então, é assim que eu trabalho, mas, não trabalho, assim, sozinha!





Porque, como eu disse lá dentro do INCRA, aquela decisão já é uma decisão de todos que me ajudaram a esclarecer e a votar comigo pra juntos a gente fazer pelas nossas comunidades, pelo nosso território. Assim eu fiz dentro da comunidade de Itaquara, dos que não são remanescentes, mas, estão lá, mas eles podem ficar aí trabalhando, só que o terreno que está em nome dele não vai mais ser dele, vai ser do povo. É isso que a gente tem que colocar na cabeça de duas pessoas que estão lá. Eles já entenderam que podem sair se a comunidade não aceitar, aí tem que se retirar. Mas vai ser indenizado, tudo vai depender do povo. Depois destas conquistas que e nós conseguimos junto com todas as cinco comunidades, eu, como presidente da Federação, para mim, mudou muita coisa, principalmente, a convivência; **o olhar de cada quilombola se modificou!** Hoje eles se sentem livres, comparando com o que eram. Hoje, eles não são mais aquelas pessoas que pensavam que estavam no fundo do poço. Hoje em dia, não pensam mais assim, hoje, eles estão libertos, andando com seus próprios pés, conhecendo e vendo aquilo que eles não enxergavam porque não conheciam. Eu, mesma, aprendi muito, muito quando eu saí pra conhecer outros “cantos”; outras paragens, outras pessoas. Foi... eu participei de 10 (dez) encontros [mostra os Certificados]: 1. Encontro de Mulheres Afroníndias e Caribenhas: Ecofenismo, Impactos e Desafios (25/07/2012); 2. 4ª Conferência Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Amazonas (06/06/2013); Curso Convenção 169/ OIT (28 e 29/09/2013); Curso Organização Comunitária/IDAM (04/10/2013); Colóquio Internacional de Quilombolas, Palenqueros, Cimarrones, Cumbes, Saramaka, Boni, Djuka e Garifunas (20 e 23/11/2013); Curso de Formação de Agentes de Segurança Comunitária (Turma 1/2014 – s.d.); Palestra: O castanheiro, a castanha do Brasil e a sua importância no contexto amazônico/FSMBIO (29/01/2015); Curso de qualificação profissional em confeitaria de doces e salgados/ CETAM (23/04/2015); II Conferência Sub-regional de segurança alimentar e nutricional no município de Parintins/AM – SEMASTH (12 e 13 de 07/2015); IV Conferência Municipal: “Saúde Pública de Qualidade para cuidar bem das pessoas. Direito do povo brasileiro” (19ª 21/08/2015); Homenageada pela SEJUSC pela luta a favor da promoção da igualdade racial no Estado do Amazonas.





• Colhendo frutos: resultados do “reconhecimento” dos quilombos

E, hoje, acreditando no que foi feito durante a minha gestão, principalmente, eu falo sobre os alunos de hoje de dentro das comunidades quilombolas, eles já tem uma visão diferente e acreditaram nas Certidões de Reconhecimento de cada uma das cinco comunidades, como nós que já tivemos alunos que tiveram oportunidade de ganhar uma Bolsa de Estudo na Universidade em Parintins e tiveram também a oportunidade de conseguir Auxílio Moradia na Casa do Estudante, porque passaram no vestibular. Todos eles levam com eles as cópias das Certidões que eu providenciei em “plastificar” pra eles. Agora quando fui lá, na Agrovila do Açú, isso eu ouvi a mãe de um casal de meninos que me agradeceu no dia que eu fui mesmo lá na comunidade, na Agrovila de São Paulo de Açú. Foi no dia 28 de dezembro de 2015, eu fui lá, pra resolver aquele problema que a área do Açú entrasse no mapa do território. Essa mãe me agradeceu; como já me agradeceram outras pessoas que também já fizeram a sua aposentadoria, apresentando a Certidão de Reconhecimento de outras comunidades quilombolas. Temos o exemplo da dona Maria e a dona Edimilza da comunidade de Boa Fé. Elas já fizeram a sua aposentadoria, e, com esse documento tudo deu certo. A Joelma que já fez o Auxílio Maternidade do filho dela com a mesma Certidão de Reconhecimento da comunidade e, tantas outras pessoas que me procuram pedindo pra fornecer esse documento porque precisam resolver essas coisas. Mudou muito, porque as pessoas não precisam mais estar pagando papel dentro de Barreirinha; gastando aquele pouco dinheiro que eles não tinham. Gastavam muito mais do que ganhavam quando iam fazer Auxílio Maternidade, precisando pagar R\$1.000,00 (um mil reais). Já pensou, saiam de casa como R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), que era o que juntavam durante o mês, sobrava apenas R\$500,00 (quinhentos reais) de lucro, o resto todo era pagamento de papel. Hoje em dia é diferente! Assim, eu vou me informando e ajudando, colaborando com o meu povo. Me informei com o antropólogo do MDA, João Siqueira, que me explicou que na Agência do INSS em Parintins, podemos nos identificar como remanescente e a apresentar a Certidão de Reconhecimento de qualquer comunidade nossa, para alcançar a aposentadoria, o Auxílio Maternidade, Auxílio Doença. Tudo que dependia de Barreirinha onde já encontramos muita dificuldade pra resolver nossos problemas, em Parintins, na Agência do INSS é o rumo mostrado





que estamos no caminho certo. Então, para mim mudou muito... Aquilo que nós esperávamos dos outros, nessa posição de “sentados” e desajeitados não acontece mais. A gente já anda, agora, sabendo que vai buscar a solução.

• **Conquistas e que extrapolam linhas de fronteira dos quilombos**

Eu, como representante da remanescência de quilombo, no princípio eu encontrei dificuldades dentro da cidade de Barreirinha, que é a sede do meu município. Infelizmente, ainda percebo que ainda existe discriminação contra a minha pessoa; são pessoas que me ignoram, tentando não me ouvir. É onde eles perdem por não serem nossos parceiros, porque eu não perco mais meu tempo em Barreirinha! Vou diretamente para a capital do Estado, onde eu nunca peguei “chá de banco”, nem dentro do INCRA, nem da MDA, nem da Cartografia do Amazonas, nem Fiocruz, nem no Ministério Público Federal. Quando eu chego dentro de Manaus, as pessoas já estão me esperando para a gente ter aquela conversa séria; porque eles entendem o valor que tem os quilombos do rio Andirá. E, digo mesmo, muitas pessoas achavam que nós ainda estamos começando o nosso trabalho. Aconteceu, no dia 21 de Novembro de 2015, na Semana da Consciência Negra, quando nós tivemos também a visita de uma professora da Universidade Federal de Amazonas, mas, dá aula na UFAM de Parintins. Ela esteve na nossa comunidade, a Professora Quézia Barbosa, que foi fazer um trabalho com seus alunos. O trabalho dela era fazer um “Curso de Formação de Liderança de Jovens Quilombolas”. Essa equipe da UFAM achava que nós ainda estávamos “correndo” atrás do nosso documento de Reconhecimento. Todas as aulas que os alunos deram naquele momento, nós já dizíamos como isso tinha acontecido na nossa prática, dentro dos órgãos que recorremos. Eles sabiam muito sobre isso, porque foi desse jeito que eles explicaram que nós fomos resolvendo todas essas questões. Aqueles formulários que eles nos mostravam, nós já apresentamos pra eles tudo reconhecido nas nossas atas de Assembleia e pelas Certidões da Palmares. Foi quando ela me disse: “Dona Amélia, parabéns! Pensei que vocês ainda estivessem começando, vocês já estão terminando o trabalho de vocês!”. Foi quando eu disse assim pra ela: “Professora, muito obrigada porque a senhora mostrou pra nós agora que nós fizemos tudo certo, tudo direitinho!” Mas, foi uma experiência muito boa, porque só da





UFAM chegar aqui na nossa comunidade, pra nós foi de muita honra receber a professora e aqueles alunos. No final, ficamos todos muito emocionados quando eles passaram um filme pra gente assistir. O nome nós anotamos, é “Histórias Cruzadas”, que fala sobre a escravidão dos negros. A equipe da UFAM pernitoou na comunidade e no dia seguinte, domingo, partiram pra Parintins. E foi com esse trabalho que nós encerramos no sábado, dia 21 de novembro de 2015, a Semana da Consciência Negra.

• Respeito ao que da terra brota: o ‘reconhecimento’ como fator de direito ambiental

Outra coisa que deve ser pensada por nós é o que mudou depois que conquistamos o nosso “reconhecimento”. O São Marcos e o Lírio do Vale, que fica bem próximo ao quilombo de Trindade, não entraram como quilombolas; não quiseram ser reconhecidos como nós somos agora. O que eles fizeram? Quando perceberam que isso era uma conquista mesmo da gente, do nosso povo quilombola, eles migraram tudo para a comunidade de Trindade, para não ficar fora, não serem negados como quilombolas. Agora, eu pergunto: O que podemos fazer com essas duas comunidades que ainda não foram reconhecidas como remanescentes de quilombos e que agora estão todos dentro da área, porque se instalaram dentro do quilombo de Trindade? Por outro lado pensando, assim, eles preferiram obedecer aquele pastor que comanda essas duas comunidades; dizendo o pastor que eles não entrassem nessa nossa conversa, na nossa história porque isso era coisa do satanás. Aconteceu o que agora? Deixaram tudo que era deles para lá e vieram para dentro do Trindade. Eles moram dentro do Trindade, mas trabalham lá no Lírio do Vale e em São Marcos. Tiram palha, extraíram madeira e construíram a casa deles ali. O presidente da comunidade que é o Geferson Viana Dias de teve uma ideia que nos acatamos. Reuniu a comunidade e decidiram na Assembleia que fosse cedido pra eles uma área, com os terrenos bem divididos e as casinhas ficariam todas no mesmo formato e seguindo em fileira pra não avançarem em locais qualquer. São cobertas de palha, o piso e as laterais são feitos de madeira mesmo. Assim, pra eles se manterem bem junto, como vizinhos que eram quando estava lá naquelas outras comunidades. Essas casas que estão construídas eles fizeram por autonomia deles mesmos.





Não é assim um projeto que a Prefeitura foi lá e definiu o loteamento. Porque essas casinhas não tem nada de financiamento pela Caixa Econômica como já aconteceu em outros quilombos. Como eu falei para o Geferson da minha preocupação que comecem a dizer que nós estamos cedendo esse material e a terra pra quem rejeitou ser quilombola e passou a desmatar sem controle. Mas, está acontecendo também uma coisa muito boa que pode ajudar essas pessoas. É que o Geferson, juntamente com a esposa dele e com apoio da comunidade, eles estão fazendo um traçado pra embelezamento da comunidade de Trindade. As ruas estão sendo bem divididas. As casas que estão fora da linha das ruas, eles estão recuando ou avançando pra ficar tudo bem definido como uma cidadezinha mesmo... Isso nunca foi feito! Agora, já tem um local bem definido onde vai ser a horta comunitária, eles estão plantando várias mudas de árvores nas ruas, daquelas que põe frutas, todos podem delas se servir. E estão plantando também muitas mudas daquelas plantas que servem pra remédio caseiro. Estão também na luta pra conseguir instalar o poço artesiano que não tem na comunidade, porque a comunidade se serve de uma água que não tem condições, porque ela é cercada de igapó, a ramagem apodrece e fica com um cheiro forte que não é bom. E, assim, está surgindo um local que veio a ter tudo isso porque as pessoas se orgulharam de termos sido reconhecidos, lembrados como sendo da remanescência de quilombo. Olha, a minha preocupação agora é ter um controle pra quando alguém chegar e dizer: “Estamos precisando de material pra tantas casas”. Então tem que ter um papel que dê autorização pra fazerem isso. Quando a pessoa disser: “Preciso da sua assinatura aqui porque estamos precisando ‘matar’ quatro árvores”, aí, já tem que ter o acordo: “Matou” quatro árvores, se comprometa em plantar mais quatro pra repor aquelas que vão ser derrubadas. Então precisamos desta madeira, porque precisamos fazer a casa de cinco pessoas. Então, são cinco casas, são cinco árvores derrubadas! Porque tem árvore gigante, que a madeira dá para tirar o esteio, travessão, as tábuas, tudinho isso. Mas tem outros que preferem cortar aquelas menores, aí é mais árvore derrubada. Essa é uma preocupação nossa que não podemos apenas querer ajudar sem controle senão perdemos os nossos direitos. Por isso todos nós temos que ter um documento que comprove o controle e mantenha o reflorestamento das nossas matas. É assim que a gente conquista o nosso direito... É assim que a gente está trabalhando.





• **Lutar é sinônimo do reconhecer agradecendo**

Eu gostaria de agradecer em nome de todos os quilombos, aquelas entidades que nos ajudaram; que abriram as portas para nós enquanto viviam todas nos cadeados. Os cadeados se romperam, e a gente que sentia tantas dificuldades, através das pessoas conhecidas de dentro de cada entidade, conseguiu ser abraçados por elas. Desde que nós fomos conquistando de ser respeitados... Sim, as coisas mudaram e, eu agradeço em nome de cada quilombola a todas as entidades: à Cartografia Social da Amazônia, à Fundação Palmares, ao Ministério Público Federal, ao MDA e ao INCRA. Quero também agradecer a Deus, que ouviu tanto as nossas preces, à Fiocruz, lembrando aqui da Doutora Felisa que tanto nos deu apoio desde o início do meu trabalho, quando eu ainda me sentia muito desamparada. E também agradecer aos professores, os pesquisadores da Cartografia Social da Amazônia que deu uma linha de frente pra gente, agradecer em nome dos quilombolas ao Professor Alfredo Wagner que não mediu distância para mandar os professores lá pra nossa área do Andirá, e a gente espera que sempre continue essa nossa ligação entre Cartografia, o INCRA, o MDA, o MPF que todos continuem do mesmo jeito, emprestando suas forças para o fortalecimento das nossas comunidades quilombolas!

• **Quilombo: o significado político do sentimento de pertença**

Fazendo uma comparação com o que foi comentado quando estivemos em outubro de 2014 um Seminário que foi organizado pelo PNCSA, onde o Professor Alfredo Wagner falou muito sobre os quilombolas; sobre os conflitos que eles enfrentam nesse mundo afora. Conflito, por exemplo, que tem acontecido no quilombo do Rosa, no Amapá e também no Maranhão que acontece muita barbaridade. Acabaram com famílias por conta de disputa de terra; são aqueles poderosos matando os quilombolas. Quero dizer que ouvi tudo aquilo, pensando no nosso Andirá. Lá, graças a Deus ainda não tivemos isso e espero que nunca isso venha acontecer. O nosso conflito no rio Andirá é que o pessoal quer terra para trabalhar e não tem porque os poderosos também se ocuparam delas, porque muitos e muitos vivem lutando, querem terreno; querem trabalhar; viver do sustento da terra! Hoje, nós





sabemos dizer que ser quilombola é ter e viver em um quilombo; é ser pessoa que se domina e vai se fazendo por si próprio... Que tem um território que é livre de tudo! Do jeito que era antes, hoje já podemos dizer que o território é nosso! Hoje, dentro do território nós já sabemos que se ele é nosso, é lá que nós convivemos como quilombolas, que ele serve pra gente viver e sobreviver dentro da nossa área. Antigamente a gente estava sendo um povo mandado pelos fazendeiros; hoje em dia nós somos diferentes, hoje nós já mandamos em nós próprios, em nós mesmos com os nossos próprios parceiros. Porque hoje nós sabemos que temos a licença, o direito de pescar, de tirar seu peixe tu mesmo. Que tu vais cultivar a pescaria, tirar o teu cipó, o breu, o ambé. Tudo isso, assim, sem mais como antes, porque agora estamos mais des preocupados. Queremos isso tudo sem ter conflito com ninguém mais. Por quê? Porque conquistamos isso através do nosso diálogo como quilombolas! E ser quilombo é ser digno, sem tirarem da gente o nosso sono; de viver fora de um conflito com fazendeiros, com madeireiros, com os pescadores que vêm de um deste ou de outros Estados pra tirar o nosso sossego. Hoje já temos a esperança; a nossa calma de hoje nós sermos donos do pedaço da nossa terra; de a gente ser donos dos nossos rios, donos da nossa floresta, somos donos da nossa madeira. Então, hoje em dia consentimos sim a organizar a nossa própria moradia, porque nós precisamos da nossa madeira e precisamos do nosso peixe para a alimentação das nossas famílias. Precisamos do cipó para fazer a limpeza dos nossos próprios terreiros, limpando, varrendo com as vassouras que nós sabemos fazer e vendendo a nossa produção do preço que nós imaginamos que ele seja valorizado!

• **Ser quilombola é orgulho... ninguém se envergonha mais de ser negro!**

Então, ser quilombola é orgulho e felicidade; ninguém se envergonha mais de ser negro! O negro é uma pessoa sofrida, mas ao mesmo tempo, ele é feliz porque antigamente os negros serviam para serem escravos, e hoje em dia o negro se mostra importante pra quem não é negro. Por exemplo, hoje, temos dentro da minha comunidade quilombola Santa Tereza do Matupiri quinze professores, todos eles quilombolas! É raro as comunidades que ainda existe professores que não são quilombolas. No Itaquara temos professores





que são quilombolas; no quilombo de Trindade temos professores que são quilombolas, nós temos dentro da São Pedro e em outras comunidades do Andirá, que não são reconhecidas como remanescente, que são quilombolas. Ainda existe um ou dois professores que não são quilombolas, mas, hoje, a gente está dizendo “não” às pessoas que não são quilombolas. Não que a gente rejeite, assim, não! Mas é porque já temos muitas pessoas formadas dentro quilombo e cada dia que passa; cada ano que se passa se formam mais quilombolas e a gente tem que dar essa oportunidade. Nós já temos enfermeiras quilombolas, Agente Comunitário de Saúde é quilombola, então para nós é muita satisfação o que nós conquistamos durante essa luta que tivemos de 2011 até 2015, sobre essa nossa história de sermos um povo quilombola! Por uma parte o que tem lá foi conquistado pela gente através de conversa, através de explicações que nós vamos entender qual é o benefício que nós estamos querendo para nós. Então, isso foi pra gente de grande importância dentro das nossas comunidades, hoje se tratar de um território, um sonho que há muito tempo muitas pessoas que já se foram sonhavam com isso. Com o que hoje em dia a gente está conquistando e concluindo a nossa palavra de dizer eu tenho certeza que todas as comunidades que estão dentro da área quilombola sejam felizes, porque é o seguinte: feliz que eu digo é ter conquistado ser feliz dessa maneira; de hoje todo mundo se sentir liberto; de ter o direito de dizer “não” ou “sim, isso é nosso!”; de lutar pelo direito de zelar por essa propriedade que não é sua; é nossa! Então, a liberdade de todo mundo é se sente feliz por dizer isso é nosso; se torna melhor do que dizer isso é meu! Não, não é seu! O que conquistamos pertence a um conjunto de pessoas, unidas e trabalhando por um só sentido! O meu agradecimento agora vai para o meu povo eu gostaria de agradecer dessa maneira: Eu agradeço pela confiança que vocês tiveram em mim, de colocar uma confiança em mim por acreditar que eu tenha tido a coragem de lutar por nós; para que pudéssemos chegar onde estamos chegando! São pessoas que confiaram na minha pessoa! Então, o que eu tenho que fazer é ficar grata e orgulhosa de dizer que tive e tenho tido essa oportunidade de o povo confiar em mim! Eu digo assim, o meu povo hoje é assim... Por quê? Por que confiaram, só em mim? Não! Cada um confiou em nós todos! Todo conflito quando vêm pra gerar confusão, eles chegam sempre e me participam porque eu mostrei pra eles eu que tudo tem que ser conversado. Que eu tenho que entrar em linha de frente, abrindo o caminho pra que para que eu possa explicar para esse





povo como a gente tem que andar e resolver o que está acontecendo. Então, eu agradeço muito porque eles confiam em mim, na minha pessoa; eles sabem que se não puder ajudar, eu não sou de criar problemas, jamais agredir ninguém. De certos tempos pra cá, depois de eles terem confiado na minha liderança, fazendo as coisas junto comigo. Por tudinho isso, eu me sinto muito honrada de saber lidar ou evitar brutalidades. Hoje, sem partir nunca para agressão, eu sinto que o povo fica ao meu lado porque compreendeu a minha humildade. Então, eu quero agradecer em nome de todas as comunidades essa oportunidade que cada um quilombola me deu por ter confiado em mim! Mas, eu sinto assim: Com tudo o que já foi feito durante a minha gestão, tudo o que eu já fiz só me dá uma tristeza, que é a falta de duas pessoas: os meus pais! Minha mãe antes de morrer, eu ainda não estava nessa luta, mas o meu pai, quando eu estava começando a luta, eu lembro que ele me falou assim: “Minha filha, não desiste, continua na tua luta, pois tu vai ter oportunidade de conseguir tudo o que tu estás fazendo... E, tudo o que tu estás imaginando, infelizmente eu não vou ver, mas eu vou ficar orando por você onde eu estiver; que tu sempre vai ser vencedora de tudo o que tu imagina fazer, em favor deste povo que de tanto sofrer talvez já nem mais acredita, nem nele, nem em mim e nem em ti”. Então, hoje eu digo assim: Eu sinto falta dessa voz que me falou no dia 06 de fevereiro de 2013 me falou tudo isso e hoje não existe mais! Mas eu tenho muita certeza de que ele está ao meu lado sempre me ajudando e esperando que dê tudo certo: a libertação do nosso povo e a decisão desse de também ver livre o nosso território. Já estivemos bem longe, eu sei disso, mas hoje nós já fomos muito mais muito além... E, no dia que nos recebemos o nosso RTID será uma vitória muito grande. O meu pedido que eu peço ao meu povo é que se reúna e faça uma Missa em celebração à memória de todos que já se foram; em homenagem às pessoas que foram os fundadores pela criação dessas comunidades que hoje se tem como o reconhecimento de serem “comunidades remanescentes de quilombo”. Para mim, meu pai, meu avô, minhas tias, tia Maria, tia Nécia, tia Idelfonsa a tia Terezita, as parteiras que fizeram muitos vir ao mundo, que tiveram a oportunidade de “pegar” muitas vidas no momento que nasciam; fazendo remédio caseiro que hoje já nem mais existe. Temos ainda nessa serventia aqui dentro das nossas comunidades a dona Benedita, minha co-madre a Bitoca, a mulher que tem as mãos abençoadas para fazer remédio e salvar tantas crianças já desenganadas. Agradeço, por último e sempre por





primeiro a Deus, sei que Ele é espírito que me protege, vive a meu lado todo o momento, me defendendo. Por acreditar e ter grande fé em Deus eu tenho a confiança de dizer que nunca a minha vida será tirada pela mão do próximo! Então, como daqui alguns meses já termina o meu mandato eu sei que não trabalhei em vão. Por isso eu espero que outra pessoa que venha depois de mim tenha, depois do meu mandato, que tenha o mesmo amor e a mesma consideração e acredite que o nosso território será conquistado a partir dessas linhas de medição que vão desde a localidade de Paga até a cabeceira das Formigas, levando e defendendo a comunidade de São Paulo do Açú como pertencentes do nosso território quilombola. Quando eu falo sobre o nosso território, aí vem de novo a memória do meu pai. Toda luta que eu tive durante a minha gestão, antes, já bem pertinho do meu pai falecer ele me fez um pedido e disse assim: “Minha filha, vai em frente, essa guerra você vai ganhar porque se você acredita na tua força, essa luta é tua, nunca desista, sempre confie que ti, porque tem alguém que vai ficar sempre contigo. E sou o cara que vai lutar por ti, para que tu faças o teu trabalho, e, para completar com vitória, que tua luta seja iluminada por um trabalho correto!”. Mas papai já estava muito doente, fraquinho, mas todas as vezes que ele se recuperava, ele dizia: “Eu sou o ferro, sou de ferro”. “Ferro” era o apelido dele. Papai gostava muito de escutar rádio, aprendia muitas músicas, aí, na noite que ele se recuperou um pouco ele disse assim, eu quero cantar pra ti a música do Roberto Carlos, e começou a cantar aquela que diz assim [cantando]: “Você que pensa em mim toda hora, está do meu lado para o que der e vier, e no meio da noite me chama, para dizer que te ama... Esse cara sou eu”. Quando o meu pai faleceu no dia 29 de abril de 2013, morreu em Barreirinha. Mas era o pedido dele, que ele queria ser sepultado na comunidade quilombola de Santa Tereza do Matupiri. Levamos o corpo dele e ali ele foi sepultado. Por causa do apelido dele de “Ferro”, meu sobrinho Douglas, providenciou uma placa que ficou na sepultura e diz assim: *Ferro, negro, forte: síntese de memória, garra e resistência*. E, assim, eu quero homenagear esse negro que foi o nosso tão forte e grande herói: o “Ferro”, neto de Benedito Rodrigues da Costa, aquele escravo que foi o primeiro a chegar nessa área do rio Andirá, município de Barreirinha, aqui no Amazonas!





Dia da Consciência Negra: Conclusão da etapa de campo do RTID dos Quilô:





mbos do Rio Andirá - Foto: Alex Ximango 20/11/2015

